



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

◆

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

◆

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PORTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva

Presidente:

Dr. Leonardo Macedonia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

2.º Secretario:

Prof. Valter Spalding.

Secretário Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Lindolfo Collor.

Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Dr. Felix Contreiras Rodrigues.

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



III TRIMESTRE

A N O XVI

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

1936

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO

BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE

— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE

= 1936 =

A guerra das reduções

1.º Ten. Henrique Oscar Wiederspahn

Desde 1654 existia um tratado de aliança entre a Inglaterra e Portugal, de cuja letra concluíra aquela poder dispor impunemente dos portos lusitanos para impor suas mercadorias. Seguiu-se o de 1703, conhecido por tratado de Methuen, que veio colocar tóda a vida comercial portuguesa nas mãos da orgulhosa Albión.

Desde então o reino de D. João V passou a ser tratado como possessão sua pelos marinheiros britânicos, que nos próprios portos lusos iam apreender navios inimigos. Esta característica noção egoísta de direito internacional foi combatida em vão por Sebastião José de Carvalho, quando embaixador em Londres. Não deixou de tratar com o governo britânico no intuito de manter a posse da Colôniado-Sacramento, que tanto prosperava como entreposto do contrabando de mercadorias inglesas nos domínios platinos. Desde 1738 a Grã-Bretanha lutava com Espanha.

Muito sofreu neste período o reino de Portugal com as ameaças de suspensão de remessas de trigo inglês, único que o alimentava, e conseqüentes vexames promovidos pelas esquadilhas de seu aliado. Entretanto conseguia Carvalho apresentar um ultimatum ao governo inglês em 1742, que não era então muito feliz nas suas operações bélicas na América. Assim nem seria possível pensar em auxílio pela posse da Colônia e alargamento das fronteiras até o Prata.

Mas Carvalho não pôde e não soube aprender na Inglaterra mais do que a ambição de igualar a esta a sua pátria e “sòmente não enxergou que a raiz de tudo isso, que o seduzia, era a liberdade, de onde sai a iniciativa individual, base de tôda atividade progressiva. Por tal razão, a sua obra, empreendida mais tarde com tanto estrondo, não pôde frutificar”. (Lúcio d’Azevedo). Aprendeu mal o papel dos governos na concepção moderna e ante-individualista.

Em dezembro de 1745 conservava-se Carvalho em Viena, durante uma tentativa feliz de mediação portuguesa entre a còrte de Maria Tereza e os demais pretendentes ao trono imperial germânico, com D. Leonor Daun, dama ilustre e de caráter forte e honesto.

Em julho de 1750 falecia D. João V e novos rumos políticos se abriam ao futuro marquês de Pombal. Subindo ao trono D. José I, em 5 de agôsto era Sebastião José de Carvalho nomeado encarregado dos negócios estrangeiros e da guerra.

Mas haviam as duas còrtes rivais da Ibéria procurado delinear seus limites nos domínios sul-americanos. Concluíram o tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, que revogava explícita e definitivamente todo o direito baseado no cérebro meridiano de Tordesillas.

Não teve, nem podia ter, Sebastião José de Carvalho interferência neste tratado. Desde que regressara de Viena, ficara na penumbra que D. João V e seus principais e mais influentes ministros lhe votavam, pois quisera iniciar o sistema de monopólio com Companhias de Navegação, a maneira da inglesa das Índias, protegendo núcleos individualistas de interêsses contra os da Nação. Esta repulsa é a origem da campanha da casta capitalista semita contra os jesuítas, a-pesar-destes sempre haverem defendido aos cristãos novos nos tribunais da inquisição, representantes verdadeiros do novo reino de Portugal e de sua unidade de religião.

Tôda a glória dêste tratado de 1750 cabe ao paulista Alexandre de Gusmão, culto e ilustrado auxiliar do govêrno de D. João V. Graças a êle “os domínios portugueses alargaram-se para o Sul, dando origem ao famoso Estado do

Rio-Grande, cuja população vivaz e progressiva é uma das glórias de nossa raça. Os males de que o reino padecia mereceram-lhe cuidados, infelizmente sem realização prática. A ruína econômica, a dissipação das rendas públicas, a desídia dos funcionários, o atraso mental, o monarquismo, a inquisição, tôdas essas úlceras da vida nacional conheceu e aportou, para algumas delas oferecendo remédio. Não se temeu das iras dos grandes, cujos excessos, como alto funcionário, confidente do monarca, repreendia; cujos ridículos, na intimidade, castigou com finos remosques”. (Lúcio d’Azevedo).

Antes também de Pombal ser nomeado para o ministério, o tratado havia sido ratificado em 26 de janeiro por Portugal e em 8 de fevereiro do mesmo ano de 1750 por Espanha. Deveriam assim ficar demarcados os limites do Brasil com os domínios espanhóis, como expôs Pandiá Calógeras:

“O linde começaria no Oceano, na barra do regato que desagua ao pé do monte de Castillos Grande. Iria rumo ao divisor de águas, ficando, a bacia de Leste, a da Lagoa-Mirim, portuguesa, e, a de Oeste, a do rio Uruguai, castelhana. Assim, até as cabeceiras do rio Negro e do Ibicuí descendo pelo álveo dêste, à margem oriental do rio Uruguai; seriam lusas as terras do Norte e de Espanha as do Sul. Da barra do Uruguai prosseguiria a linha pelo álveo do caudal até a barra do Pequerí, subiria por êste até a sua nascente principal, pelos altos do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, afluente do rio Grande de Curitiba, o Iguassú. Águas abaixo dêste, chegaria ao rio Paraná, ao qual acompanharia, águas acima, até a barra do Iguaré. O curso dêste, até a sua nascente mais importante, traçaria a fronteira que pelo alto das terras, alcançaria a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguasse no rio Paraguai, o Corrientes, talvez; por êste desceria ao Paraguai, buscaria a montante os pantanos, ou lagoa de Xarais, e, atravessando estes, remataria na foz do rio Jaurú. Dêste ponto, em linha reta, tocaria à margem austral do Guapo-

ré, frente à barra do rio Sararé, e baixaria pelo Guaporé até o rio Mamoré, por êste ao Madeira, e por êste afluente do Amazonas até um ponto situado à meia distância entre o rio-mar e a foz do Mamoré. Dêsse ponto intermédio, um paralelo geográfico dividiria as possessões respectivas até à margem oriental do rio Javari, cujo álveo continuaria o discri-me até o Amazonas. Êste separaria as colônias, até a foz do rio Japurá, em sua bôca mais ocidental.

“Águas acima dêste, e dos seis afluentes seus que mais se aproximassem do rumo Norte, até a cordilheira do Norte, entre o rio Orenoco e o Amazonas, o traçado deixaria cobertos os estabelecimentos portugueses no rio Negro e impediria a invasão portuguesa no Orenoco”.

Pelo artigo 16 do tratado deveriam os missionários jesuítas e os indígenas em todos os móveis, afeitos das reduções emigrar para terras espanholas, onde seriam estabelecidos como os fugitivos de Guaíra. Os índios “poderiam levar todos os seus bens móveis e semoventes e as armas, pólvoras e munição que tivessem”.

Do tratado escreveu Southey, historiador protestante que produziu uma História do Brasil traçado nos arquivos da Torre-do-Tombo, que se cometeu “um êrro fatal, cujas consequências tinham de sentí-las a Espanha, a América Espanhola e o Brasil”.

“A parte do território, que ao oriente do Uruguai seria cedido a Portugal, continha sete reduções florescentes, habitadas por uns 30.000 guaranís, não recém-tirados das florestas ou meio reduzidos e portanto prontos a voltar ao estado selvagem e capazes de sofrerem-lhe os perigos, privações e trabalhos; porém nascidos como seus pais e avós numa servidão leve e criados com os cômodos da vida regular. Todos estes, com mulheres e filhos, com doentes e velhos, com cavalos, ovelhas e bois, tinham, como do Egito os filhos de Israel, de emigrar para o deserto, não fugindo a escravidão, mas obedecendo a uma das mais tirânicas ordens, jamais emanadas dum poder insensível”.

O mencionado tratado foi mantido em sigilo por bastante tempo pelos signatários. Era um verdadeiro atentado,

pois enquanto os portugueses retirariam “da Colônia a artilharia, armas, provisões e navios de Estado, ficando livre aos respectivos moradores continuar a residir alí, sujeitos ao novo Rei, ou a sair com todos os bens móveis, vendendo o resto” (Mansueto Bernardi), regalia não admitida aos índios das reduções que tinham que emigrar obrigatoriamente.

Realizava-se êste verdadeiro confisco, violento, sumário e odioso, sem justificativa alguma, sem nenhum apôio em nenhuma lei, contra estes povos, que são as atuais localidades de São-Luiz, São-Borja, Santo-Ângelo, São-João-Baptista, São-Lourenço, São-Nicolau e São-Miguel, onde floresceu brilhante civilização. Aí “se imprimiu a primeira fôlha volante, se teceu o primeiro algodão, se compôs o primeiro livro no Rio-Grande e se fundiu o primeiro ferro no Brasil”. (Mansueto Bernardi).

Dentro da influência jesuítica, católica, de conformidade com as leis das Índias, devidas em parte a Manco Capac, era a constituição política destas reduções regidas por cabildos municipais constituídos exclusivamente por índios cristianizados. Salvo o corregedor, nomeado pelo governador e por proposta do vigário, os demais eram eleitos, em assembléia, pelo povo. Dentro dêste sistema democrático e economicamente cooperativista, não eram os silvícolas embrutecidos, como procura fazer crer a todos certa escola que se veio aliar, talvez inconscientemente, aos adversários políticos da Companhia-de-Jesús e os ciúmes e zelos provocados por aqueles nas demais ordens religiosas da época, em situação cultural bem inferior àquela. Breve os sucessos bem claro o iriam provar!

Contra a execução dêste tratado protestou em vão, entre outros, o governador de Buenos-Aires, D. José Andonaégui, protesto êste depois abafado a conselho de Valdelírios. Da Espanha o ministro marquês de la Enseñada se dirigira ao rei de Nápoles, herdeiro da coroa hispânica e futuro rei D. Carlos III, afim de obter dêste um protesto, mas fôra destituído do seu cargo por Fernando VI.

Os jesuítas do Paraguai também recorreram ante a Audiência Real de Charcas, a Audiência de Lima, o govêrno

civil de Assunción e o bispado de Córdoba de Tucuman. Também estes se demonstraram contrários ao esbulho das propriedades dos indígenas e que julgavam não ser esta a vontade do rei espanhol.

O geral da Companhia-de-Jesús, "padre Retz, escrevera aos missionários, ordenando que saíssem das reduções com os índios, e delas fizessem entrega aos régios comissários, o Provincial do Paraguai protestava, representando a Fernando VI que perdia a coroa de Espanha 300.000 vassalos, e introduzia no coração de seus domínios uma potência rival. Dentro em pouco se veria penetrarem os portugueses, com os ingleses seus amigos, no Paraguai, e chegarem a Potosi, assenhorando-se das minas, cobiçadas do mundo inteiro". (Lúcio d'Azevedo). As ordens do P. Retz, que falecia, foram confirmadas pelo P. Vicenti, novo Geral.

Em 1751, Portugal encarregava o capitão-general do Rio-de-Janeiro, Gomes Freire de Andrade para proceder, como comissário, à demarcação das três partidas do sector Sul, Castillos-Ibicuí, dêste à foz do Iguassú e daí ao Jaurú, de acôrdo com o comissário espanhol, marquês de Valdelírios, do Conselho das Índias.

Como comissário do P. Visconti viera o P. Luiz Altamirano, com plenos poderes sôbre todos os missionários das reduções e exigir o cumprimento das ordens régias. Acompanhava Valdelírios e depois se dirigira ao novo provincial P. José Barreda, que fôra transferido do Perú para o Paraguai, pois, "como estranho ao país e ao povo não se deixaria naturalmente influenciar por nenhuma consideração pessoal no cumprimento da vontade do soberano".

Com tôda prudência e cautela transmitiu o provincial as ordens para o êxodo. No entanto, entre os silvícolas, acostumados a obedecer seus chefes espirituais, surgiu em São-Nicolau o primeiro protesto amargurado. De nada valeram os pedidos e as exortações dos missionários, desde que os emigrantes de São-Miguel voltaram atrás dias após terem iniciado o êxodo. Tinham sofrido quatro mortes em seu comboio. Os demais regressaram também após se terem certifica-

do da “imprestabilidade das terras ao Sul do Ibicuí e as de Corrientes, além da redução de Japejú”. (Hemetério Veloso).

Breve o brado de resistência do cacique Nicolau Languirú, ecoou de São-Nicolau em todos os corações dos indígenas, de cuja noção de amor à sua região pátria a inconsciência de certos historiadores têm negado. Diz Hemetério Veloso que “a legislação dos dois países, apoiada no direito romano, autorizava essa defesa e até o desfôrço, **ex-próprio Marte**, do esbulho cometido. (Ordenação Livro 4.^o, tit. 58 § 2.^o, Leyes de las Siete Partidas, ley 10 tit. 10; Par. 7 e Gomes sôbre a Lei 45 de Toro)”.

Assim, reprovando a conduta de seus chefes espirituais, em completo desacôrdo com os primeiros jesuítas, que antes os amparavam e defendiam, em pouco tempo os indígenas passaram da desobediência à franca rebelião. Revoltava-os a ingratidão do governo espanhol a quem tanto haviam auxiliado com suas aguerridas hostes e seu sangue! E no entanto o P. Altamirano ousou escrever que não havia nas reduções apêgo algum à causa castelhana. Não bastava o sangue tape, nem todos os impostos que prontamente pagavam para encher os erários de Castela!

Foram presos e encarcerados os membros dos cabildos que queriam obedecer e intimados os jesuítas a só se preocuparem com a prègação do Evangelho.

Os primeiros ódios voltaram-se contra o P. Altamirano que se encontrava em Japejú. Protegido por grande escolta fugiu êste para o Prata, ao saber que 300 índios partiram de São-Miguel para matá-lo.

“Na eminência da guerra, que tudo anunciava, renunciaram os jesuítas aos seus poderes sôbre tôdas as reduções, renúncia que todavia, não foi aceita, nem pela autoridade eclesiástica, nem pela civil”. (M. Bernardi).

Em 19 de fevereiro de 1752 embarcava Gomes Freire ao Sul onde demorar-se-ia por vários anos. Levava instruções secretas do marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mas afluê vencedora a verdade da conquista tão almejada por Portugal: os limites do Prata. Em janeiro Gomes Freire encarregava o coronel Cristóvão Pereira de or-

ganizar na comarca de São-Paulo uma bandeira para auxiliar as demarcações, tendo como núcleo os elementos de milícias de Curitiba. Aos recrutados dar-se-iam tôdas vantagens dos açorianos e terras para colonização e povoamento das missões.

Em 1.º de junho expedia o coronel José Fernandes Pinto Alpoim, com três companhias de granadeiros com suas 3 peças de artilharia, e depois 120 dragões do coronel Osório Cardoso, comandante do Rio-Grande, que pouco após falecia. Em 28 de junho de 1752 era nomeado para sucedê-lo o tenente-coronel Pascoal de Azevedo, por carta de Gomes Freire que em 19 do mesmo mês partira para o Chuí, ao encontro de Valdelírios. Em Índia-Muerta incorporava-se-lhe Cris-tóvão Pereira com 200 sertanistas recrutados.

Em 1.º de setembro realizava-se em Castillos-Grande a conferência preparatória e na praia, em 29 de outubro, assentou-se o primeiro marco da linha divisória. Seguiram daí pelo divisor das águas da bacia da Lagoa-Mirim. Em Índia-Muerta e no monte de Santos Reyes foram assentados novos marcos. Os trabalhos prosseguiram e em 6 de janeiro estava pronto outro marco. Em vista disto os dois comissários se retiraram para Buenos-Aires e Colônia, deixando aos chefes de turmas, o português coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes e o espanhol capitão da armada D. Juan Etchevarria, a continuação dos trabalhos.

Antes enviara Gomes Freire, o tenente Francisco Pinto Bandeira com um destacamento para o Rio-Pardo, onde há dois anos surgira o forte Jesús-Maria-José, destinado a servir de ponto de apóio e centro de reabastecimento das forças lusitanas daquelas fronteiras.

Acompanhados de duas escoltas de 50 dragões de portugueses e castelhanos, respectivamente, os demarcadores alcançaram as cabeceiras do rio Ibicuí, onde surgiram os primeiros embarços por parte dos indígenas missioneiros.

Aproximavam-se pois os demarcadores da comissão mixta da fazenda de Santa Tecla, pertencente à redução de São-Miguel, onde havia um reduto para as guardas de mais de 50.000 cabeças de gado e uma pequena capela. Sepé Tiarajú, alferes real de São-Miguel, deixando de lado a

perseguição do P. Altamirano, foi embargar com seus comandados os passos dos europeus, declarando-lhes que só os espanhóis entrariam no território missioneiro.

A uma interpelação do comandante Etchevarria, Sepé retrucou que assim agia “por ordem do padre superior e do cura de São-Miguel”. Os inimigos políticos e de outras ordens religiosas viram nestas escusas de Sepé a participação, não provada até hoje, dos jesuítas na resistência missioneira.

Ante a atitude hostil de Sepé e a morte de um criado luso que se afastara do grosso, os demarcadores retrocederam, após terem lavrado um auto de resistência, ao Prata onde chegaram ao mesmo tempo que o P. Altamirano.

Após uma conferência dos dois comissários, estes resolveram agir militarmente contra os silvícolas rebeldes.

Teve então início a primeira luta dos filhos do Rio-Grande pelos seus direitos ante o esbulho da fôrça. A Guerra das Reduções representa um esforço desesperado dos indígenas rio-grandenses contra os mais ilustres generais portugueses e espanhóis. Defenderam sua terra com um denodo admirável. Aprecia-se então a indústria bélica da civilização jesuítica. Fabricaram-se canhões e mesmo alguns conjugados que poderiam ser tomados como precursores da metralhadora.

Em 1754 foi o forte de Rio-Pardo, pôsto avançado do domínio português no interior, atacado por fôrças missionneiras de São-Luiz. Numa sortida feita pela guarnição, esta foi recebida por uma chuva de setas, que matou 16 homens, sendo feridos o tenente-coronel Tomaz Luiz Osório e num braço o tenente Francisco Pinto Bandeira. Graças à artilharia do forte e ao auxílio eficaz de Cristóvão Pereira, foram os índios repellidos.

Novo ataque realizaram contudo os missioneiros em maior número e com artilharia, cujas peças, segundo Southey, constavam de grossas taquaras cobertas de couro crú e atarrachadas com arcos de ferro. Vinham comandados por Sepé.

Graças a um pedido de entendimento dos portugueses, foram Sepé e mais 30 homens, apreendidos ardilosamente

por aqueles em Rio-Pardo. Mas esta flagrante violação dos direitos dos parlamentares não foi de longo efeito, pois conseguiu o chefe índio fugir de sua escolta, lançando-se a nado num rio que o separava do acampamento dos seus.

Entretanto também o governador Andonáegui avançava com os castelhanos pelo rio Uruguai, onde subia uma flotilha sob o comando de D. Juan Etchevarria. Chegando ao Japejú, lançaram os castelhanos mão dos bens da redução para seu sustento. No rio Igapuí, viram-se contudo na contingência de retroceder devido a falta de recursos e em vista do rigor da estação, até Daiman, onde Tomaz Hinsor repeliu um ataque missioneiro de La Cruz e Japejú, matando aí 300 índios.

Com esta retirada fracassava sua missão que era de alcançar São-Borja e daí cair concêntricamente, com Gomes Freire, sobre os Sete Povos.

Este partira com seu exército de Rio-Grande, atravessando embarcado a Lagoa-dos-Patos, subiu pelo rio Jacuí, tocou em Santo-Amaro, fundeando então, e se dirigiu para Rio-Pardo, cujo forte de Jesús-Maria-José, iria servir de base de suas operações. Em 24 de agosto Gomes Freire organizava seu exército em operações. Servia como quartel-mestre general o coronel de engenheiros Miguel Ângelo Blasco.

Compunha-se o Exército Português que deveria operar contra Sepé, de um Regimento de Artilharia do coronel José Fernandes Pinto de Alpoim com 189 homens, dois Regimentos de Fuzileiros e Granadeiros com 401 homens sob o comando do coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes e capitão João Mascarenhas Castelo Branco, respectivamente, uma Companhia de Infantaria de Santos do capitão Manuel Martins dos Santos com 104 homens, os Dragões do Rio-Pardo do tenente-coronel Tomaz Luiz Osório com 422 homens. Auxiliares e aventureiros paulistas e lagunistas com 169 homens, em 2 corpos sob o comando do capitão Francisco Pinto Bandeira aqueles e o do alferes Antônio Pinto Carneiro o esquadrão lagunista.

Assumindo o comando em chefe dos portugueses, em 7 de setembro acampava com suas forças no passo do rio Ja-

cui, transposto depois “numa ponte de 18 canoas, feita pelos paulistas e prosseguem por terra até as fraldas do Butucaraí”, (Tasso Fragoso) continuamente picadas pelos postos móveis de Sepé.

A-pesar-de contar com perto de 1.400 homens, cujas deserções eram contidas pela vigilância guaraní que não poupava nenhum português que abandonasse o acampamento e das “enchentes de São-Miguel” com seus perigos, sabendo da retirada de Andonaégui, viu-se Gomes Freire na contingência de tratar com Sepé um armistício. Neste, firmado em 14 de novembro de 1754, demonstrou o chefe índio toda altivez e consciência de dignidade pessoal que sua raça iria incutir mais tarde nos filhos do Rio-Grande-do-Sul de 1835.

Regressaram os lusos a Rio-Pardo numa luta em que só as dificuldades haviam desmoralizado as duas colunas isoladas invasoras, pois “nesta campanha, si tal nome merece, não tinham os guaranis mostrado nem tino, nem iniciativa, nem unanimidade”. (Southey). Serviu contudo para intensificar o povoamento da estrada Viamão-Rio-Pardo, uma das linhas de operações.

Em vão haviam os jesuítas prosseguido em suas negociações com as côrtes para obter a revogação do tratado odioso, embora bem intencionado de Alexandre de Gusmão. Ordens foram dadas para prosseguir nas operações.

Em dezembro do ano seguinte iniciaram Andonaégui e Gomes Freire os movimentos para concentrarem seus meios penetrando no território missioneiro por Santa-Tecla. Constava então o exército aliado cêrca de 1.600 portugueses e 2.000 espanhóis, com grandes provisões de armas, víveres e munições. Acompanhavam-nos o governador da Colônia, coronel José Joaquim Viana.

Compreendendo bem as lições da campanha malograda de 1754, desta vez Gomes Freire dispunha de 7 peças de bronze de calibre 2 e mais 3 de calibre 1, 14 carros manchegos, 3 carretas de pólvora, 152 carretas de bagagens, 3.760 cavalos de montaria, 261 bestas de carga, 1.816 bois para carros, 2.823 animais de corte, muitos peões e vaqueanos, fora

numerosas colunas de carros de bois, pertencentes a particulares e vivandeiros, isto segundo Paula Cidade.

Reünindo em tôrno do forte de São-Gonçalo, no rio Piratini, foi contornada a perigosa região central. Em 16 de janeiro de 1756 estava concluída a concentração aliada nas cabeceiras do rio Negro. Com sua esmagadora superioridade tática, Gomes Freire e Andonaégui desta vez não podiam deixar de vencer.

Graças à enorme impedimenta, avançaram lentamente na incerteza absoluta sôbre a situação do adversário, que mais uma vez se mantinha inativo, "cegamente confiantes no seu número e nos seus santos. Não se preparavam sêriamente para a resistência e apenas uns 300 dêles, ao mando de Sepé Tiarajú, corregedor de São-Miguel, se reüniram para embargar o passo aos invasores". (Mansueto Bernardi).

Comandava a vanguarda o próprio governador Viana. Após ter tomado contacto com grupos isolados de índios, por quem foi intimado a retroceder, teve, em 7 de fevereiro, diversos portugueses mortos além dos postos avançados. Saíu então Viana com 300 homens atacando vigorosamente as posições de Sepé, o qual é morto na ação, verdadeiro encontro de vanguardas, denominado combate de Vacacaí.

Com a morte dêste chefe missioneiro, começaram as desditas dos destemidos quão descuidados defensores daquelas paragens. O cruel civilizador branco iria então reproduzir mais uma daquelas lutas de chacina e morte. Reproduziriam as cenas horrendas da conquista do Império dos Incas!

Em 10 de fevereiro mancharam os invasores suas mãos e sua glória com a chacina de Caiboaté, onde Gomes Freire decide da vitória lançando o coronel Tomaz Luiz Osório com um destacamento das três armas sôbre o flanco direito indígena. Em vão êste procura parlamentar com os chefes aliados, que viram impassíveis a chacina cruel dos 1.500 índios comandados de Nicolau Nhanguirú, o qual também foi morto. Sòmente foram feitos prisioneiros 127 indígenas, desterrados para Buenos-Aires.

Estes desastres acarretaram a retirada do exército missioneiro para seu território, decidindo-se pela defensiva.

Prosseguiu o exército aliado sua progressão até a atual Santa-Maria. Em 22 de março, no Campestre, depararam com uma posição inimiga organizada com linhas sucessivas de trincheiras. Estas posições foram evacuadas pelos guaranís após alguns tiros de artilharia, ao esboçarem os aliados um duplo envolvimento.

Desconhecendo as subidas suaves de São-Xavier e do Pinhal, procurou vencer o Monte-Grande ou Serra-Geral pela Bôca-do-Mato. Em 21 de abril, após um esforço sobrehumano, alcançaram os aliados o local da futura guarda de São-Martinho. Não souberam os guaranís aproveitar esta ocasião para passar a uma defensiva ativa.

Seguiu-se a ação de São-Francisco-Xavier, em 3 de maio, onde o exército missioneiro teve seu derradeiro sucesso, embora sem valor algum. Falam os cronistas da campanha numa obra fortificada por mão hábil num rio que chamam de Churiebí. Diz Hemetério Veloso que nunca conseguiu encontrar semelhante local em suas viagens constantes pela região missioneira.

Dia 10 conseguem os aliados vencer a resistência inimiga, neutralizando sua ação por meio de uma concentração de fogos, enquanto o exército desfilava contornando aquela posição, sofrendo poucas baixas.

Dois dias depois avistavam os aliados a redução, quasi cidade, de São-Miguel, ante a qual teve o governador Viana nítida compreensão da iniquidade do tratado. Na estância de Nossa-Senhora-de-Loreto acampou o exército durante 3 dias, a 6 quillômetros daquela capital, devido às copiosas chuvas que caíam. Contudo não pôde Andonaégui e Gomes Freire parlamentar com aquela, no que lógicamente teria conseguido a rendição da cidade, presservando-a assim do incêndio destruidor.

Em 16 chegava Gomes Freire e Andonaégui em São-Miguel, onde tôda a próspera localidade foi inteiramente queimada por seus habitantes, em desespero de causa. Porém não é verdade que então o portentoso templo houvesse sido queimado também. Está provado que êste incêndio foi provocado, pouco antes da conquista de 1801, por uma faísca

elétrica. Ficou então o templo destelhado e exposto às intempéries.

Ao clarear do dia seguinte, Viana com oitocentos cavallarianos, occupava de surpresa o povo de São-Lourenço. O cura P. Tadeu Hoenis foi preso e seus documentos cuidadosamente examinados em procura de algo que servisse para responsabilizar aos jesuítas. Nada foi encontrado.

Breve submetiam-se São-Luiz, São-João-Batista, São-Borja e Santo-Ângelo. Só os altivos habitantes de São-Nicolau preferiram embrenhar-se na cordilheira do Ijuí-Grande, donde regressaram somente após a retirada dos portugueses. Assim findava em junho de 1756 a cruenta campanha das Reduções.

Com esta relativa pacificação, a primeira turma de limites reiniciava os trabalhos, seguindo pelo rio Ibicuí até o seu desembocar no Uruguai. Daí iniciava-se a tarefa da segunda turma que se reunira em janeiro de 1759 em San-Javier. A terceira turma partira já de Assunción para as fronteiras desde a foz do Igurei, no Paraná, até a de Jaurú, no Paraguai.

Os trabalhos foram considerados concluídos em 1760 para o Sector Sul, pois no Sector Norte o commissário Xavier de Mendonça, irmão de Pombal e governador do Pará, nada conseguira fazer ainda.

As notícias propaladas na Europa pelo anonimato, em publicações de 1756, sobre um rei do Paraguai e imperador dos Mamelucos, Nicolau I, o próprio Languirú já morto, após uma suposta conquista da Colônia, Paraguai e São-Paulo pelas armas jesuíticas, a declaração de terem estas organizado uma república, palavra tão temida pelo absolutismo em voga, mais ainda assanharam os inimigos da Companhia-de-Jesús.

Assim enviara Madrid uma esquadra com cerca de 1.000 homens de desembarque, sob o comando de D. Pedro de Ceballos Cortez y Calderón, nomeado governador em lugar de D. José de Andonaégui, no mesmo anno de 1756. Com Ceballos seguiu a comissão de Valdelírios até o porto de São-Borja.

A pedido do superior das Missões, foi determinada rigo-

rosa devassa afim de verificar a participação direta ou indireta da Companhia-de-Jesús na sublevação. Funcionou a devassa em São-Borja onde o tribunal constituído por Valdelírios, Ceballos e Viana “depois de inúmeras testemunhas e interrogatórios escritos, nos quais os índios se confessaram os únicos culpados, depois do exame dos documentos colhidos no correr da expedição” viu-se obrigado a impronunciar os jesuítas, limpando-os de qualquer culpa.

Gomes Freire retirara-se para Santo-Ângelo onde permaneceu até recolher-se a Rio-Pardo, donde regressou para o Rio-de-Janeiro. Fundara então perto daquela praça um aldeamento com guaranís, ao qual denominou São-Nicolau.

Estes sucessos serviram de mais um elo a Pombal em sua campanha sistemática aos jesuítas, ordem de maior cultura na época e talvez a única então nestas condições de elevado intellecto. Sem ódio nascera na opposição que encontrara quando, antes de 1750, idealizara uma Companhia das Índias-Occidentais para monopólio rendoso, de carácter internacionalista, fato este que causou seu afastamento de Lisboa para o encargo de mediador em Viena d'Áustria.

Subindo ao poder nomeou seu irmão, D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Grão-Pará e comissário da demarcação dos limites no Sector Norte. Conseguiu este provocar novos incidentes com os jesuítas e estabelecer a sinecura dos monopólios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Grande foi a celeuma provocada pelos pequenos negociantes lesados e contavam com o apóio dos jesuítas.

Aliás em tôda parte surgiram estes protestos contra os monopólios. No Pôrto, horrível chacina judiciária havia sufocado a reacção contra a Companhia dos Vinhos, pois o ministro delapidador dos dinheiros públicos não podia admitir a mínima censura aos seus atos de mercador.

Mas o maior crime que Pombal cometeu em sua pátria foi abafar a dignidade e o carácter com ondas de sangue, a tal ponto que somente a invasão de Junot conseguiria fazê-las reviver com destemor. Desde a abolição da denominação de “cristãos-novos”, estes envenenaram o antigo reino,

sugando todos seus recursos em proveito de seus irmãos da Inglaterra.

Após ter conseguido dominar inteiramente D. José I, canalizou para suas algibeiras tôdas as riquezas que o Brasil enviara a mais para a reconstrução de Lisboa.

Por lei de 3 de setembro de 1759 expulsava de Portugal e suas colônias a Companhia-de-Jesús, tirando-nos assim a única corrente de professores que o Brasil então possuía. No cumprimento dêste decreto os prosélitos de Pombal haviam acirrado a rivalidade das outras ordens religiosas contra uma Companhia que sempre pugnara pelo catolicismo, pela cultura e pela disciplina, sem o que sobreviria a dissolução do Estado!

Não sendo portanto possível cumprir integralmente o tratado de Madrid, ante a celeuma que surgiu contra sua execução por parte das duas nações ibéricas, outro tratado, o de Pardo, declarava nulo aquele em 12 de fevereiro de 1761.

Voltavam as Missões à Espanha e Colônia permanecia com Portugal. Retornavam assim os missionários que por todos os meios tentaram dar aos Sete Povos o esplendor e progresso que tinham.

Bandeira e brasão farroupi- lhas

Walter Spalding

A 12 de novembro próximo passará o primeiro centenário do decreto de criação da bandeira Rio-grandense e o de seu solene hasteamento.

Pouco mais de ano havia que o Rio-Grande em pêsso se levantara em armas não para combater a pátria comum, mas para expulsar de seu seio, filhos ingratos que, — áulicos da côrte, — oprimiam ou, pelo menos, cooperavam eficazmente com o governo do Centro na política de exações praticada na então província de S.-Pedro.

Vencida a primeira etapa, dada por finda a luta armada em outubro, um mês após o levante, Bento Gonçalves e os demais chefes farroupilhas dispersaram sua gente.

“Compatriotas! — dizia Bento Gonçalves na sua proclamação — “Aos cidadãos armados” (21-X-35) — Compatriotas! Em nome da Pátria eu agradeço vossos altos serviços; ela vos deverá sua prosperidade e sua grandeza; êste é o digno prêmio a que tão só aspiram os homens verdadeiramente livres”.

Mas, pouco depois, tudo mudaria.

A Regência não reconhecendo os direitos dos revolucionários, por atos verdadeiramente impolíticos e impatrióticos, fêz com que a revolução se reiniciasse e, desta vez, com violência.

De quanto é capaz um ato impensado dos que, pandos de vaidade, inflamados de orgulho, se julgam superiores!

A história de Golias e o pequeno Davi, de que nos falam os livros sagrados, é símbolo eterno.

E aquele grãozinho de areia lá no fundo do oceano imenso si não muda o curso das águas, fá-las quebrar-se, dobrarem-se a-pesar-de tôda a violência.

* * *

Um ano havia que, na ponte da Azenha se iniciara a luta reivindicadora.

Sangue aos borbotões correrá já pelas campinas gaúchas.

A Regência teimava em vencer os farroupilhas pela força.

Pretensão estulta! Quando se luta por amor, não há força humana que domine os lutadores. Pode destruí-los, sim, mas, como a lendária Fênix, renascerão das próprias cinzas, mais fortes e mais dispostos.

E foi, levado por êsse espírito de supremo sacrifício que o Rio-Grande, pela palavra de Neto, bradou: “Liberdade ou morte!” proclamando a República e declarando independente o Rio-Grande, mas disposto a federar-se às **mais províncias brasileiras que assim espontâneamente o queiram.**

A 6 de novembro, na lendária vila de Piratiní, reunidos os respectivos vereadores, foi eleito e empossado o primeiro presidente da República Rio-grandense às nove horas da manhã, conforme reza a ata, documento verdadeiramente precioso, graças ao qual temos exata noção do que foi a reunião da Câmara de Piratiní.

Feita a eleição e apurada em seguida, verificaram “que a maioria absoluta de votos recaiu na pessoa do distinto patriota o Exm.^o Coronel Bento Gonçalves da Silva, e durante o seu impedimento na do cidadão José Gomes de Vasconcelos Jardim”. Para vice-presidente foram eleitos: Antônio Paulo da Fontoura, José Mariano de Matos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães.

Estando Bento Gonçalves preso, foi, sem mais delongas, empossado o cidadão José Gomes de Vasconcellos Jardim que prestou o competente juramento e após nomeou os seguintes auxiliares por decreto do mesmo dia: Ministro do Interior e, interinamente, da Fazenda, Domingos José de Almeida; Ministro da Justiça e, interinamente, dos Estrangeiros, José Pinheiro de Ulhoa Cintra; Ministro da Guerra e, interinamente, da Marinha, José Mariano de Matos.

Estava, portanto, instalado o primeiro governo republicano do Rio-Grande-do-Sul.

Mas, cousa curiosa, é a coincidência de não serem rio-grandenses os auxiliares do governo. Almeida e Cintra eram mineiros e Mariano de Matos, fluminense. E' prova evidente de que a revolução nada tinha de separatista mas, era, sim, idealista.

Vida nova teve, então a legião farroupilha que, com dobrado vigor se batia, um contra 10, quasi sempre, sem o mínimo esmorecimento, para consecução de seu fim novo — a federação.

E tanto isso é verdade que em manifestos firmados por Bento Gonçalves encontramos as expressões: “Viva a Liberdade! Viva a República! Viva a Federação Brasileira!”

A luta, porisso, mais intensa continuou porque o império não tendo sido capaz de compreender os revolucionários de 20 de setembro de 1835, menos ainda compreenderia os de 6 de novembro de 1836 que tão acintosamente o tratavam.

“As convulsões que abalam os povos, — no dizer do venerando jurista baiano desembargador Filinto Bastos, — são fenômenos naturais que, infalivelmente se darão enquanto opiniões e doutrinas entre si antagônicas, e os interesses, engendrados pelo egoísmo, pela mania da grandeza e do poderio, forem apanágio da humanidade”.

Mas no caso dos revolucionários de 1835 não foi a mania da grandeza e do poderio e nem tão pouco os interesses engendrados pelo egoísmo que os levou ao campo da luta.

Se, nessa gloriosa revolução brasileira egoísmo houve, se, houve mania de grandeza e poderio, foi no campo legal.

O Império é que se mostrou egoísta, e com a mania da grandeza e do poderio ensangüentou durante dez anos o solo rio-grandense, espalhando a orfandade e a miséria.

Tivesse a Regência sido menos egoísta e menos convencida de sua grandeza e poderio e a história não teria registado essa luta titânica e talvez o ideal republicano, no qual o governo Imperial lançou os farroupilhas, não teria tido o seu advento a 15 de novembro de 89, pois o Rio-Grande-do-Sul pacificado, brasileiro como a mais brasileira das províncias do Brasil, continuou sendo republicano.

A 15 de novembro, quando no Rio-de-Janeiro se proclamava a República, no Rio-Grande-do-Sul, a um titular do império, o glorioso Visconde de Pelotas, era confiada a causa republicana! E Rui Barbosa, naquela ocasião, chegou a dizer: "Si o Rio-Grande não aderir, a República está perdida".

Infundado era, porém, o temor. Os sentimentos republicano-federativos viviam latentes em quasi todos os corações rio-grandenses que, desde a heróica década, se gabavam dizendo:

"No campo da honra andamos

.....
defendendo a nossa causa
como filhos do Brasil".

Foi também, senhores, êste nobre sentimento brasilista que os guiou na organização da bandeira da República Rio-grandense.

Proclamada a república nos campos do Seival; instalado o governo na vila de Piratini, em ordem marchava o maquinismo governamental da República Rio-grandense.

Apregoando-se, mais para armar efeito do que por espírito separatista, — "nação livre e independente", faltava-lhe, para tal, o símbolo principal — a bandeira.

Essa bandeira criou-a o decreto de 12 de novembro de 1836, que reza:

"Ocupando já na grande família das nações o lugar

que lhe compete, o Estado Rio-Grandense, e convindo que elle tenha um escudo d'armas, o presidente da República decreta:

O escudo d'armas do Estado Rio-Grandense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores, assim dispostas:

A parte superior junto à haste verde, e formada por um triângulo isóceles, cuja hipotenusa será paralela à diagonal do quadrado;

O centro escarlate, formado por um exágono, determinado pela hipotenusa do primeiro triângulo, e de outro igual e simètricamente disposto, côr de ouro que formará a parte superior.

Domingos José de Almeida, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios do Interior, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. — José Gomes de Vasconcelos Jardim — Domingos José de Almeida”.

Claro está o decreto: “um triângulo isóceles na parte superior”, “outro igual e simètricamente disposto”, na parte inferior, e no centro, separando os dois triângulos, um exágono.

Estabelece, portanto, o decreto a bandeira quadrada, de outra forma não poderiam nela figurar dois triângulos isóceles.

A-pesar-disso foi êsse decreto mal interpretado e as bandeiras começaram a surgir de todos os feitios até culminar com a que hoje apresentamos como bandeira dos farroupilhas!

E até estudiosos houve, sendo o primeiro dêles, queremos crer, o Barão do Rio Branco que, nas “Efemérides Brasileiras”, na data de 12 de novembro de 1836, comentando o decreto diz ter sido elle o criador do monstruoso brasão que por aí anda como armorial farroupilha!

E seguindo Rio Branco vários historiadores repetiram a mesma cousa e entre êles, em alentado estudo — **Bandeira Nacional e bandeiras estaduais** — o Sr. Mansueto Bernardi.

Urge, porém, acabarmos com isso e darmos o seu a seu dono.

O decreto de 12 de novembro de 1836, diz, com justeza: "O escudo d'armas do Estado Rio-grandense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores", etc.

Não será a bandeira "escudo d'armas"? Sim; ela é que escuda as armas de uma nação. Mas jamais será brasão de armas. (*)

Este também, foi criado mas mais tarde, e reproduzido, depois, por Mariano de Matos, o bravo fluminense, quando, após ter sido Ministro da Guerra e da Marinha da República Rio-grandense, foi Ministro da Guerra do Império.

Este brasão d'armas da República Farroupilha lá está, até hoje, símbolo sagrado de um povo que soube ser herói, numa das salas do Ministério da Guerra.

* * *

Compõe-se o "escudo d'armas" ou bandeira da República Rio-grandense de um triângulo isóceles verde, um exágono encarnado e um triângulo isóceles amarelo.

Verde e amarelo — as duas côres mestras da bandeira do Império brasileiro, e ainda hoje as côres da República.

(*) Escudo, dizem os dicionaristas, é o fundo que serve para confeccionar o "brasão". Moraes dá: "peça em que estão as armas das famílias nos pórticos das casas", etc. (Dicionário da língua portuguesa).

"O fundo ou campo sobre que se representam as figuras das armas nobiliárias" (Enciclopédia Jackson).

E assim, Cândido de Figueiredo, Caldas Aulete, Lelo Universal, etc.

Brasão, diz Moraes, é "o escudo com as armas" (ob. cit.).

Cândido de Figueiredo explica: "Escudo de armas. Insígnia de pessoas ou famílias nobres".

Caldas Aulete, Lelo Universal e outros falam pelo mesmo teor: conjunto de que se compõe o escudo de armas de famílias, cidades, nações, etc.

Vê-se, portanto, que há diferença entre o simples **escudo** e o **brasão**, não havendo motivo para a confusão que hoje, infelizmente, existe na denominação dessas duas peças distintas.

Em 6 de novembro, dia da posse do primeiro presidente da nova República, foi rezado solene **Te-Deum** na igreja de Piratini.

Segundo Alfredo Varela, (Rev. Cisp. — 2.º vol.) todos os farroupilhas assistiram à solenidade, saindo, incorporados da Câmara para o templo.

Já naquele dia, 6 dias antes do decreto, a bandeira formava. Sustinham-na os hérculeos braços de Joaquim Teixeira Nunes, que também levaria, com Canabarro e Garibaldi, em 1839, essa mesma bandeira federativa até Santa-Catarina.

A disposição das côres e formato estavam definidos, e o decreto apenas sancionou o que já fôra feito.

Outro decreto do mesmo dia 12 de novembro estabelece o “tope nacional do Estado Rio-grandense” que “será de forma circular, contendo as três côres nacionais, dispostas como segue: uma orla verde da largura de quatro linhas, contadas da circunferência para o centro; outra escarlate com igual dimensão, formando a outra um botão de ouro sem algum lavor”.

As mesmas côres, portanto para o tope. Do brasão, porém, nada se encontra que sancione o uso. Mas é certo que existiu, e desde os primeiros tempos, ideado, conforme a tradição, por José Mariano de Matos.

Interessante é notar-se o significado, ou interpretação das côres da bandeira rio-grandense.

A primeira encontramos num jornal da época, “O Republicano”, de 21 de fevereiro de 1837 (Conforme A. Varela — Rev. Cisp. 2.º vol.) Diz a nota: “Os republicanos têm adotado um pavilhão tricolor verde e amarelo nos extremos, encarnado no centro, lustra muito bem. cremos que o verde é a esperança de manterem sua independência; o amarelo sinal de firmeza e resolução nos seus planos, e o encarnado notícia que levarão fogo a qualquer parte, que os pretenda encomodar”.

Em 1890 surge outra interpretação, no “15 de Novembro”, de Cachoeira, conforme Mansueto Bernardi o regista (ob. cit.).

Diz a nota que o todo da bandeira “identifica-se com o verde das nossas paisagens, com o ouro do solo que calçamos, com o vermelho do pudor que nos torna honrados e sempre prontos pela defesa dos nossos brios”.

Augusto Pôrto-Alegre, em estudo não concluído sobre a bandeira de 35, escreveu:

“Os próceres gloriosos de Piratini entenderam com admirável tino, meditando na nossa educação cívico-política ser utopia rematada a coexistência do Estado vivendo em organização política divergente e unido ao resto do império; contudo, ficavam os laços inconfundíveis da nacionalidade a viver no pavilhão republicano, passando as duas côres tradicionais da bandeira nacional a constituir elementos de formação heráldica do pavilhão tricolor.

Foi assim que, na distribuição das bases fundamentaes da bandeira republicana de 1835 entraram para completá-lhe a sugestiva beleza — o verde esmeralda, representando a eterna primavera brasileira e o amarelo jalde evocando no luzimento do reflexo vivaz, a riqueza abundante do solo pátrio, encravando na apoteose dos dois lindos tons, gratas aos olhos e aos corações patrióticos, a faixa vermelha de entusiasmo, dando-se-lhe, está logo a ver-se claramente, acentuada significação poética pelo feitio de que ficou composto e conhecido com entusiasmo”.

E cremos ter Pôrto-Alegre toda a razão, como, aliás a tem Mansueto Bernardi quando disse que “a escolha das três côres rio-grandenses deve ser antes e ainda interpretada como um ato simbólico de fidelidade à pátria comum”.

E em verdade, o símbolo da bandeira da República Rio-grandense foi, como ainda é, — **Federação**.

As bases da flâmula brasileira são o verde e o amarelo. As da flâmula rio-grandense são também o verde e o amarelo.

São, portanto, bandeiras irmãs.

E o encarnado? — O encarnado não é mais do que o símbolo da **República** e da **Federação**.

Veja-se para exemplo o “barrete frigio”: foi sempre, e sempre será vermelho.

Cremos ter, assim, dito o suficiente para deixar provado qual foi a bandeira criada pelo decreto de 12 de novembro de 1836, da República Rio-grandense, e qual o seu verdadeiro significado.

Passemos, agora, a examinar o brasão d'armas.

Brasão, conforme o ensinam os mestres, é o conjunto do que figura, como símbolo ou insígnia, no escudo que é apenas, o fundo que serve para o armorial.

Alfredo de Carvalho em "**Brasões do Brasil Republicano**", assim descreve o brasão da República Rio-grandense:

"Escudo em lisonja, partido, em pala, de verde, vermelho e ouro; em um paralelogramo de prata, inscrito na parte média (vermelha) do escudo, um barrete frígio vermelho sôbre um bastão, pôsto em pala, tendo aos lados dous ramos (de café e fumo?); na parte superior (verde) do escudo, uma estrêla de ouro e na inferior (de ouro) outra estrêla de vermelho; aos lados da lisonja, duas colunas de ouro assentes sôbre montes verde. O todo é inscrito num oval de prata, orlado de ouro, onde se lê — **República Rio-Grandense** — 20 de setembro de 1835. — Em redor dêste brasão vêm-se trofeus d'armas e bandeiras tricolores partidas em pala; verde, vermelho e amarelo; e em uma faixa, por baixo, o mote: **Liberdade, Igualdade e Humanidade**.

A descrição, porém, está errada e não é a do brasão de 1835 mas o que desde o início da campanha republicana, em 1870, foi divulgado como sendo o dos farroupilhas.

Verdade é que se basearam em documentos coevos, mas não idôneos para o caso; o painel do Padre Hildebrando, simples fantasia heráldica, que serviu, por um êrro de Bernardo Pires, para o lenço que mandara estampar nos Estados-Unidos, em 1842.

Em nota à sua descrição do brasão farroupilha diz Alfredo de Carvalho que o mesmo verificou em um "lenço de seda, de indiscutível autenticidade, exposto na Biblioteca Nacional do Rio-de-Janeiro por ocasião da Exposição histórica do Brasil em 1881".

Realmente, a autenticidade do lenço é indiscutível, mas

discutível é a autenticidade do brasão que nêle figura, conforme já o dissemos, e que, além disso está fora das normas da heráldica, a não ser que faça parte de uma heráldica futurista...

O brasão de armas da República Rio-grandense de 1835 é composto de um escudo em lisonja partido em pala, de sinople. Em um paralelogramo de ouro, inscrito na parte média do escudo, um barrete frígio vermelho sôbre um punhal ou sabre, pôsto em pala, tendo aos lados dous ramos, de louro e erva mate. Na parte superior do escudo uma roseta de ouro e outra igual na parte inferior. Aos lados da lisonja assente sôbre uma colina verde, duas colunas de ouro também assentes sôbre colinas verdes. O todo é inscrito num oval azul orlado de ouro. Em redor dêste brasão vêem-se trofeus d'armas e quatro bandeiras tricolores, duas de cada lado, tal como a criada pelo decreto de 12 de novembro de 1836.

Nenhuma frase ou palavra nêle figura. E' êste o verdadeiro brasão da República Rio-grandense, por cuja adoção oficial nós deveríamos pugnar.

O mote: **Liberdade, Igualdade, Humanidade**, que figura nos que foram oficializados em 1891, nunca fêz parte do brasão que deve ter sido criado logo após a bandeira.

Entretanto poderia ser empregado, pois de 1839 em diante foi êle usado e as comunicações enviadas pelos farroupilhas que invadiram Santa-Catarina começavam sempre por "Liberdade, Igualdade, Humanidade".

Mas, convém notarmos que a-pesar-do brasão ter oficialmente existido durante o glorioso decênio, nunca foi empregado como parte integrante da bandeira.

Esta nunca se afastou do decreto pelo qual foi criado.

* * *

Rio-grandenses! Honremos esta bandeira! Honremos êste brasão!

Símbolos da Liberdade, símbolos da Justiça, símbolos da mais pura brasilidade, a bandeira e brasão republicanos

de 1835, não podem e não devem ficar à margem como até hoje ficaram.

Urge colocá-los no lugar que lhes compete, substituindo êsses símbolos intrusos que o Rio-Grande ostenta.

Cultuando a história, sagrando a verdade histórica e os feitos gloriosos dos nossos maiores, asseguraremos o passado, ileso e íntegro, e cimentaremos a base do desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente.

E o Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, cuja vida, embora curta ainda, já se impõe ao respeito de todos, deve apelar, a quem de direito, para que nosso Rio-Grande ostentar possa a sua legítima bandeira brasilista e federativa e o seu verdadeiro brasão, símbolo sagrado de um punhado de heróicos brasileiros.

Balanças & Drogas

(Reconstrução histórica pelo Dr. Fernando Osório — Trabalho lido na Faculdade de Farmácia de Pelotas)

Quadro antigo das Farmácias de Pelotas. — Imagens e ações de seus velhos Boticários

A PAZ DOS LABORATÓRIOS E AS “FARMÁCIAS DA ALMA”

Mestres e alunos que, nesta Faculdade, vivem para o ideal do estudo, nas palavras de Pasteur, o criador em bacteriologia do método experimental, que sem ter escrito obras de ciência, nem feito literatura, pertenceu à Academia Francesa, levando quasi cincoenta anos na paz austera dos laboratórios a esquadrihar os arcanos da matéria e a derramar benefícios, cognominado o maior filantropo da humanidade, — todos sentirão modular os hinos da ciência, dizendo êle que a cultura científica na vida moderna é mais necessária ao estado moral de uma nação que a sua prosperidade material, porque os centros de ensino, como esta casa, próprios a fazer conhecer os trabalhos desinteressados, as grandes descobertas, as meditações do pensamento, introduzem no corpo social inteiro o espírito de discernimento, condenam a ignorância, designa os preconceitos e os erros. E Luiz Pasteur apostrofável aos moços, convencido de ser a noção do ideal a mais importante das noções que iluminam, dirigem e consolam a porção mais elevada

da alma humana, do ideal que “é a própria realidade, abstração feita de suas imperfeições” : — “Não vos deixeis desalentar pelas tristezas de certas horas que passam sôbre uma nação”.

Já um filósofo grego receitava contra os erros corruptores da vida aquilo que êle chamou de *tetraphármakos*, isto é, quadrupla droga — coragem, temperança, prudência e justiça!

Assim, confiados aos métodos seguros, na paz das bibliotecas e dos laboratórios, advertira Bufon: — “Reünamos fatos para ter idéias”. Uma grande biblioteca encontrou Maspero no Rhamesséum de Tébas, com esta epígrafe filosófica: — Farmácia da Alma, porque os livros ou são remédios morais ou terríveis venenos. Nem é preciso, para defender os direitos da tradição, na frase de Brunetiére, per-lustrando os domínios da crônica e da história de Pelotas, escarvando o assunto, chegar à noite dos tempos, como se costuma dizer, quando ao imperador da China, Chin-Nong, morto dois mil e setecentos anos antes de Cristo, se attribui a primeira obra sôbre Farmácia, para justificar a verdade de que os fatos que se referem às origens são os mais elucidativos, narrados pelo historiador, porque, na sua expressão e natural filiação, deixam o espírito “surpreender a índole dos fatores e a qualidade dos impulsos que os fizeram juntar-se e cooperar em comum” resultantes do concurso de influências físicas, econômicas, morais e individuais. Dividiremos êste retrospecto em duas partes, tratando primeiro, com o amor da justiça e a idealização por que a história faz passar os seus eleitos, de expressivos antecedentes dignos de revocar à memória, sôbre o Rio-Grande-do-Sul e o Brasil.

INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, POR UM BRASILEIRO, DO CURSO DE FARMÁCIA.

Podemos nos gloriar (e nem todos sabem disto) de ter sido um brasileiro o primeiro professor de Arte Farmacêutica, como natural anexo do ensino regular da Medicina, na famosa Universidade de Coimbra.

Tão notável compatriota nosso foi o doutor José Francisco Leal, nascido, em 1744, no Rio-de-Janeiro, de pais também fluminenses.

Após completar os seus estudos em Montpellier, em Pádua e na Áustria, seguindo cursos de química, botânica e clínica médica, exerceu o magistério, em Coimbra, durante dezessete anos, publicando um compêndio de Farmacologia, gabado pela limpidez do estilo e metódica exposição.

E, ao que sabemos, das suas lições dadas sobre Farmácia e matéria médica, data o começo da instituição verdadeiramente científica e oficial dos nossos antepassados farmacêuticos, desde que, em 1772, se reformou a suprádita Universidade de Portugal. E', pois, justificável uma homenagem, de início, a quem primeiro grangeou a reputação de mestre, "aliando à modéstia recolhida, eloqüente sabedoria". E é um esforço para a sabedoria fazer justiça...

BRASILEIROS QUE HONRARAM AS ACADEMIAS

Não foi só pelo desejo de nos ser agradável que Latino Coelho confessou haverem tido o seu berço no Brasil os talentos, na maioria, mais formosos de Portugal nos fins do século dezoito e nos primeiros decênios do dezenove, exclamando Oliveira Martins que Brasileiros eram os primeiros sábios portugueses de então, que honraram as academias e que resplandeceram, entre outros officios, na magistratura e nas dignidades eclesiásticas, bastando citar o nome, caro à Pelotas, do patriarca do jornalismo no Brasil e em Portugal, Hipólito da Costa, irmão de um dos fundadores de nossa cidade. E' nessa mesma tradição que se apontam as lições precursoras do referido lente de Farmácia, em Coimbra, doutor José Francisco Leal, entre os que ostentavam a nobreza e a vitalidade espiritual da nossa raça.

AÇÃO DAS MINHOCAS E DO PESCOÇO DE GALO — PAPEL DOS BOTICÁRIOS DO RIO-DE-JANEIRO

Não precisamos, na rotunda movediça dos tempos, aquí, atulhar o bojo de uma larga crônica, nos limites dêste es-

bôço, remontando aos cirurgiões-mores que, na América, pelo seu delegado Antônio Mendes, autor de um raríssimo opúsculo sôbre o Governo da Medicina, como êle dizia, para os que vivem distantes de professores seis, oito e mais léguas, — acreditavam na ação tópica das minhocas como resolutivo dos panarícios ou nos efeitos do pescoço de galo para a cura das anginas, desde que o pescoço fôsse torrado, pulverizado e dado em poção. Ainda não havia a Farmacopéia Geral que à congregação da Faculdade de Medicina mandara compor o marquês de Pombal, depois que se matricularam os candidatos à profissão de boticários, praticando dois anos no laboratório químico, como simples operários, antes de trabalharem outros dois ao serviço farmacêutico. E é conhecido o honroso papel que representaram os boticários do Rio-de-Janeiro, já na fundação da Academia de Ciências e de História Natural, em 1771. Deixou de confundir-se o boticário com o mercieiro e o herbolário, sujeitando-se ao exame da fisicatura, como então se dizia, aquele que quisesse assentar botica e usar do seu officio. E, em terra americana, os primeiros clarões da ciência já rebelde às fantasias da alquimia, resplandeceram com os trabalhos de um Vicente de Seabra, de um Conceição Veloso, na botânica, e de um Alexandre Ferreira na exploração da natureza amazônica, deixando os seus nomes memorados, de modo valioso e original.

SEVERAS DISPOSIÇÕES DE LEI

Nos bons tempos de el-rei nosso senhor, até as profissões liberais foram regulamentadas com rigor e religiosa observância. Onde não existiam médicos e cirurgiões aprovados, o regimento de 1810 (22 de janeiro) mandava que os curandeiros prestassem exame de habilitação perante o juiz comissário subdelegado.

E êste lhes expedia carta de licença por um ano, obrigando-os a darem conta ao juiz “dos doentes que tivessem moléstias e remédios que lhes applicassem de seis em seis meses, guardando em tudo o serviço de Deus e de sua ma-

jestade Fidelíssima, recebendo de seu trabalho aquilo que voluntariamente lhes quisessem dar". Uma vez que se mostrasse incapaz na prática, o curandeiro perdia a licença e, para não incorrer nas penas do alvará, assinava o termo de não curar mais, nem aplicar remédios.

Abriu-se devassa, em 1819, na vila do Rio-Grande, (edital de 21 de janeiro), entre outros pontos, sobre si algum boticário levava pelos medicamentos mais do que mandava o regimento e si algum médico ou cirurgião obrigava os enfermos a aviarem as receitas em botica determinada...

REFORMA DO ENSINO DA FARMÁCIA — ARQUITETO GAÚCHO

Não é um excursão a se perder, em rondas de evocação das ciências médico-farmacêuticas no Brasil, êste delinear dos seus primeiros frutos, depois que, ao alvorecer do século dezenove, deitou a real semente o então Príncipe Regente D. João VI, instituindo uma escola na capital da Baía até que, em 1832, com o decreto da Regência, a Faculdade do Rio-de-Janeiro foi definitivamente estatuída.

Já a medicina, entretanto, tinha criado no nosso torrão as suas primeiras raízes, porque antes do advento da nossa independência política, dado o impulso holandês à medicina colonial, esta frutificou em benefícios, passando, numa existência centenária, a modificar-se a orientação dos estudos através de reformas, destacando-se a do plano de criação das Faculdades e a que refundiu o ensino da Farmácia, reforma esta de que resultou a criação da Escola de Farmácia de Ouro-Preto, em Minas-Gerais, em 1839. E ninguém deverá esquecer que foi um insigne rio-grandense, o Barão de Santo-Ângelo, o nosso Leonardo da Vinci, Manuel de Araújo Porto-Alegre, lente da Academia de Belas Artes do Rio-de-Janeiro, encarregado em 1847, de organizar a planta da projetada construção de um edificio especialmente adequado à natureza dos estudos médicos e farmacêuticos.

NO RIO-GRANDE — QUEM FOI PEDRO BOTICÁRIO

No Rio-Grande-do-Sul, em 1850, fundou-se a Associação Médico-Farmacêutica; em 1886, a Sociedade Rio-Grandense Médico-Cirúrgica; em 1892, em Pôrto-Alegre, uma Sociedade de Medicina; publicando-se, em 1852, o Arquivo de Medicina e Farmácia do Rio-Grande-do-Sul. Já na Guerra dos Farrapos, na crônica política do nosso liberalismo, apareceram vultos como o do intrépido Francisco Xavier Ferreira, de agnome Chico da Botica, verdadeiro mártir, que findou seus dias num calabouço, no Rio-de-Janeiro e que, sendo deputado, em 1835, propôs a elevação da vila de Pelotas (S.-Francisco-de-Paula) à categoria de cidade; ao lado daquele patriota e tenaz lutador, que se popularizou pela alcunha de **Pedro Boticário**, Pedro José de Almeida, fundador do temível jornal chamado **Idade de Pau**, trazendo, abaixo do título, como lema de combate, um enorme cacete. Foi, como Lucrécio, um inimigo das divindades do tempo, partidário da revolução nacional de 7 de abril.

Quebrou êle lanças pelas suas idéias e foi juiz que colocou a lei acima de tudo. Recolhido, com Bento Gonçalves, preso, à fortaleza de Lage, ainda bem que não rolou a sua cabeça no patíbulo, como a do grande químico Lavoisier no regime da tirania; depois de peripécias várias, veio a falecer, em 1850, a 8 de janeiro, em Pôrto-Alegre, êsse rio-grandense, **Pedro Boticário**, de ações cheia da fibra “diamantina e pura” de que é tecida a alma gaúcha.

OUTRO EXEMPLO DE ALTIVEZ

Também provou o seu caráter independente e altivo o autor dos primeiros estatutos do curso médico do Rio-de-Janeiro, conselheiro doutor Manuel Luiz Álvares de Carvalho que, se achando no paço, viu o príncipe D. Sebastião em um carrinho puxado pela dama de honor que, julgando honrar o distinto médico, ofereceu-lhe os cordões do carrinho; mas o dr. Manuel Luiz de Carvalho, ao que refere o dr. Moreira de Azevedo, recusando, respondeu:

— Dê V. Ex. a honra de puxar o carro do infante a quem quiser, porque eu é que não sou animal de sege...

CIENTISTAS GAÚCHOS

Fiquem estas notações para concretizar o vigor dos Elos morais da gleba rio-grandense, que deu ao Brasil o seu primeiro Ministro do Trabalho, na 2.^a República, o Farmacêutico Lindolfo Collor, e contou na medicina pública vultos como o do barão de Teresópolis, o notável toxicologista, filho do Rio-Pardo, dr. Francisco Ferreira de Abreu que, em París, onde alcançou vasta clientela, viu o seu nome inscrito no quadro dos sábios estrangeiros, citado por Ogier, na sua clássica obra sobre química toxicológica, conferindo-lhe o governo francês a insígnia da Legião de Honra... além de dar ao Brasil o Rio-Grande-do-Sul filhos insígnies na ciência, como José de Araújo Ribeiro, visconde do Rio-Grande, perpetuado em busto na Santa Casa de Pelotas ou como Joaquim Caetano da Silva, formado na Universidade de Montpellier, uma das glórias mais puras e imorredouras que honraram o nome brasileiro nos centros cultos da Europa, admitido em 1828 como membro da Sociedade de História Natural da cidade de Augusto Comte, e cujo círculo médico ofereceu, em 1836, o seu trabalho escrito em francês sobre a "Queda dos Corpos", recebendo o diploma de membro titular do Círculo Médico e também, no ano seguinte, o de membro correspondente da Sociedade Real de Medicina de Gand. Dêste formoso engenho, dêste modesto sábio rio-grandense, filósofo, geógrafo, diplomata, educador, que, pela sua pobreza, afim de formar a sua biblioteca teve de ensinar o francês aos próprios franceses com a proficiência de um parisiense de fina cultura intelectual, dêle, o seu grande amigo barão de Santo-Ângelo disse:

— "E' um homem que estuda... vinte e cinco horas por dia!"

Infatigável trabalhador no gênero de Aristóteles que dormia com uma barra na mão para quando caísse acordá-lo!

Finalmente, nesta mesma linhagem, não podem os pelotenses esquecer um outro ramo pujante de uma árvore vigorosa, José Maria Chaves, o notável médico, filho desta cidade, formado aos dezenove anos de idade, lente, aos vinte e dois anos, da Escola de Medicina do Rio-de-Janeiro e citado por Tôrres Homem como uma das glórias da ciência médica brasileira. Perdurem, em altar, estas evocações, na consciência da Mocidade que perlustra os bancos desta Escola, debaixo de cujo tecto, ressurgindo a rapsódia do passado, as lições de um Bruno Gonçalves Chaves e de um Francisco José Rodrigues de Araújo rutilam para os que lhe transpõem os umbrais, como si aquí se levantasse ao deus da Farmácia aquele mesmo templo grego em cujo tampo se lia, transfundindo a força das virtudes sólidas, no encanto dos ânimos juvenis, esta legenda luminosa: — Aquí só terão entrada as almas puras!

FUNDAÇÃO DA FARMÁCIA EM PELOTAS — AS PRIMEIRAS BOTICAS

Até onde alcançaram os nossos olhos na microscopia das imagens e ações do passado, da vida e da alma múltipla de Pelotas, apurámos que o govêrno, há um século, cobrava o imposto de 400 réis por ano sobre o negócio de misturar drogas com balanças; e a seguinte relação das boticas anotadas no Livro Caixa n.º 1 da Municipalidade mostra que, no ano de 1844, pagavam 1\$000 réis — em 17 de junho, Antônio José Alves Paredes e Bernardo Vieira Gonçalves, em 2 de julho, Antônio José da Silva Braga e a 24 de novembro, dêsse mesmo ano de 1844, Mateus José dos Santos pagou 2\$000 réis.

Era Mateus pai do coronel Cristovão dos Santos, antigo delegado de polícia, e estabelecido no vilarejo do Areal, onde, no fastígio d'antanho, diz, ainda hoje, a tradição oral que foi muito consultado.

De seu neto, Mateus Gomes dos Santos, obsequiosamente, colhemos os seguintes dados: — Mateus José dos Santos, natural da então Província de Santa-Catarina, farma-

cêutico formado pela Faculdade do Rio-de-Janeiro, veio um ano após a sua formatura para esta cidade, a êsse tempo vila de SãoFrancisco-de-Paula, onde se estabeleceu com uma pequena botica, na Costa de Pelotas, no lugar então conhecido pelo nome de Xarqueada do Barcelos, à margem do Arroio Pelotas. Mais tarde, depois de casado na família Barcelos, em 1835, mudou-se êle para a vila de Piratini, abrindo farmácia em baixo do sobrado que era a sede do governo da República do Rio-Grande. Teve as melhores relações de amizade com Bento Gonçalves, Garibaldi e Domingos de Almeida, de cuja espôsa a sua era prima. Anos mais tarde, Mateus tornou a Pelotas, passando a residir, ainda, na Costa de Pelotas (Areal) e a servir de médico das Xarqueadas e de muitas famílias e pessoas da localidade. Em 1857, aproximadamente, seus filhos Mateus José dos Santos Jor. e Setembro José dos Santos estabeleceram casa que era de sua moradia e propriedade, hoje pertencente ao sr. Guilherme Natorff.

Por sua morte, o negócio passou a seus filhos Mateus e Cristovão José dos Santos (Santos & Irmão) até 1894, quando deixou de funcionar. Mateus (pai) era irmão do dr. Cristovão José dos Santos, que foi médico da casa imperial, no Rio-de-Janeiro.

CÓDIGO DE POSTURAS. RETRATOS DE PELOTAS. O XAROPE DE PENEDO

Já no nosso livro "A Cidade de Pelotas" nos referimos a um valioso documento do tempo, o Código de **Posturas Policiais**, de 19 de fevereiro de 1834, aprovadas pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São-Francisco-de-Paula, código êsse que trata da saúde pública, estabelecendo penas, desde mil réis, nas vendas de gêneros e remédios, profissões de boticários, médicos, cirurgiões e parteiras. E quem quiser conhecer, nos visos de civilização, o retrato de Pelotas dessa época, traçado por insuspeitas testemunhas oculares, bastará ler as entusiásticas referências do insigne via-

jante estrangeiro Nicolau Dreys e de Milliet de Saint Adolphe, em seu Dicionário geográfico escrito de 1835 a 1841.

Chega o primeiro a julgar a cidade de Pelotas, na sua planimétrica paisagem, a mais própria para a capital da República Farroupilha, falando do seu pronto adiantamento, do seu ar de vida e de opulência, das suas relações comerciais, da importância das suas xarqueadas, da posição social de suas populações, das 50 a 60 embarcações que navegavam no rio Pelotas continuamente, transportando os produtos da indústria local.

Nesse próspero meio, ao nevoeiro de inverno e ao sol do verão, assentaram a tenda de trabalho os antigos boticários, que tiveram chumbado ao tornozelo, como dizia o poeta, o grilhão da vida sedentária, com os atributos da profissão, dos quais foi **Penedo** o autor do **Xarope Vegetal**, para moléstias do peito e linfatismos... românticos, com depósito à rua de Pedro II, Rio-Grande.

Ainda vimos dois frascos dêsse xarope guardados na atual Farmácia Coelho, trazendo no rótulo o nome da Deusa da Saúde, "Higia", de que nos fala a mitologia como associada aos outros deuses curadores, sobretudo o insigne Esculápio, de quem se tornou filha, e, pois, neta de Apolo, estendendo-se o seu culto pela Grécia e até o fim do paganismo, em Roma, sob o nome de "Salus" e de "Valetudo", representadas numa jovem fina e elegante.

Os antigos boticários de Pelotas! Nem sequer o retrato (1) possuímos de todos êsses pervigís do trabalho, com o horizonte da existência fechado pelas muralhas provinciais, entre frascos de tóxicos e, no balanço dessa existência, quicá, entregues a anseios imperecíveis...

(1) Conseguimos a fotografia de Antônio José da Silva Braga, graças à gentileza de seu distinto neto Fernando Braga.

O FARMACÊUTICO SILVA BRAGA E O PRIMEIRO “CAMBARÁ” DO JOSÉ CAPOEIRA

Tipo de longevidade, de energia de trabalhar, Antônio José da Silva Braga localizou o seu estabelecimento à rua General Neto, antiga rua da Palma e antes do Coqueiro, esquina da rua da Igreja, atual rua General Vitorino. Silva Braga foi o avô do distinto médico pelotense dr. Cássio Braga e o pai do saudoso escriturário da Mesa de Rendas João José da Silva Braga, primeiro gerente do jornal “Diário Popular”. E, compulsando o “Jornal do Comércio”, que se publicou nesta cidade, achámos no número de 16 de janeiro de 1875, o anúncio da farmácia, à rua 24 de Março (depois travessa 24 de Fevereiro) de Antônio José da Silva Braga Junior, como um depositário do xarope ou antes cozimento preparado com a rama do Cambará, espécie de alquímia do elixir da longa vida e da pedra filosofal que criou a química.

O primeiro Cambará, fornecido da Serra pelo coronel Urbano Garcia, foi preparado, antes de 1874, por José dos Santos Júnior, grande brincalhão, de agnome **José Capoeira**, e trazia no vidro a indicação da firma do barão Alves da Conceição (Conceição & Comp.) havendo na cidade, ainda, quem se lembre de um mulato, em ginga, zumbindo, impertinente, estes versos:

Váe quéque, sinhá, vae quéque,
Váe quéque, Yayá,
Na Bahia também tem
Xarope de Cambará!

E não percamos a fieira dos mais antigos boticários da ingênua quadra, de certo, em que, na falta de clubes, cantavam-se as trovas:

Amontemos na burrica
P'ra fazer a digestão,
Depois vamos na hotica
Jogar damas e gamão.

A FARMACOPÉIA POÉTICA — MÚSICO E FARMACÊUTICO
— A FAMÍLIA PASSOS

Esfumam-se, em vaporosos nimbos, as recordações daqueles primórdios em que os médicos não davam consulta em farmácia e montavam a cavalo para atender a clientela. Receitavam-se menos remédios já feitos como os de hoje e por isso os estudantes brejeiros diziam que nessa arte de formular só passa quem fôr... mula...

A um sonetista gaúcho, um deles inspirou este “bálsamo tranqüilo”:

Ela reside em frente à minha casa,
Tem loja de farmácia e drogaria,
E as receitas de amor nunca me avia,
Pois remédio não dá ao peito em brasa...

Consolo esta paixão, que a vida arrasa,
Fitando a farmacêutica Luzia
A vender xaropada à freguesia,
Que nunca em procurá-la perde vaza.

Quando seus olhos lânguidos avisto
Fico em piramidal desnorteamento,
Da nostalgia chego ao peristilo!

Si ela não der remédio a tudo isto,
Si acaso der em droga o casamento,
Vou ter na morte um bálsamo tranqüillo.

Francisco Manoel dos Passos tinha o seu estabelecimento onde veio a ser editado o “Arauto” e o seu filho Américo Passos foi farmacêutico militar, que esteve na guerra do Paraguai, transmitindo-se, pelo vínculo atávico de origem, o seu pendor musicista às suas distintas netas, ornamentos da cultura pelotense, senhoras América e Mariana Passos (Mutti

e Garcia), êsse pendor ⁽¹⁾ que apaixonou Pitágoras, reputando a música “medicina d'alma”. E' verdade que Hipócrates já applicara a noção da harmonia, com a sua doutrina dos 3 acordes, aos processos do desenvolvimento musical.

E si não se ouviu falar de uma orquestra de farmacêuticos, já na terra da boa medicina e da boa música, que é Viena, se formou, certa vez, uma orquestra de médicos...

Agora, falemos das farmácias de Antero Leivas, a mais antiga das que, subsistem, embora sob outro nome, e sôbre as de Castro Ramalho e de José Guilherme Romano.

A FARMÁCIA CARIDADE

Consta da crônica da Santa Casa de Misericórdia, cujo primeiro Hospital foi inaugurado a 19 de março de 1848, que o irmão Provedor José Rodrigues Barcelos, casado com D. Ana Bernardina Barcelos, faleceu, em 1849, legando à Irmandade seis contos em dinheiro e a casa contígua ao Hospital, na esquina São Jerônimo (Marechal Floriano) e Santa Bárbara (antes rua do Estaleiro e do Apois, hoje Marechal Deodoro).

Nesse prédio, que foi mais tarde reedificado pela Irmandade, se estabeleceu a Farmácia sob o título de “Caridade”. Sucessivamente, foram seus proprietários: o boticário Penado, desde 1849 e a partir de 1859 Antero Leivas, tipo varonil, irmão do Coronel Augusto Leivas e casado em 1.^{as} núp-

(1) Eram também filhos de Francisco Manuel dos Passos — José, Pedro, Joaquim e Cândido, eméritos executantes de piano, violão e violino.

O último, Cândido Manuel dos Passos, faleceu aqui, no Areal, onde era professor público do Estado, sendo sogro do diretor d'êste anuário, capitão Florentino Paradedá, casado com d. Manuela Passos Paradedá.

Tanto êle, como o também já extinto capitão José Maria Barcelos, exímio tocador de flauta, eram figuras obrigadas nas orquestras de companhias líricas que naquelas épocas visitavam Pelotas, atuando no nosso velho “7 de Abril”.

Citemos, finalmente, d. Francisca Passos da Silva, também filha de Francisco Manuel dos Passos, casada com o finado sr. Edmundo Petrarca da Silva, que teve duas filhas: Horondina, aplaudida concertista de piano, e Noêmia, violinista diplomada por instituto estrangeiro.

cias com D. Sofia Sá, tio do atual dono do Hotel América, sr. Antero Leivas Sobrinho e formado no Rio-de-Janeiro, falecendo em París; seus sucessores, na Farmácia Caridade foram Cornettet & Góes, passando, depois, o francês Adolfo Cornettet a comprar a farmácia de José Guilherme Romano e a explorar só o negócio o farmacêutico Francisco Gomes de Araújo Góes, diplomado na Baía, que deixou o justo renome de destemido, de poeta, atraindo para o seu convívio uma roda de rapazes e tendo um filho que foi comandante de um piquete de Floriano Peixoto; a seguir, pertenceu a Farmácia Caridade a Irineu de Brito, com Alfredo Rodrigues de Araujo; a uma comandita de Aristóteles Barcelos, Alfredo Pinto Ribeiro e Alexandre Rodrigues de Souza; depois à firma Vilasboas e Falcão; extinta esta, a Leonardo Borges Falcão em 1898; e, desde 1918 a Carlos Coelho e Carlos Coelho da Costa. Sobre Leonardo Falcão, nome caro a esta Faculdade, sabemos que nasceu na Baía a 6 de novembro de 1864 e que na Baía se formou em farmácia, sendo o seu diploma da Faculdade de Medicina datado de 16 de setembro de 1887; com 25 anos de idade, veio, como farmacêutico militar, para o Rio-Grande-do-Sul, casando-se em Santana onde estabeleceu-se, bem como em Quaraí, Uruguaiana e Pelotas, nesta cidade falecendo a 28 de fevereiro de 1924, depois de exercer a profissão na Farmácia Caridade por espaço de vinte e cinco anos, e de, gratuitamente, exercer as funções de fiscal federal do Ginásio Pelotense, desde a sua fundação até 1912.

De Araújo Góis, encontramos, no "Diário de Pelotas", de 20 de janeiro de 1877, um anúncio aos homeopatas sobre glóbulos, tinturas e boticas de diversos tamanhos.

Foi o título de Caridade substituído pelo atual, de **Farmácia Coelho**, guardadas as velhas tradições de operosidade e proficiência com que se recomendam os preparados atuais de Elixir Digestivo, de Xarope Creosotado, de Bálsamo Divino e de Bálsamo contra frieiras e Vinho Coca Fosfatado.

A FARMÁCIA de José Guilherme Romano

Data de 1860. Demorava à rua São Jerônimo (Marechal Floriano) no prédio da atual casa Bromberg.

José Guilherme Romano era farmacêutico diplomado pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Viena d'Áustria e prestara exame de suficiência em Buenos-Aires e na Faculdade do Rio-de-Janeiro. Faleceu em 1919. Foi o pai do propecto facultativo Dr. Frederico Romano, educado espírito, de insinuante affectibilidade, a quem Pelotas tributa a mais justa consideração, patenteada, não há muito, por ocasião de celebrar-se o seu jubileu clínico; emblemando o seu nome a exploração do popular preparado "Galenogal", de sua fórmula, dirigindo essa indústria os dignos contrerrâneos Oscar Luiz Pereira da Silva e venerando sr. Eleutério P. Pinto, que trabalhou nas antigas farmácias Couto e Araujo Góes. Houve, também, à rua de São Miguel, (antes rua dos Canários e hoje 15 de Novembro) n.º 188, uma "Drogaria Universal", de Alfredo Romano, no ano de 1887. A de José Guilherme Romano foi adquirida por Adolfo Cornettet.

XVI

A FARMÁCIA SÃO JOSE'

A PERSONALIDADE ILUSTRE DE CASTRO RAMALHO

Lugar saliente ocupou, como profissional, o seu fundador Manuel d'Araujo Castro Ramalho, escritor público, que se elevou à harmonia do pensamento e professor de nomeada da extinta Escola Normal de Pôrto-Alegre e cujo autógrafo encontrámos na Biblioteca Pública Pelotense, sôbre o frontespício de um livro impresso em Anxi, ha 129 anos, em 1803, da autoria de Simon Morelot, intitulado Curso teórico e práctico de Farmácia Química, citando, em comêço, a frase de Trusson: — A Farmácia é filha da natureza. Foi êsse o ano — 1803 — em que se criaram, na França, as Escolas de Far-

mácias, como verificamos em Bouillet, no seu Dicionário de Ciências, de 1872.

Sôbre a emérita personalidade de Manuel de Araujo Castro Ramalho, que tomou parte no primeiro Congresso Agrícola, em Pelotas, escreveu o dr. Sacramento Blake, em 1900, em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro (volume sexto): — “Nasceu na cidade de Jaguarão, a 31 de agôsto de 1832. Filho de Hipólito de Araujo Castro Ramalho e dona Leonídia Joaquina da Silva Araujo. Farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio-de-Janeiro, estabeleceu-se na Província de seu nascimento com bem montada farmácia e laboratório químico. Na instituição, porém, da Inspetoria Geral de Higiene, entrou para esta repartição, onde serviu muitos anos e por último estabeleceu farmácia em Paquetá. Colaborou desde sua formatura para vários jornais do Rio-Grande-do-Sul, com artigos sôbre ciências e letras que eram assinados com os pseudônimos **Nemo** e **Philotecnista**, ou com as letras C. R. Contém tais artigos a:

— **Revista científica**: série publicada na **Reforma**, de Pôrto-Alegre, começando a 16 de junho de 1859. Fundou e redigiu:
— **Gazeta Rio-Grandense**: publicação mensal, destinada às artes, ciência, indústria, agricultura e comércio. Propriedade e redação do farmacêutico, etc. Pôrto-Alegre, 1872-1873, in - 4.º — saiu o primeiro número em dezembro de 1872 e no ano seguinte mais dois, de 40 páginas cada um.

— **O Oceano**: gazeta semanal, propriedade e redação, etc. Pôrto-Alegre, 1883 - 1884, in - fol. de cinco colunas. Escreveu mais:

Sinopses de zoologia ou estudo geral dos animais com aplicação à medicina, à farmácia e à agricultura. Primeira parte. Pôrto-Alegre, 1882, XV - 695 págs., in - 8.º E' a parte descritiva e que constitue um repertório variadíssimo de noção sôbre o reino animal.

Tratado de agricultura — de Columela: tradução — Foi publicado no jornal **O Oceano** e creio que separadamente. Em 1881 tinha Ramalho entre mãos um trabalho com o título:

Tratado de Farmácia — que não foi publicado.

Este ilustre rio-grandense, que foi o ensaiador químico aposentado da Casa da Moeda, desposou, em segundas núpcias, em Pelotas, uma irmã de José Joaquim de Freitas, veneranda senhora, que sobrevive, D. Maria José de Freitas Ramalho, tia do querido professor desta Faculdade dr. Armando Brasil de Freitas.

Era a Farmácia São José localizada à rua Felix da Cunha (antiga rua do Imperador e anteriormente, rua do Comércio) próximo ao atual escritório de advocacia do dr. José Francisco Dias da Costa. No ano de 1897 funcionava à rua Benjamin Constant, esquina Barroso, segundo informações que colhemos de um empregado dessa farmácia, o sr. Aníbal.

Sabemos, mais, consultando o arquivo da Santa Casa de Misericórdia, que, em abril de 1901, esta pia instituição efetuou a compra das existências do estabelecimento do sr. Manoel de Castro Ramalho, e após algumas encomendas feitas à Europa, inaugurou-se o **serviço de farmácia no próprio hospital**, sob a direção da irmã Bernadelke, que passou a ser auxiliada pela irmã Learda. E foi na Santa Casa, quando a moléstia o tentaculou de vez, que Castro Ramalho acabou os seus dias de pobreza honrada, encontrando a amiga dos sonhadores... a morte... asiladora dos bons...

O RECEITUÁRIO DA SANTA CASA

Importou em 2:500\$000, no ano de 1874, suprido mediante o abatimento de 20 % sôbre o preço usual dos medicamentos. Refere o provedor Possidônio Manso da Cunha o contrato feito entre a Santa Casa e os farmacêuticos Eduardo Sequeira, Adolfo Cornettet e Araujo Góes, com o abatimento de 40 % no receituário e 20 % nos medicamentos considerados especialidade, passando depois Góis a fornecer com 40 % indistintamente, sendo concedida à classe médica a faculdade de receitar por conta da Santa Casa a todos os pobres. Já em 1879 montou a despesa do receituário à quantia de 2:773\$760 e em 1890 attingiu a 5:942\$040, sendo for-

muladas, no biênio 1901-1902, 20.300 receitas. Foram, ainda, fornecedoras da Santa Casa, em 1866, a firma Araujo & Brito, em 1887 Simpliciano Barbosa, químico de notória competência, estabelecido na atual rua Andrade Neves (antiga rua das Flores) perto da Alfaiataria Caputo e depois à rua 15 de Novembro próximo à casa de Mme. Moreau e do armazém Arantes. Prova a confiança que o farmacêutico Barbosa depositava no seu estabelecimento o triste incidente, nunca esquecido, que motivou a morte de um seu empregado, o qual, aviando uma receita, talvez de sal de mercúrio, trocou-o num doloroso equívoco, por estricnina, ocasionando a morte do doente e, com tão boa fé, que avisados, não hesitaram ingerir precipitadamete ambos, o prático e o farmacêutico, duas pilulas, cada um, vindo o primeiro a falecer, visto, aos primeiros sintomas do envenenamento, procurar êste o antídoto no sal de Epson, enquanto que Simpliciano Barbosa ainda foi salvo, pelo dr. Edmundo Berchon, mediante o vomitivo a tempo ministrado, talvez de ipecacuanha.

Em todos casos, porventura culposos ou dolosos, os estudantes de Farmácia já devem saber como se aplica o Código Penal, artigo 160. Era a Farmácia Barbosa a atual Farmácia Brito, à rua Sete de Setembro (antiga rua do Poço).

A FARMÁCIA DO COUTO

PILHÉRIAS A PROPÓSITO

Francisco de Paula Couto, tendo como antecessor Pompeu Souza, tio do distinto médico pelotense, dr. Pompeu Mascarenhas de Souza e do querido professor desta Escola Dr. Lourival M. de Souza, se estabeleceu onde existe hoje a Farmácia Tôrres, à rua de São Miguel (atual 15 de Novembro).

Foi hábil e acatado profissional, que, pela sua afabilidade e ardentes preocupações políticas, filiado ao partido liberal, tendo exercido o cargo de delegado de polícia conseguiu fazer da sua farmácia um centro habitual de palestras austeras dos que o filósofo Marco Aurélio chamaria de Prín-

cipes dos Médicos de nossa terra e vultos representativos da época, como Chaves Campelo Miguel Barcelos, Cipriano Mascarenhas, excelente *causeur*, Barão de Santos Abreu e General Osório, entre outros frequentadores da amizade de Francisco de Paula Couto. Quando estão juntos, os médicos opõem os seus preceitos, no rifão: “Hipócrates disse sim, mas Galeno disse não”. O sim... dos dogmáticos, da razão e experiência; o não de Galeno, que situava no cérebro a alma e no coração a sede das paixões...

A roda da Farmácia Couto era, como dissemos, de gente austera, porque os moços estudantes de alegria mercê de fatores simpáticos, nas noites em que o luar palhetava de prata as águas do São-Gonçalo, preferiam as boas anedotas que corriam mundo, na Farmácia do Góis, como a história daquela papagaio que recitava, sem tomar fôlego, as patranhas à moda do dr. Romualdo... ou como a daquele madraço estudante de medicina, que morava numa república, a perpetrar versos, e, certo dia, procurado pela lavadeira a pedir-lhe remédio para o filho que engulira um vidro de tinta, achou melhor de receitar para o caso: “pílulas de mata-borrão!” Ou, então, a anedota de um freguês, muito gago, que entrou numa farmácia e não podendo dizer o que queria — “ipecacuanha” — insistia na primeira sílaba. *ip, ip, ip, ip... urrah!* roncou, em conclusão, o farmacêutico!

Houve o bobo da Côrte de Nicolau III que um dia, discutindo-se qual era a classe mais numerosa afirmou ser a dos médicos, embora lhe objetassem que naquela cidade só havia três ou quatro médicos. Mas o bobo fez uma aposta com Nicolau, para provar a sua asserção.

E, no dia seguinte, sentou-se a um canto do palácio, a gemer... a gemer..., com os queixos amarrados por um lenço.

Todos os que o viram assim, perguntaram o que êle tinha e cada qual, quando soube que se tratava de uma forte raiva de dentes, indicou ao bobo um remédio, inclusive o próprio rei Nicolau, e o bobo da côrte ganhou a aposta porque provou que todos tem a mania de dar remédios e que,

de fato, a classe mais numerosa é a dos médicos, ou, antes, dos que protegem os farmacêuticos, fazendo concorrência gratuita aos diplomados, sem serem responsáveis pelos efeitos dos remédios que receitam...

A FARMÁCIA SEQUEIRA

Em 1870 foi estabelecida por Eduardo Cândido Sequeira, provecto farmacêutico diplomado pela Faculdade de Londres, prestando exame de suficiência na Faculdade de Medicina da Baía. Modesta foi a primeira instalação, à rua da Igreja, esquina da 7 de Setembro, fundando Eduardo Sequeira uma fábrica de gêlo, talvez a primeira na Província, entre os prédios onde hoje estão o cartório do dr. Martim Soares e a família Paiva. Um irmão de Eduardo, João Sequeira foi o viajante da farmácia que tanto prosperou, dela haurindo farta pecúnia o seu fundador, falecido a 9 de maio de 1931, entre demonstrações sociais de acatamento geral ao grande propulsor da drogaria no Rio-Grande-do-Sul. Da sede primitiva, passou a Farmácia a ocupar, sucessivamente, os prédios à rua 15 de Novembro (onde está a Confeitaria Nogueira) e onde está o Café João Pessoa (já então com o acréscimo de Drogaria), instalando-se, por fim, à rua Andrade Neves ns. 571, 573, 575 e 577, onde firmou, ainda mais o legítimo renome de Pelotas como um dos centros industriais farmacêuticos do país, manipulando as fórmulas de específicos como o Peitoral de Angico Pelotense, de Domingos da Silva Pinto, o Elixir de Turubí, o Pó Pelotense e o Galactogênio Chaves, do saudoso pelotense Dr. Bruno Chaves, membro do Conselho da Arcádia Romana, representante do Brasil em congressos médicos e colaborador dos "Annales de Dermatologie", de París, do "Giornale" de Milão, do "Medical and Surgical Reporter", de Filadélfia e do "Brasil Médico", do Rio-de-Janeiro.

PELOTAS EM 1873

Bem pouco é hoje conhecido, de certo, o livro publicado em inglês, com o título de "Rio-Grande-do-Sul and its German Colonies" (London, 1873, Logmdanns, Green, and Co.) da autoria de Michael G. Mulhall, dedicando a Pelotas as seguintes impressões: "Pelotas é uma cidade de cêrca de 12 mil habitantes, com algumas ruas regulares, longas e meio edificadas, conquanto se encontrem, em quasi tôdas as quadras, um ou mais edifícios suntuosos, que representam um desembolso de vários milhares de libras esterlinas.

O lugar tem um aspecto de opulência, atividade comercial e de crescente importância, amplamente justificada pela reputação que goza de ser o principal centro de produção ou exportação, nessa parte do Brasil.

E' a cidade mais nova na província do Rio-Grande-do-Sul, tendo sido fundada no presente século. Os habitantes na maioria brasileiros são progressistas, hospitaleiros e industriais, com um bom quinhão de espírito *yankee* de progresso, além de terem notável acuidade em matéria de negócios. À noite fomos tomar chá com o sr. Cordeiro, cônsul dos Estados-Unidos, natural de Pelotas, porém educado e naturalizado na grande república. Disse-nos que a aparência florescente da cidade e de seus habitantes era comprovada plenamente pelo fato de possuir um grande número de pessoas possuidoras de mais de 100 mil libras esterlinas.

Há algumas lojas bem sortidas, pertencentes geralmente a portugueses ou nacionais. As ruas são calçadas e limpas e assim que a instalação do gás e abastecimento da água estejam completos a cidade terá um muito considerável aspecto".

A FARMÁCIA SOUZA SOARES

A Pelotas chegou, a 29 de janeiro de 1874, José Álvares de Souza Soares, descendente, em Portugal, de uma família em que a medicina e farmácia eram tradição.

Seu pai era médico, sua mãe farmacêutica, sua tia, idem, seus tios e avós — médicos e farmacêuticos.

A farmácia que foi de sua tia está em poder de sua família vai para dois séculos. José Álvares (o Visconde de Souza Soares) a 1.º de julho do referido ano de 1874 fundou a **primeira farmácia homeopática de Pelotas**, à rua do Imperador (Felix da Cunha) n.º 115.

Denominava-se este estabelecimento **Laboratório Homeopático Rio-grandense**, ocupando posteriormente prédios à rua S. Miguel (15 de Novembro), General Osório, Santa Bárbara (Marechal Deodoro) então n.º 62 onde foi a capela da Santa Casa e o em que atualmente se encontra o seu Depósito Geral e Escritórios, à rua Andrade Neves, esquina General Neto.

A 2 de fevereiro de 1883 inaugurou o **Parque Souza Soares**, então denominado Parque Pelotense, depois de dois anos de árduos trabalhos, para a transformação da campina julgada estéril. Para aí foi mais tarde transferido esse Laboratório, acrescido da Fábrica de outros produtos farmacêuticos.

Em 1901 fundou-se estabelecimento idêntico na Europa, na cidade do Pôrto (Portugal), pertencente à mesma firma, que era então VISCONDE DE SOUZA SOARES. Succedeu-lhe a de SOCIEDADE MEDICINAL SOUZA SOARES LIMITADA, até 1925, data em que se desmembrou da Europa e passou a denominar-se SOUZA SOARES & IRMÃO.

Este estabelecimento conta, portanto, 58 anos de existência. Nesse período, os seus produtos conquistaram 4 grandes Taças de Honra, 1 Palma de Ouro, 1 Palma (Membro do Juri), 2 grandes Medalhas de Honra, 1 Diploma de Grande Prêmio, 2 Diplomas de Honra, (Membro do Juri), 2 Diplomas de Benemerência, 3 Cruzes ao Mérito, 14 Grandes-Prêmios (com jóias) e 26 Medalhas de Ouro, em exposições nacionais e internacionais de Gênova, París, Montevidéu, Nápoles, Chicago, Madrí, Londres, Pelotas, Rotterdam, S.-Luiz, Pôrto-Alegre, Palermo, Rio-de-Janeiro, Bruxelas, Barcelona e Roma.

A atual firma Souza Soares & Irmão, onde se conta o

dedicado professor desta Faculdade, dr. Miguel de Souza Soares, fino elemento espiritual e abalisado cultor da ciência, em seus laboratórios prepara a “Radiolina”, antiséptico e cicatrizante, as Pastilhas da Vida, com carvão vegetal rio-grandense e indicadas nas moléstias do estômago, o Luesol, depurativo e tônico, além do decano dos seus preparados, o Peitoral de Cambará, contra a tosse, autorizado por um decreto do governo, de 30 de julho de 1884, bem assim, êsses laboratórios manipulam todos os produtos da homeopatia, purificando açúcar de leite nacional, alcool de cana pernambucana e alcool de vinho rio-grandense.

DEMAIS FARMÁCIAS TRADICIONAIS

E’ de presumir que tivessem aquele cheiro, a botica e ar defumado da Farmácia Pires, dos contos de Júlio Brandão...

Sejam, ao menos, enumeradas, ainda as de **Manoel José de Souza**, drogaria, adiante do escritório do coronel Pedro Osório; a botica do **Dr. Germano**, junto ao seu consultório homeopático, à rua do Imperador, 29; a farmácia de **Frederico Kastrupp**, à rua 15, onde é hoje a Alfaiataria Sollazzo; a do nortista **Herculano Ribeiro**, na rua Andrade Neves; a de **Serafim Pereira da Rosa**, que trabalhou em Jaguarão e depois aquí nas farmácias Souza Soares, Kastrupp e na de **Manuel Moraes**, à rua da Igreja, esquina 7 de Setembro; a Farmácia Central, de **Dillon de Andrade**, à praça Pedro II; a do português **Ferreira**, em 1879, a de **Domingos da Silva Pinto**, hoje Farmácia Brusque; a de **Joaquim Henrique Lamas**, autor do Xarope de Agrião; a de **Antônio J. Lamas**, a filial da **Companhia Farmacêutica Industrial** (Halaweel & Cia.) adquirida pelo Coronel Luiz Carlos de Abreu Melo que, em 1901, estabeleceu a Drogaria Inglesa, a Farmácia de Pedro Salengue, à rua General Osório; a Bojunga, ao lado do Hotel Grindler à rua Andrade Neves; a Barcelos, na rua Deodoro; a de **José Cândido Pedreira**; a de **Wetzel & Dourado**; etc. etc.

Conta-se da Farmácia **Kastrupp** que um seu empregado, de uma feita, vendeu sal de azêdas a um colono alemão em vez de sal de Epson, e, dando pelo engano, comunicou ao sr. Frederico Kastrupp que, ato contínuo, mandou distribuir boletins pela cidade chamando por certos sinais o comprador afim de desfazer o equívoco, o que conseguiu. E por êste ato de consciência moral e de humanidade, dizem que teve de fechar a casa... perdeu, de pânico, a freguesia... êle, o insigne preparador de filtros.

O DOUTOR ALEMÃO

Em inalterável isolamento, afastado do convívio social, ganhou larga fama pela aplicação de seus misteriosos medicamentos, a que se chamava **licor de ouro, licor de prata, etc.** o químico e médico suíço dr. Guilherme Rheimberg mais conhecido por Doutor do Buraco ou Doutor Alemão, talvez alma de lunático, o pletórico rosto emoldurado de bíblicas barbas prateadas que, morando a princípio na Serra dos Tapes, transferiu dalí sua moradia para Pelotas.

Pouco antes de morrer, havia feito ao Asilo de Órfãos o donativo de 23 contos. Aquí faleceu, com 78 anos, a 23 de dezembro de 1899, deixando em testamento todos os seus bens a êsse estabelecimento, que, em janeiro de 1900, perpetuou, sôbre coluna, entre flores rescendentes, o seu busto em mármore, tamanho natural, recebido de Roma a 3 de junho de 1900. Em sua casa foram encontrados em dinheiro mais de 70 contos, tendo deixado algumas propriedades. Na névoa das reminiscências, não se diluiu da cidade, nem se há de apagar a sombra benfazeja do químico Rheimberg, o protetor das inocentes crianças, corolas fechadas em botão alí colmadas de santos cuidados pelo fogo celeste da solicitude cristã.

A FARMÁCIA POPULAR, E O GRANDE VULTO DE JOÃO DA SILVA SILVEIRA

Para com chave de ouro fechar esta crônica, diremos da Farmácia que a alma magnânima do major João da Silva Silveira fundou em 1876, no prédio à praça Sete de Julho, ns. 3 e 5, (antiga praça Benjamin Constant e, anteriormente, praça do Mercado) com a circunstância de funcionar sempre com o adequado nome de **Farmácia Popular** e sempre, até hoje no mesmo prédio. Foi, por muitos anos, ponto de reunião dos políticos do partido conservador de Pelotas, atraídos pela figura moral de João da Silva Silveira, o grande cidadão, venerado e querido do povo inteiro desta terra. Como político, que exerceu a vice-presidência do Conselho Municipal, a sua lealdade republicana, a sua dedicação partidária, o impuseram à estima e ao respeito dos seus concidadãos, que admiravam o seu caráter franco, a sua modéstia, o seu desprendimento e inexcedível filantropia.

Protetor decidido da pobreza, repartindo em benefícios o produto do seu trabalho, acudindo aos reclamos da indigência, êsse verdadeiro apóstolo da caridade trazia, com a esmola pendente da mão, a suavíssima palavra de conforto pendente dos lábios.

“Quem tem assim o lugar do derradeiro repouso orvalhado pelas lágrimas da gratidão popular, some-se na voreagem legando à sociedade uma página que nunca mais se apaga um nome que nunca mais desaparece”. Prova-o, entre outras altas demonstrações, o ato do Govêrno do Município de Pelotas, quando João da Silva Silveira faleceu, a 4 de novembro de 1900: — “Considerando que o major João da Silva Silveira prestou sempre a êste Município os mais assinalados serviços, exercendo, por vezes, com exemplar solicitude, vários cargos públicos; considerando, mais, que, na qualidade de vice-presidente do Conselho Municipal, exibiu novos e eloqüentíssimos testemunhos de seu imenso amor ao Rio-Grande e à República; considerando ainda que, no exercício de sua profissão, sômente grangeou simpatias e muito

apreço, pelos constantes benefícios prestados à pobreza, que nêle teve dedicado protetor: Resolve, em homenagem à memória do ilustre e humanitário cidadão, suspender o expediente das secretarias, durante o dia de hoje. (Assinado: Dr. Francisco de Paula Gonçalves Moreira, Intendente). Ador-meceu João da Silva Silveira, acariciando a imagem da República e acalentando, no ardor da sua alma, a imagem serena e dulcíssima da Caridade, para legar a seus dignos filhos e sucessores na Farmácia Popular, também desdobrada, em surtos progressistas, por sua Exma. Viúva, êsse padrão de uma vida talhada para as supremas glórias da bondade e para as grandes lutas dignificantes do trabalho.

Na contra-loja dessa farmácia pelotense foi iniciado o fabrico do Elixir de Nogueira, fórmula de João da Silva Silveira; e a transferência dessa fábrica para o Rio-de-Janeiro, à Praia do Russel, em alteroso edifício, decisivamente concorreu para o seu consumo em todo país até no estrangeiro, com a propagação de suas virtudes atestadas pela classe médica.

LITERATURA FARMACÊUTICA

À mocidade desta Escola oferecemos, pelo sabor antigo, a seguinte notação dos livros técnicos por onde outrora teriam estudado os nossos antepassados que encontrámos catalogados na Biblioteca Pública Pelotense e que presumimos terem pertencido ao farmacêutico Castro Ramalho: — “*Traité de Pharmacie*”, por E. Soubeiran, París, 1857; “*Pharmacopée Universalle*”, por A. J. L. Jourdan, París, 1840; “*Manuel légal des Pharmaciens*”, por N. Guibourt, París, 1852; “*Pharmacopée Raisonné*”, por N. E. Henry et Guibourt, París, 1841; “*Pharmacie Pratique*”, por Dorvault, París, 1872; e “*Farmacopéia Germânica*”, pelo dr. H. Hager, Berlim, 1882, 2.^a edição.

Não pareçam intrusas, impertinentes, de nossa parte, estas investigações. Na verdade, as relações da Química, de que estamos habituados a falar na Faculdade de Direito, são as modernas relações que esta ciência mantém com o Direito Internacional, que lecionamos, no tocante ao emprêgo de gases asfixiantes e novos descobrimentos, etc.

Mas nada nos pode ser estranho, numa sincero efusão de simpatia, quando se trata da vida da nossa terra e da nossa gente, em prol de cuja história também temos dedicado, com o carinho do coração, modestas contribuições.

Que distância percorrida já pela ciência desde o tempo em que o ilustre químico Ballard, como dizia Georges Darzens, se via reduzido a fazer experiências em utensílios de cozinha... E como o patrimônio da exploração farmacêutica, em nossa terra, se oferece mais rico e mais seguro aos que sofrem, assistidos pela abnegação e hodierna competência de médicos e farmacêuticos como os doutores Brusques e Balbino Mascarenhas, o aparelhador do admirável Instituto Khautz.

PLANTAS MEDICINAIS DE PELOTAS

Finalmente, para que não fique de todo inútil a nossa memória descritiva de imagens e ações, elaborada a especial e benévolo convite da incançável direção desta Faculdade, transladamos para esta página quanto se contém em um nosso livro que ainda se não pode dizer velho: "A Cidade de Pelotas", publicado em 1922, por estar esgotado nas livrarias, — em relação às plantas medicinais do nosso município: — (Desculpae-nos a... xaropada, com tantas pílulas de opio...) Plantas adstringentes; tônicas e anti-febrís; anti-sifilíticas; ácidas; diuréticas purgativas; anti-escorbúticas; carminativas; diaforéticas e sedativas; a saber: — orelha de gato, alecrim bravo, guabiroba do campo, murta, pitangueira, minuana, tanchagem, quina do campo, carqueja, mata-pasto, cipó sumá, salsa-moura, cissus palmatas, taruman, herva de bugre, guajubira ou ipé branco, sete-sangrias do mato, sete-sangrias do campo, azedinhas, péga-péga, carrapicho de Santa-Helena, carrapicho de carneiro abroco, tajuá, leiteira, rui-barbo do campo; poaias, douradinha, borragem, sapatinhos de Iáíá Chagas, quitoco, marcela, funcho, sabugueiro, salva mansa, erva da vida, coentrilho, coerana e cicuta. Os pormenores sôbre o uso indicado de tôdas estas plantas medicinais, úteis ao farmacêutico, se encontram reproduzidos no nosso

citado estudo sôbre esta cidade, ciosa de suas tradições. Porque, com efeito, ninguém pode, com a esponja da ingratidão prescindir do passado, como um dos termos da progressão que constitue a continuidade das gerações, princípio em que se baseia a dinâmica social.

Perguntado Sólon, qual era o excelente reino, respondeu: Aquele, onde os bons são animados com prêmio, e os maus abatidos com pena...

Terminemos, pois, como começámos, sob as inspirações dessa “lira afinada” — a Justiça — cuja beleza sobrepassou, para Lucano, a estrêla da tarde e da manhã, afirmando, no julgamento dos homens e das coisas, que da justiça vem a saúde no organismo, a sabedoria no espírito, a concórdia nos povos e a harmonia no universo; e, terminemos sob a égide do gênio abençoado da Farmácia, do clínico Pasteur que, na Universidade da Sorbonne, ao receber uma medalha de ouro que lhe entregaram os moços, concitou-os ao mais alto programa da existência, em qualquer carreira, para que dissessem: — Que fiz eu para a minha instrução? Depois, que fiz eu pela minha pátria? até à imensa ventura de pensar que contribuíram de algum modo para o progresso e para o bem da humanidade, podendo a vida fornecer-nos mais ou menos estes esforços, mas sendo necessário, quando se chega ao fim, ter-se o direito de dizer: fiz o que pude!

FERNANDO LUIS OSÓRIO

Marechal Salustiano

— Apreciação Biográfica que ofereço ao General
Adalberto A. dos Reis Petrazzi, prezado colega
de Estudos.

O ilustre official General Barão de Camaquã teve praça voluntária no exército a 1.º de janeiro de 1837, contando quinze anos de idade, pois nasceu na Província Cisplatina em 1822 quando seu progenitor coronel Salustiano Severino dos Reis pertencia àquella guarnição. Este antigo militar se distinguira em serviços na Guerra Peninsular até que veio para o Brasil, onde se consorciou no Rio-Grande-do-Sul com a sra. dona Isabel Tomázia dos Reis. Seu filho 1.º cadete de um batalhão de infantaria revelou qualidades de bravura e aptidão para a carreira das armas na guerra civil do decênio que terminou em 1845, nos combates em S.-José-do-Norte e no sítio de Pôrto-Alegre.

Na expedição a Santa-Catarina o 2.º batalhão, ao qual pertencia, o jovem alferes Salustiano dos Reis portou-se com valor nas ações contra os insurgidos para lá conduzidos pelo brigadeiro Canabarro.

De 1842 a 1855 cingiu, por merecimento, os galões dos postos de tenente ao de major; tendo louvores dos seus superiores.

Foi na cruenta campanha do Paraguai em seguida as de 1852 de Buenos-Aires e a de Paisandú, do Uruguai, que o tenente coronel Salustiano dos Reis, promovido àquele pôsto e comandante do 4.º B. de Infantaria, elogiado na Ordem do

dia de 7 de janeiro de 1865 — teve um grande cenário de atuação militar.

Na passagem do Paraná pelo corpo do exército brasileiro para invadir o território paraguaio, combateu intrèpidamente nas operações efetuadas em abril de 1866 e na batalha de 2 de maio; mostrando-se um dos principais chefes da arma de infantaria, em que comandava a brigada n.º 14 e pelejou na repulsa do inimigo a 20 de maio e também na batalha campal de 24, em Tuiuti, ao mando glorioso do inclito marechal Osório.

Antes, êle efetuara com êxito a passagem do Estero Bellaco.

Desde agôsto de 1866, por decreto datado de 20 que o governo do Império deu-lhe a promoção de coronel e o investiu do comando de uma brigada.

Nos reconhecimentos e combates pertinazes que houve no mês de julho, a começar pelo dia 16, ao anoitecer até a madrugada de 17 o coronel Salustiano deu provas de extraordinária temeridade.

Bonita e robusta figura de homem de estatura elevada, olhar vivo, barba grisalha, cabeça bem plantada nos ombros, ornados de áureas dragonas, distinto no tratar era êste antigo e respeitável Rio-Grandense que tantas vezes vimos de visita ao nosso bom tio Conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas.

“O distinto general Salustiano dos Reis a quem o governo imperial, por ato de notória justiça galardoou com o título nobiliárquico de Barão de Camaquã, era um dos servidores da nação, de alto relêvo; senso prático admirável e conhecedor exímio das minudências das praxes militares. Muito valente, muito modesto, muito ponderado, tendo calma invejável entrou na campanha como major de infantaria, em poucos combates deixou de tomar parte; sendo apontado como um dos chefes de maior prestígio e sangue frio, nos momentos difíceis da refrega.

“No fragor da batalha de 24 de maio, na ocasião do seu maior entusiasmo pelas cargas, que ordenara em altas vozes contra o inimigo — participaram-lhe que seu filho di-

leto, alferes Salú, acabava de morrer ferido de bala, em meio do seu batalhão que avançava a marche — marche. O bravo general respondeu, continuando na peleja com o mesmo ardor: Morreu defendendo a Pátria; teve um fim nobre e feliz!

“Alcançado o triunfo, do qual participou com brilhante patriotismo — viram-no na barraca derramando copiosas lágrimas por entre freqüentes soluços; porque pai extremo — o golpe recebido no âmago do coração acabrunhava-o sensivelmente...”

“Concluída a guerra exerceu durante alguns anos o comando da fronteira, passando depois aos das armas e do distrito militar em Pôrto-Alegre”.

Esta importante comissão s. excia desempenhou de 14 de abril de 1888 a 15 de novembro de 89 e a do distrito militar de 12 de abril a 12 de novembro de 1891.

Os historiadores militares têm escrito, com acêrto, que o general Salustiano dos Reis onde comprovou altamente as suas qualidades e virtudes, superiormente, foi na guerra paraguaia, na qual atingiu ao generalato, tendo servido sempre na infantaria com inexcédível merecimento.

“Jamais a América meridional presenciou prelio de tanta magnitude, e onde o Brasil se revestisse de glórias imorredouras, em profusão, como mostrando a posteridade o patriotismo modelar e o valor dos seus filhos”. — Assim escreveu o veterano patricio general de brigada Rodrigues da Silva na pág. 50, do seu livro “Recordações da Campanha do Paraguai”.

A êste justificado conceito acrescentamos que na América latina, houve depois da guerra do ditador do Paraguai a do Chile, de 1878 a 81 contra a aliança dos governos do Perú e da Bolívia; dez anos depois; efetuou-se no Chile a sanguinolenta guerra civil contra a política do presidente Manuel Balmaceda que terminou com a derrota dêle nas batalhas de Chorrillos e Miraflores.

O general Salustiano dos Reis, nas operações de 16 de julho esteve sob o comando do general Alexandre Argolo Ferrão, e a 28 do mesmo mês levou suas tropas ao mortífero ataque da trincheira dos paraguaios onde recebeu ferimento contuso e perdeu o cavalo que montava.

Continuou, o valente oficial a se distinguir na ação de 30 de julho em Tuiu-Ché, 1867, tendo louvores na ordem do dia de 2 de agosto, do comando em chefe.

Na expedição ao Potrero Velho conduziu uma divisão de seis batalhões de infantaria, tomou uma trincheira a 29 de outubro e a 2 de novembro derrotou a guarnição do Tagí, que defendia esta posição.

Novos elogios lhe foram feitos, na ordem do dia 9 de novembro “pela bravura, denodo e arrôjo com que se portou”. Igualmente aconteceu-lhe após o combate do dia 11 desse mês.

Em 1868 quando a guerra estava a concluir foi promovido ao posto de general de brigada, em decreto de 18 de janeiro, realçando-lhe a nota por Merecimento.

A 10 de fevereiro dêsse ano assumiu o comando da 1.^a divisão de infantaria, levando-a para acampar em Sarubibí e a 1.^o de outubro esteve no reconhecimento da Angustura. Importante e penosa foi a marcha que fez com a divisão para o Chaco e de Santa Tereza seguiu para acampar de frente à Vileta, e de lá para Santo-Antônio, à esquerda do rio Paraguai.

Combateu a 6 de dezembro na mortífera batalha de Itororó, onde morreram o general Gurjão e o coronel Fernando Machado.

— O marechal Marquês de Caxias, desembainhando o doirado gládio, esporeou o corsel e à frente do estado-maior transpôs a ponte como outrora procedeu o general Bonaparte na batalha de Arcole.

Atos desta significação militar embelezam a história das guerras antigas.

Depois de Itororó houve a porfiada batalha de Lomas Valentinas, pelejada sob as intempéries da estação chuvosa com uma resistência heróica da parte dos beligerantes.

O marechal Marquês de Caxias, em nome dos sentimentos de Humanidade, fez propor ao ditador do Paraguai que capitulasse, concedendo-lhe as garantias das práticas do Direito Internacional; nada conseguiu dêste generoso apêlo.

Vitorioso o exército imperial, o marechal brasileiro considerou terminada a campanha, não era capitão do mato para andar perseguindo foragidos”.

Ao brigadeiro Salustiano dos Reis foi determinado que marchasse com uma coluna de infantaria, peças de artilharia e cavalaria comandada pelo intrémido coronel Corrêa da Câmara, para impedir que os paraguaioes que guarneciam as fortificações de Angustura d'alí se retirassem. Esta praça de guerra se rendeu a 30 de dezembro.

Depois esta coluna, reunida ao 2.º corpo d'exército expedicionou para Vileta, de lá para Assunção, desta capital para Luque e daí para Taquaral; comandava êste exército o tenente-general Polidoro Jordão, Visconde de Santa Tereza, no final da grande guerra.

O general Salustiano dos Reis, com a divisão que comandava, foi ocupar a posição do Sul de Manduvira e por ordem do príncipe Conde d'Eu, então chefe do comando supremo do exército em operações em officio de 6 de março de 1870, passou a comandar a guarnição de Humaitá.

A guerra estava terminada desde o combate de 1.º de março nas margens do Aquidabam, onde o ditador Solano Lopez pereceu derrotado com as últimas fôrças que lhe restavam.

Começaram as tropas do Brasil a recolher ao seio da Pátria e com elas tornou ao Rio-Grande-do-Sul o distinto general Salustiano Jerônimo dos Reis.

O governo imperial concedeu-lhe as Ordens honoríficas de S. Bento de Aviz, da Rosa, de N. S. Jesús Cristo e as medalhas dos combates em que tomou parte; a da campanha do Uruguai, e a geral do Paraguai com passador de ouro.

Em 1877 teve a promoção de Marechal de Campo e seis anos depois teve a graduação de Tenente-general; mais tarde o baronato de Camaquã.

A officialidade da guarnição de Pôrto-Alegre prestou-lhe homenagens, comparecendo encorporada à sua residência na rua Voluntários da Pátria, e sendo recebida pelo conceituado veterano com a distinção do seu cavalheirismo.

As qualidades militares do marechal Salustiano dos Reis, transmitiram-se ao seu filho general de divisão, também de nome Salustiano dos Reis e já falecido.

LEOPOLDO DE FREITAS.

Toponímia gaúcha

PEDRO CASTELO SACCARELLO

**RIO-PARDO, — RINCÃO D'EL-REI, — RUA-VELHA — E ALDEIA
DE SÃO-NICOLAU-DO-JACUÍ. —**

(Primeira excursão pela zona central do rio Jacuí, chefiada pelo Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, em 1715.)

Estes quatro nomes estão a pedir uma explicação de sua origem, tôda vez que o nosso pensamento percorre eras remotas da nossa história, e passa em vistoria a faixa de terreno, encravada quasi no centro do Rio-Grande-do-Sul, e que é conhecida pelos quatro nomes acima.

Na falta de documentos de expressão clara comprobatória, começa o nosso pensamento a vagar pelo tortuoso caminho das citações feitas por ilustres historiadores patrícios, e a fazer deduções, as mais lógicas possíveis, na confrontação do que declaram ter visto, nos Arquivos Públicos, êsses beneméritos Brasileiros.

Estava eu em um desses momentos de reflexão, quando me fiz a pergunta: — Mas em que ocasião podiam ter sido designado os dois primeiros nomes? — Rio-Pardo ao rio que corre à Leste e ao Norte da velha cidade do mesmo nome; — Rincão d'El-Rei ao vastíssimo território compreendido entre o rio Jacuí ao Sul, a Serra-Geral ao Norte, o arroio do Couto e o Rio-Pardo, à Leste e Oeste respectivamente.

Lembrei-me então ter lido em as últimas Revistas do

Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, em escritos pelo General Borges Fortes, ter havido, em 1715, penetração até a barra do rio Butucaraí, por uma expedição chefiada pelo Capitão mor Francisco de Brito Peixoto, fundador da vila da Laguna. — O fito desta expedição, diz a crônica, era a exploração de minério. Mas em vista de certas razões, bem conhecidas, especialmente pelo capitão-mor Lagunista, devemos supor que, além do citado, outros motivos trouxeram a expedição ao Rio-Grande, assim como levaram a Domingos de Brito Peixoto até a Laguna, mais de meio século antes. — Uma pesquisa ocular e minuciosa, feita por pessoal competente em assuntos de colonização, não podia ser desprezada pelos expedicionários de 1715. — Continuando, monologuei da seguinte maneira:

Chegada a expedição às alturas de Viamão, deve ter chamado a atenção de Brito Peixoto a grande entrada do rio Jacuí; na bacia do Guaíba.

Desprezando então a zona do litoral, talvez já conhecida na sua monotonia de imensa planície despida de matos, resolveu o veterano sertanista subir Jacuí acima.

Compreendeu desde logo que a viagem pelo rio lhe seria mais fácil, mais segura contra os ataques dos índios Tapes, Minuanos, Charruas e Guaranís, povoadores das campinas; e também de maiores proveitos, quanto à exploração de minérios, e mais ainda quanto à futura colonização e defesa da Capitania de São-Pedro-do-Rio-Grande. Deve ter visto de relance as grandes vantagens de um minucioso reconhecimento da zona central, de preferência à do litoral, já então, possivelmente batida pelos tropeiros de gados das Vacarias do Mar; os quais, poucos anos depois, iniciaram a abertura da grande estrada pelo Araranguá acima aos pinhais do planalto da serra-geral, à Curitiba, a São-Paulo e à Minas-Gerais.

Foi assim que a expedição de 1715 deve ter chegado à barra do rio Butucaraí, na margem esquerda do Jacuí, em frente ao grande Cêrro que se destaca ao longe sôbre o horizonte da Serra-Geral. Talvez a expedição subisse além, até ao Passo de São-Lourenço, ou ao Passo do Jacuí; de

onde se descortina a entrada do rio na grande Serra. E' possível que não escapasse a Brito Peixoto a observação do vale do Vacacaí, o curso d'água de maior volume na margem direita do rio Jacuí, e cuja direção geral devia impressionar ao experimentado sertanista, vindo ela de Oeste, lado das Missões jesuíticas.

Examinando então o percurso feito, deve ter o chefe da expedição de 1715 notado o seguinte:

Primeiramente a massa colossal de madeiras existentes nas duas margens do rio; sendo que na direita as várzeas avançavam muito para o lado do campo, lado Sul, e raríssimos eram os pontos de contacto da coxilha com o curso d'água.

Do pôrto de São-Jerônimo, enfrente à barra do rio Taquarí, na margem direita do Jacuí, até enfrentar a barra do rio Butucarai, quer nos parecer que só existe o Pôrto de Santa-Maria —, pouco acima da barra do arroio — Francisquinho —, aonde o rio beira a coxilha.

Daí vai esta subindo, em direção Sul, até alcançar os altos da cordilheira divisória das águas dos dois estuários: Jacuí e Camaquam, sem interrupção de continuidade.

O contrário acontece na margem esquerda do Jacuí, lado da Serra-Geral. Aquí os altos se aproximam amiudadas vezes ao curso d'água, e não raro em despenhadeiros bem fortes. Acontece isto em Rio-Pardo, no Passo-das-Pederneiras e Cachoeira, que são os mais conhecidos. Em Santo-Amaro, no Pôrto-dos-Dourados e no Pôrto-das-Mesas a elevação da coxilha já é muito menos rápida; vai subindo gradativamente. Abrimos aquí um parênteses quanto ao Pôrto-das-Mesas. Sobre êste lugar faremos, em tempo oportuno, longas considerações.

Neste exame detalhado, do que ia encontrando, não deve ter escapado à observação de Brito Peixoto a boa qualidade das terras, preparadas, naturalmente, para uma grande variedade de culturas. Viu que, em geral, sobre um fundo de natureza impermeável existia uma grossa camada de terra vegetal.

Do conjunto de tôdas estas observações não podiam os

arrojados expedicionários de 1715, deixar de prever a excelência da zona vistoriada, para bases de defesa militar, como também para grandes núcleos de futuros povoadores.

Nesta conformidade, e de regresso, deve ter Brito Peixoto observado mais detalhadamente as margens do rio Jacuí, e os cursos d'água que iam gradativamente, aumentando o seu volume. Viu, da barra do rio Butucaraí, ou pouco para cima da mesma, o grande cêrro dêste nome.

Continuando a sua descida, pelo rio Jacuí, encontrou na margem direita dêste rio, a foz do grande arroio — Iruí —, em cuja margem esquerda, pouco acima de sua barra, deve ter notado a entrada das águas de outro arroio, de não menor volume, denominado — Pequerí. As bacias dêstes dois arroios ofereceram às vistas dos intrépidos bandeirantes, um conjunto de vastíssimas campinas, fechadas ao longe pela cordilheira, em que se destacava o Cêrro-Partido — e o da Vigia.

Chegou, finalmente, a caravana de Brito Peixoto, ao desaguadouro do curso d'água de maior volume, depois do rio Taquarí; — o Rio-Pardo, e aquí deve ter feito demorada permanência, devido particularmente à topografia do local.

Deve ter, desde logo, impressionado aos experimentados exploradores paulistas, a forte elevação do terreno, desde a barranca esquerda do grande rio Jacuí, ou Guaíba de outrora, como se nota em vários documentos antiquíssimos. Esta elevação tornava o terreno, no alto, de difícil acesso a qualquer investida do inimigo, devido as extensas matarias e aos dois rios que a circulavam.

Passaram então os homens de Brito Peixoto a subir pelo canal do rio, que vinha do lado da Serra-Geral; e percorrendo-o notaram a côr pardacenta de suas águas, canalizadas entre altas barrancas, escurecidas pela densa mataria que acobertava as várzeas nas duas margens do mesmo rio. A certa distância da barra, no lugar aonde o canal mais encostava à cochilha, na margem esquerda do rio, verificaram a existência de uma rocha pardo-clara; que, coberta de limo e vegetação miúda, tornara-se pardo-escura. Neste ponto, imediações da ponte existente hoje, e cujos alicerces foram

levantados um século depois da visita de Brito Peixoto, é que devemos supor ter havido o batismo do Rio-Pardo.

Ocorre-nos fazer aqui uma pergunta, da qual deixamos a resposta aos bandeirantes paulistas, pela pena de seus historiadores. — Qual o motivo que originou o nome de Rio-Pardo dado ao afluente do Rio-Grande, que divide São-Paulo de Minas-Gerais?

Obtida assim a explicação da origem do primeiro nome, Rio-Pardo, fomos acompanhando mentalmente os expedicionários de 1715, no seu trajeto pela zona central da Capitania de S.-Pedro.

Feitas as observações locais que eram necessárias, e vendo fugir, aos primeiros tiros, os silvícolas habitantes do lugar, devemos presumir ter Brito Peixoto se internado pelas coxilhas, que constituem a península formada pelos dois rios: — Jacuí e Rio-Pardo.

Com pequena caminhada para o Sul deve ter chegado ao alto, onde se encontra hoje a rua General Andrade Neves, e indo um pouco mais, esteve no lugar muito conhecido pelo nome de “Alto da Fortaleza”.

Neste ponto estava êle com o rio Jacuí quasi aos seus pés, correndo a uma profundidade de muitos metros, e recebendo as águas turvas do Rio-Pardo à poucas centenas de metros para Leste.

Deve ter aquí permanecido, por algum tempo, o chefe da expedição de 1715, examinando o vasto panorama que se apresentava às suas vistas. Deve ter êle compreendido muito bem a excelência desta posição para estabelecimento de uma base de defesa militar, sendo bem possível que ficasse, desde então, assinalado êste lugar.

Voltando ao ponto, aonde estava estacionada a caravana, Brito Peixoto deve ter passado a examinar o outro lado do Rio-Pardo, aonde era menor a várzea; a qual, transposta, subiu pela cochilha até sua culminância, imediações do lugar onde existe hoje o marco geodésico, denominado — da Tapera —, e onde deve ter tido novas surpresas.

Para o Sul descortinou novamente as campinas já vistas do Iruí e Pequerí, e para o Norte o grande cêrro — Bu-

tucarai; com suas ramificações para Oeste e seus cortes a prumo no lado de Leste. Mediu com o seu olhar já experimentado, os campos e as extensas matarias, que acompanhavam a linha da serra, de Oeste para Leste, desde o — Butucarai — ao Cêrro Itacolomí —, alto, ponteagudo, situado no extremo Sul do pontão da serra, que divide as águas dos rios Jacuí e Taquari. Notou com certeza, neste meio, ao Norte, a grande depressão dos altos da Serra-Geral, pela saída do Rio-Pardo para as campinas; assim como também pela saída de seu afluente principal — o Rio-Pardinho. Não deve ter deixado de notar a linha de lindas cochilhas, que, partindo da serra vinham em direção Sul, à forqueta dos dois rios: Jacuí e Rio-Pardo. Prolongando o olhar na direção Nordeste, do ponto onde estava, deve ter divulgado claramente o Cêrro, conhecido hoje por Môrro-das-Pedras; e pouco além, mas um tanto para o Sul, deve ter visto também um alto, aquele onde está cravado o marco geodésico da Rua-Velha.

Com esta orientação, é possível que voltassem os caravaneiros às suas frágeis embarcações, e daí, passando novamente para a margem esquerda do Rio-Pardo, subissem fraldeando as cochilhas, até descobrirem o citado Môrro-das-Pedras, um pouco afastado do rio, para Nordeste. Dirigiram-se, então, àquele rumo; lá chegados descobriram, melhor que do Alto-da-Fortaleza, os vastos campos da margem direita do rio Jacuí. Daquelas alturas, quer nos parecer, ter sido possível avistarem, na sua forma todo especial, o Cêrro-Redondo, situado sôbre as cabeceiras do arroio dos Ratos.

Na direção Leste devem ter divisado bastante afastada do Môrro, uma restinga, hoje Diogo Trilha, que vindo da serra, em linha Norte-Sul, entra nos matos da várzea do rio Jacuí.

Olhando para trás viram, à pequena distância, outra restinga, hoje arroio do Couto, subir serpenteando em direção Norte até chegar na Serra-Geral. À Oeste desta última restinga estavam os campos do atual Rincão d'El-Rei, fechados ao Sul por extenso pontão de matos, que do Rio-

Pardo cruzava ao arroio do Couto, mas cujo território entestava na margem direita do rio Jacuí. Aqueles olhares penetrantes, talvez os primeiros lançados sôbre terras da zona ao Norte do Jacuí, devem ter admirado a grande península, limitada pelo rio Jacuí ao Sul e a Leste, e pelo Rio-Pardo a Oeste, ficando-lhe uma saída franca para Norte. Apreciaram os contornos pelas linhas curvas e acidentadas pelas cochilhas, projetadas sôbre o verde das matas, nas planícies das grandes várzeas dos dois rios.

Do ponto onde estavam colocados, puderam ver claramente, que esta península era a frente de um grande rincão, fechado: — ao Sul pelo rio Jacuí; ao Oeste pelo Rio-Pardo; ao Norte pelas matas virgens da Serra-Geral, e, finalmente, a Leste pela vertente, que é hoje o arroio do Couto. Rincão êste que devemos supor, pelo nome que teve, ficasse assinalado para permanecer devoluto; e daí o nome de — Rincão d'El-Rei —, em cujo canto Sudoeste devia colocar-se, mais tarde, o forte de Jesús-Maria-e-José.

Passamos agora à origem do nome — Rua-Velha.

Contornando o — Morro-das-Pedras — deve ter visto Brito Peixoto, que êle estava recluso em outro rincão, imediato ao primeiro e com as seguintes divisas: — Ao Sul o rio Jacuí; à Oeste o atual arroio do Couto; ao Norte a Serra Geral, e a Leste o Diogo Trilha de hoje.

Inteirado da posição local e de seus arredores, a fim de continuar na sua missão de explorador, deve ter, o chefe da expedição de 1715, seguido em direção Sul a encontrar o rio Jacuí, em cujas barrancas terá chegado com um percurso aproximado a três quilômetros.

No fim desta marcha devia estar Brito Peixoto no lugar onde o rio corre aos pés da cochilha, entre as barras dos atuais arroios do Couto e Rua-Velha, nas paragens do Pôrto-das-Mesas, cuja tradição é antiquíssima. Tem origem a mesma, do fato de existirem neste lugar umas grandes pedras, que, diziam os antigos, terem servido de mesa na ocisão da passagem de uma alta personagem, vinda do Rio-de-Janeiro.

Estava neste ponto Brito Peixoto sôbre a frente de um grande rincão, com fácil embarque e desembarque no rio Jacuí, em qualquer época do ano; com terras apropriadas a grandes plantações, e a uma distância pouco superior a nove quilômetros da barra do Rio-Pardo, ou seja do Alto-da-Fortaleza.

Em vista de tôdas estas condições favoráveis, devemos supor, ficasse êste local assinalado, para uma futura Feitoria, que servisse de entrada para o Rincão d'El-Rei, e de abastecimento a qualquer Presídio militar, que se tornasse necessário. Achamos porisso natural, que fôsse indicada, desde logo, pessoa competente para êsse fim, e melhormente sendo da caravana expedicionária.

Esta nossa suposição mais se justifica, si lembrarmos ter Dona Rita Josefa da Silveira, viúva de Cosme da Silveira Ávila, declarado, na descrição dos bens deixados pelo seu falecido marido, que o terreno da Fazenda da Boa-Esperança havia sido adquirido — no Juízo dos ausentes da Comarca —; que devia ser em Santa-Catarina, a cuja jurisdição pertencia a então Capitania de São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul. E mais: se tivermos em mente que a Fazenda deixada por Cosme, ao morrer em fins de 1765, estava situada entre os atuais arroios Diogo Trilha e Couto, e entre o rio Jacuí e a Serra-Geral, nas proximidades do Pôrto-das-Mesas, sôbre as margens do arroio Rua-Velha, ou da Rua-Velha. O que tudo prova a possibilidade, de terem sido estes lugares escolhidos por Brito Peixoto desde 1715, para fundação de uma Feitoria e entrada para o Rincão d'El-Rei.

Eis assim exposta a maneira, pela qual expliquei a mim mesmo a origem dos três nomes: — Rio-Pardo —, Rincão d'El-Rei, e Rua-Velha, não encontrando explicação para o nome — Aldeia de São-Nicolau do Jacuí. Êste deve ser de criação muito posterior aos três primeiros, e só encontro uma origem para o mesmo, na suposição de ter havido aqui uma reclusão de índios Guaranís, aprisionados nos combates travados em nossas fronteiras, no ano de 1756.

Realmente não servia para outro fim o lugar que conhecemos pelo nome de Aldeia-de-São-Nicolau, ao qual de-

vemos juntar do Jacuí, para distinguí-lo do aldeamento de São-Nicolau das Missões.

Espaço de terreno muito limitado, entre densas matarias de difícilima penetração aos índios Guaranís, Charruas, Minuanos e Tapes; escasso de água; em lugar relativamente baixo, e porisso sem vista ao longe, a Aldeia-de-São-Nicolau-do-Jacuí, na antiguidade, só podia servir de prisão ao homem indômito, que vivia sôbre o lombo do bagual.

E foi para aquí, imediações do Alto-da-Fortaleza e Quartel do Rio-Grande, que devem ter vindo os remanescentes dos exércitos de Sepé Tiarajú e Nicolau Nenguirú, derrotados em 1756, pelos exércitos aliados de Espanha e Portugal.

Rio Pardo, 1936.

Caxias e Bento Manuel Ribeiro

por Walter Spalding

Ao assumir a presidência da província e o comando das armas, o barão de Caxias que não conhecia a campanha do Rio-Grande, tratou, logo, de se cercar de gente capaz de o guiar nesse sistema todo especial de guerra mantido pelos farrapos.

Ao começar o ano de 1843, nada ainda havia feito, pois os rebeldes traziam-no sempre enganado. Foi em vista disso que o barão de Caxias, seguramente informado dos conhecimentos de Bento Manuel Ribeiro e do valor de sua espada, resolveu convidá-lo para guiá-lo pela campanha.

Em 1839 o guerrilheiro natural de Sorocaba aproveitando o pretêsto da promoção de um oficial que censurara, abandonou as hostes farrapas "para viver na sua estância", como assegurou na carta dirigida, naquela ocasião ao ministro da guerra da República. Por êsse seu gesto já o havia anistiado o presidente da província, mas êle, a-pesar-disso, andava em correspondência com amigos, na Côrte, solicitando-a, também, de S. M. Imperial.

A promoção do oficial censurado foi, como dissemos, simples pretêsto. Não era, em absoluto, motivo para separar-se dos companheiros que tantas provas lhe haviam dado. O motivo era bem outro.

Revelam-no, ainda que sob a reserva do "consta", car-

tas de Pedro Chaves ao brigadeiro Bonifácio Isas Calderon ⁽¹⁾. Diz Pedro Chaves (Pedro Rodrigues Fernandes Chaves), então ministro dos Negócios do Brasil em Montevideu, ao brigadeiro Calderon que andavam por lá, nesse fim de 1838, princípio de 1839, dois filhos de Bento Manuel, o dr. Sebastião e Zeferino, procurando um entendimento com Rivera, pois queria o brigadeiro sorocabano (então general da república) formar com êle um partido para suplantar o de Bento Gonçalves e, até combater o império para que êle, Bento Manuel, em troca de algumas concessões, ficasse senhor do Rio-Grande-do-Sul, e Rivera, senhor de Corrientes e Entre-Rios.

Em mais de uma carta afirma isso Pedro Chaves. Podia bem ser simples boato mas como todo o boato tem algo de verdadeiro, no fundo, tal como a fumaça que só se manifesta onde há fogo, alguma cousa de verdadeiro deve haver em tudo isso que denunciava o ministro dos Negócios do Brasil em Montevideu ao então maior brigadeiro do Império contra os farrapos.

Quando Caxias iniciou suas marchas pela campanha rio-grandense, quasi tôda ela estava em poder dos farrapos. Os maiores cabos de guerra do império andavam como que desanimados, si bem já com os farrapos não militasse Bento Manuel. Êste desânimo Caxias o deixa entrever em suas correspondências ao ministro da guerra do império. Mas confia no feliz êxito de sua missão, para o que, como já dissemos, procurava rodear-se de verdadeiros práticos no sistema de guerra usado e da campanha gaúcha.

Bento Manuel era mal visto no exército, por suas de-

(1) Temos em mãos, que em breve pertencerá ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, a maior parte do arquivo do brigadeiro Bonifácio Isas Calderon, cuja correspondência ativa e passiva publicamos, com notas, nesta Revista, III tr. de 1935.

Devemos a felicidade de manusear êsse arquivo à gentileza do major Rômulo Teles Pessoa, cujo bisavô, o tenente Joaquim da Silva Teles e Queiroz, foi secretário de Calderon e, depois, seu inventariante.

fecções, e porisso, desde que Caxias o convidou, iniciou-se contra êle uma campanha de sapa, na qual se salientaram, Manuel dos Santos Loureiro que comandava as forças imperiais nas Missões e João Nunes da Silva Tavares que dirigia a coluna do sul. A êles juntou-se o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, que, por fim, os abandonou, astutamente, entregando-se de um todo às ordens de Caxias, enquanto os dois outros abandonaram o exército.

Mas Bento Manuel Ribeiro não andava satisfeito, pois Caxias não lhe dera, ainda, comando algum. De nenhum modo lhe convinha a situação de simples “conselheiro vaqueano” do barão.

Loureiro e Silva Tavares, figadaes inimigos de Bento Manuel, aproveitavam tudo para o desacreditar junto a Caxias. Não lhe poupavam a vida passada, o que ainda mais desgostava o brigadeiro orgulhoso que tudo fazia para ver si obtinha algum comando e mostrar, dêsse modo, aos seus desafetos o seu “prestígio”. Mas Caxias desconfiava também. Temia-o. Bento Manuel não era homem a quem se pudesse, assim no mais, entregar qualquer comando. As suas atitudes, até então, haviam sido um verdadeiro problema intrincado. Acrescia, a isso, o seu descontentamento que êle, Deus sabe com que fim, propalava.

Dêsse descontentamento Caxias teve pleno conhecimento, pois, ao referir-se ao fato não escreve “dizem” ou “consta”, mas sim “principiou o rosnar pela boca pequena”.

Em longa carta particular ao seu amigo José Clemente Pereira, descreve-o Caxias.

Dada a importância dêsse documento, divulgado pela primeira vez em São-Paulo, em 1901, por João Moraes, transcrevemo-lo na íntegra, a seguir:

CARTA DE CAXIAS A JOSE' CLEMENTE PEREIRA

“TAPERA DO TRILHA, 22 de abril de 1834. — Ilmo. Exmo. Sr. — Pela carta de V. Excia., de 5 de março, vejo que não tem recebido as que tenho escrito pelo correio e,

porisso faço esta e remeto dentro da que escrevo à minha mulher para ver si assim chega a seu destino, e V. Excia. não tem mais razão para supor-me ingrato ao sem número de favores que lhe devo, dos quais nunca me poderei esquecer. Em outra que escreví a V. Excia., de S.-Lourenço, mandei uma notícia bem circunstanciada do estado em que tinha encontrado o exército, sua moralidade, estado de cavallhada, meios de transporte, armamentos, etc. Mas como V. Excia. me diz que a não recebeu, tornarei de leve a tocar nesses objetos. O exército é em geral, bravo, particularmente desde os soldados até aos majores, e mesmo alguns tenentes-coronéis, porém, os que estão daí para cima cuidam mais de seus interêsses (com as devidas exceções) que no serviço.

O espírito comercial é aquí o mais dominante, nenhum vivandeiro veio acompanhar o exército que não tivesse sociedade com algum superior do mesmo exército, principian-do pelo nosso Bento Manuel, que empregou em gêneros para acompanhar o exército, 20 contos de réis de sociedade com um negociante Mendes.

A estada aquí do Seara ⁽²⁾, dizem que concorreu muito para o desenvolvimento dêste espírito na tropa, pois êle, dizem, estava interessado com todos os fornecedores e commissários e públicamente fazia estas infâmias.

O estado do armamento é menos mau, um ou outro corpo necessita de algumas armas, em consequência de estarem as suas já muito velhas, porém todos estão armados com superioridade ao inimigo que temos a combater.

O estado de rebelião é decadente e creio mesmo que neste inverno os rebeldes ficarão reduzidos a pequenas partidas de ladrões, pois perderam o importante município de Alegrete, de onde lhes vinham suas cavallhadas, e eu os vou encostando para o lado de Bagé, de onde não podem ter recursos de novos cavalos, e nem conservar os 25.000 que trou-

(2) General Antônio Corrêa Seara.

xeram de Alegrete, e eu tendo o município de Alegrete pela retaguarda, posso receber remontas de cavalhadas dali, de Corrientes e do Paraguai, para onde já tenho emissários e dinheiro.

Mudei de plano como já mandei dizer a V. Excia, (ainda creio que de officio), em consequência do movimento dos rebeldes e vim na direção de S.-Gabriel aonde deixei 2.000 homens guardando a bagagem pesada e seguí ao rumo de Santana-do-Livramento a tomar a dianteira aos rebeldes, afim de os obrigar a um combate, ou a emigrarem, e eles vendo que necessariamente eram batidos, atravessaram a linha divisória para "Cunhaperú", e com duas marchas que forçaram por dentro do Estado Oriental, se puseram a uma distância tal do nosso exército, que impossível me foi continuar a perseguí-los, sem remonta de cavalos, pois os que tinha já haviam marchado 200 léguas por pedregaes, e estão quasi todos cansados; demorei-me então 3 dias sôbre a linha e mandando oficiais com partidas ao Estado Oriental, pude obter 7.000 bons cavalos com os quais continuou a perseguição dos rebeldes.

Os rebeldes pondo a salvo para o lado de Bagé as suas cavalhadas, e aproveitando-se da distância em que eu me achava, vieram a marchas forçadas atacar os 3 batalhões, 3 bôcas de fogo, de 6, a 600 homens de cavalaria que eu tinha deixado em S.-Gabriel, mas, não se animando a isso, se contentaram em aproveitar do desleixo do coronel Jacinto Pinto, que comandava êsse ponto, roubando os cavalos, que por inúteis eu havia aí deixado, espalhando os bois dos transportes e matando aos poucos soldados, que por imprevidência do coronel os guardavam assim como a algumas praças que dispersas encontraram pela povoação de S.-Gabriel.

Isto, conquanto nada valha sempre me mortificou, e como não estou acostumado a revezes na guerra, fiquei um pouco triste. Mande logo suspender do comando da divisão ao tal relaxado coronel e nomeei um conselho de investigação, e irá ao de guerra si houver matéria para isso, ainda

que os poltrões do conselho supremo decidam que êle fêz seu dever como decidiram a respeito do Leite.

Bento Manuel, logo que viu mudado o ministério, julgou que eu também o seria, na forma do costume, e visando o mando do exército, principou a rosnar pela bôca pequena, que era de opinião de 2 autoridades na província, e que estava muito descontente por eu o não ter empregado em comando de alguma divisão. Ora até essa época êle não tinha cumprido nada do que tinha prometido ao govêrno.

Nenhuma defecção tinha aparecido nos rebeldes, e por tudo isso, e pela falta de confiança de que êle gozava no exército, eu não julguei político empregá-lo no comando de cousa nenhuma, mas trazia-o sempre comigo, consultava-o sôbre qualquer movimento que pretendia fazer e dava-lhe muita consideração em público afim de ir aos poucos dissuadindo alguns chefes que o detestavam e muito já tinha conseguido quando a saída de v. excia. do ministério, quando eu menos esperava, me veio desconcertar e dar ânimo aos invejosos da minha fortuna.

Bento Manuel mandou logo seu filho o dr. Sebastião para a côrte com ordem de escrever contra mim e exagerar a capacidade do pai, para o comando do exército, apresentando a idéia de 2 autoridades para a província.

O que êle por lá terá feito não sei: V. Excia. que lá está melhor o saberá.

Continuou Bento Manuel, contudo, a acompanhar-me e, como visse que não achava eco no exército contra mim tem se reprimido, muito mais depois que teve certeza que o novo ministério me não era avêssô e que mesmo nele haviam alguns tão meus amigos como o sr. José Clemente. Eu não me dei nunca por sabedor, e antes o tratei sempre com a mesma afabilidade e franqueza, e isto o tem desconcertado tanto que me consta que já diz que se tinha em conta de muito velhaco, porém que eu era mais do que êle, tendo metade de sua idade, e que estava disposto a me continuar a ajudar em tudo e que não podia negar que eu ia mar-

chando muito bem, etc. O caso é que vou tirando dêle todo o partido. No dia 16 dêste mês se me apresentou um tte.-cel. rebelde de nome Demétrio Ribeiro ⁽³⁾, com 80 homens e 600 cavalos roubados aos mesmos rebeldes, e uma reunião de mais de 200 homens, foi efetuada no município de Alegrete e Missões logo que os rebeldes evacuaram o município.

Espero também um outro tenente-coronel conhecido por Amaral Ferrador ⁽⁴⁾ que não vinha já porque me queria fazer um serviço antes de vir. Estes dois homens são pessoas de Bento Manuel e porisso logo que me chegaram os reúni a êle e adicionando-lhes mais fôrça, formei um corpo ligeiro com o qual anda Bento Manuel em diligência de tomar as cavalhadas dos rebeldes.

(3) Este Demétrio Ribeiro é o pai do grande propagandista da República, companheiro de Lopes Trovão, Patrocínio e Rui Barbosa. Passando-se aos imperiais nesse ano de 1843, prestou-lhes grandes serviços. Eis a primeira carta que Caxias lhe escreveu:

“Reúna V. Mcê. a todos os indivíduos que o queiram acompanhar, assim como tôdas as cavalhadas que houverem por êsse distrito, e pelos outros por onde tiver de transitar, e, se apresente quanto antes ao exército imperial no lugar em que este se achar, ficando na certeza de que lhe será confiado o comando da fôrça que o acompanhar. Si na marcha que tiver de praticar puder fazer alguma hostilidade a fôrças rebeldes, êsse serviço será tomado na devida consideração. Encarrego a V. Mcê. desta comissão porque estou certo de seus sentimentos a favor da causa imperial. — Deus Guarde a V. Mcê. Quartel General na Fazenda da Conceição, 24 de março de 1843. — Barão de Caxias. — Sr. Demétrio Ribeiro.

(4) José do Amaral Ferrador, filho de José do Amaral, ferrador de animais, no Rio-Pardo. “Como republicano e como soldado, — escreve Aurélio Pôrto, — Amaral Ferrador é um desses homens que se excedem a si próprios, deixando a circumdar-lhes o nome uma auréola fulgurante de bravura”.

Amaral Ferrador era republicano de “idéias” e porisso não se passou para os imperiais, conforme Bento Manuel prometera a Caxias. Ferrador foi dos que, ao receber o convite, respondeu verbalmente que a carta “não merecia resposta”, embora Caxias diga que êle declarara que não viria já “porque me queria fazer um serviço antes de vir”. Que serviço seria? O certo é que Ferrador continuou com os farrapos e Caxias cita-o, em ordens do dia de 1844, com frases mais ou menos desse teor: “o conhecido Amaral Ferrador, chefe anarquista”, etc.

E’ interessante notar-se o que Caxias, em 31 de março de 43, escrevera ao Ministro da Guerra do Império, marechal Salvador José Maciel, com respeito às promessas de Bento Manuel:

“Até hoje nenhum dos chefes a quem o brigadeiro Bento Manuel escreveu, e com os quais contava, se tem apresentado, e pelo contrário con-

Creio que tenho dado a V. Exc. uma noticia do que por aquí se tem passado e si não mais circunstanciada é isso devido à falta de tempo que de certo não me sobra.

Espero que V. Excia., como meu amigo, faça desfazer por meio dos jornais qualquer intriga que o tal dr. Sebastião me tenha formado e que mesmo faça saber ao meu ministro a fonte de onde ela emana, e o motivo, e se V. Excia. ver que o govêrno vacila em me sustentar, diga-lhes que me demitam quanto antes, pois nenhuma vontade tenho de sair depois de perder o conceito em que alguns meus amigos me têm e que a custa de muitos riscos de vida tenho alcançado.

Esteja V. Excia. certo de que com justiça só me poderão notar algum êrro de intelligência pois prezo de bem servir ao Imperador e pela minha conduta futura eu hipoteco a passada na qual creio que não encontrarão manchas. — Disponha do seu amigo que é e lhe será sempre agradecido. — **Barão de Caxias**".

Confronte-se êsse documento acusador de Caxias com as cartas que escreveu a Bento Manuel, depois que lhe deu o comando da segunda divisão do exército, e notar-se-á, à primeira vista, uma grande diferença. Na primeira Caxias acusa, relatando o que sabe e o que lhe consta, nas outras vinte e seis "não registadas", que transcrevemos, com notas e comentários em seguida a êste esboço, elogia-o sem, contudo, deixar de te-lo bem sob as vistas. E' que Caxias, como já o dissemos, o temia. E isto nota-se, também, no offício ao ministro da Guerra do Império, em que relata a resolução que tomara de nomear Bento Manuel comandante da 2.^a divisão.

tinuam a servir a favor da revolta como dantes, sendo suas respostas dadas bocalmente ao portador das cartas do referido brigadeiro, que nenhuma resposta mereciam suas proposições, dando a perceber com êste procedimento que nada com êle haviam tratado a semelhante respeito".

Dos convidados por Bento Manuel, afora seus parentes mais próximos, só se apresentou ao exercito imperial o ex-tenente-coronel farrapo Demétrio Ribeiro. E mais nenhum official.

Prova de que Bento Manuel estava desprestigiado mesmo entre os seus antigos companheiros e, quiçá, amigos.

Como se trata de um officio de real interêsse para o assunto, transcrevemo-lo, na íntegra, a seguir:

OFÍCIO DO BARÃO DE CAXIAS AO MINISTRO DA GUERRA

“Ilmo. e Exmo. Snr. — Tendo falta absoluta de officiaes generais, ou mesmo superiores, que conhecessem a Topografia do Município de Alegrete para onde me era mister mandar huma Devizão do Exercito, e conhecendo quanto o Brigadeiro Bento Manoel he conhecedor daquelle Municipio, onde constantemente tem habitado, nomeei-o Commandante da 2.^a Divizão a qual compuz de officiaes inteligentes e de minha inteira confiança, e ordenei a aquelle Brigadeiro que atravessando o Rio de Santa Maria o margeasse pela esquerda com convergencia a Bagé, aconteceu porem que os rebeldes dividindo suas forças, contramarchasse Canabarro, com setecentos homens na direcção d’Alegrete, Municipio que muito lhes tem custado a abandonar pelos grandes recursos de dinheiro, gente e cavallhada que dali tiravão: então aquelle Brigadeiro deixando o 9.^o batalhão de Caçadores e o 8.^o Corpo de Cavallaria no Serro de Vacaquá, goardando a bagagem, daquelle Divizão, marchou em perseguição do inimigo, que desmoralizando-se de dia em dia, se poz em precipitada retirada para se escapar; porem aproveitando-se da obscuridade da noite, e vendo que o unico bom resultado que poderia tirar seria attacar a pequena força que havia ficado em Vacaquá contramarchou por caminhos escabrosos; e com effeito na manhã de 13 do corrente mez se apresentou deante della com intenção de combatê-la decizivamente; mas o coronel Francisco de Arruda Camara que a commandava tendo escolhido posição vantajosa em linha de batalha esperou o inimigo ao som da muzica do Batalhão; os rebeldes surpresos de encontrar tanta bravura da parte dos nossos soldados apenas se atreverão a fazer ataques parciaes e depois de meia hora de combates no qual perderão quatro homens mortos aparentavão retirar-se na esperanza de que no dia immediato conseguirão sur-

prehender nosso Campo, mas vendo que a maior vigilancia reinava da nossa parte, effetuarão a sua retirada, com receio de serem attaccados pelo referido Brigadeiro que vinha em sua busca, e deixarão apenas cincoenta a cessenta homens de observação; então o referido Coronel Arruda dando o Commando de hum Esquadrão ao Capitão do 3.º corpo de Cavallaria Manoel José Albernaz, ordenou a este official que carregasse sobre aquella partida o que elle fez com tanta bravura, e pericia que huma hora depois ella se achava completamente derrotada perdendo os rebeldes onze homens que ficárão prisioneiros em cujo numero se acha o inculcado Capitão Vicente Ferreira hum dos melhores officiaes do Corpo do rebelde Guedes, sem que de nossa parte houvesse perca alguma a não ser a de hum soldado do 8.º Corpo de Cavallaria, que retirando-se de um dos piquetes avançados ficou prisioneiro por lhe haver cançado o Cavallo. O Brigadeiro Bento Manoel, continua em perseguição de Canabarro, que a custo lhe tem escapado, e que vê de dia em dia diminuir-se pela dezerção o numero de seus soldados. Em consequencia, fiz outro tanto de nossa parte: por Cassapava, e pontas de Camacuam manobra o Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreo com quinhentos homens de Cavallaria de combinação com o Brigadeiro Felipe Nery d'Oliveira que se acha a testa do Batalhão 11.º de Caçadores e do 2.º e 3.º Regimento de Cavallaria de Linha e ao primeiro destes chefes já se lhe tem reunido perto de sincoenta homens que se achavão escondidos, pelos matos, no entretanto que eu nesta posição posso com facilidade socorrer qualquer dessas columnas que for amiaçada pelo inimigo. Quando com o grosso do Exercito persegui os rebeldes e os obriguei a internar-se pelo Estado Oriental, soube que elles tinham sido forçados a abandonar o seu Arsenal de Guerra pelas immedições de Paipasso; em consequencia do que mandei huma partida até suas circumvizinhanças, e aquella expedição acaba de ser corôada do mais brilhante successo, pois que se apoderou de cinco bocas de fogo dos rebeldes constando de uma peça de 12, uma de 9, outra de 3 e de dois obuzes de cinco e meia pollegada tudo de

bronze; bem como de grande porção de ferro em barra, muito armamento de Infantaria, Cavallaria, seis tornos de ferreiro, muitas granadas carregadas, uma grande quantidade de barris de tinta e oleo, muitas balas de fuzil, lanças, couraças e diversos outros objectos bellicos; e bem assim uma botica que os rebeldes á pouco comprarão em Monte Vidéo pelo preço de sete mil patações.

As partidas que se deslocarão da 2.^a Divisão recolherão-se trazendo mais de mil cavallos dos que os rebeldes deixarão escondidos no Municipio de Alegrete, quando serão obrigados a abandonal-o; e o Tenente Manoel Dias Gonsalves que a dias mandei em diligencia com uma pequena partida, ontem se me apresentou, trazendo duzentos e setenta cavallos que tomou ao inimigo. Bento Gonçalves não se reputando seguro na Campanha, marchou com a Infantaria rebelde, e o Governixo para Cangussú, depois de haver feito encostar suas Cavalladas para a fronteira do Jaguarão, e espera escapar ali da perseguição que lhe tenho feito, aproveitando-se para isso da escabrosidade do terreno. Acabo de ordenar que o coronel Arruda com o 6.^o batalhão de caçadores e o esquadrão de Alegrete que ha pouco criei vá occupar a villa daquelle nome, operação que julgo muito influirá na pacificação da provincia; pois que aquella força de combinação, com a que existe em Missões alem de conservar no dominio legal huma tão importante villa servirá de centro para a reunião de grande numero de legalistas que habitam aquellas imediações, e que não têm tomado partê activa na guerra com receio de serem abandonados, e ajudará a cobrança dos avultados impostos que se recebem na Collectoria daquelle municipio. Os rebeldes já não contam hoje mais de mil e seiscentos a mil e oitocentos combatentes em consequencia das grandes deserções que têm apparecido nas suas fileiras, breve devem estar reduzidos á metade. Deus Guarde a V. Ex.^a — Quartel General nas Pontas do Jaguarão, 17 de maio de 1843. — Ilm.^o e Exm.^o Sr. Marechal Salvador José Maciel, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. — Barão de Caxias”.

Como se vê por êsse officio, o illustre pacificador da província empregou Bento Manuel por “falta absoluta de officiais generais, ou mesmo superiores, que conhecessem a topografia do município de Alegrete”, mas, dando-lhe o comando dessa 2.^a divisão teve o cuidado de compor com pessoas “inteligencias e de inteira confiança” a demais officialidade, deixando, dêsse modo, sob severa guarda o comandante Bento Manuel.

Êste, a-pesar-de tôdas as protestações de Caxias, não lhe merecia inteira confiança, como soldado, embora fôsse um guerreiro valente, ousado, mas em extremo susceptível, gostando, por orgulho e vaidade, e também, digamo-lo sem rebuços, por conveniência própria, mudar de partido. Ainda há de aparecer documentação provando essa nossa assertiva.

Em novembro de 1838 andavam por Montevidéu dois filhos de Bento Manuel, Sebastião e Zeferino, tratando da compra do Jarau, segundo afirma Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, o qual porém, diz que a essa intenção juntava-se uma outra, principal, a de “decidir D. Fruto a coadjuvâ-lo (a Bento Manuel) na formação de um terceiro partido” etc. (5) Esta, para nós, novidade, Pedro Chaves a afirma: “sei que o fim principal”, diz êle, “é decidir, etc”.

Bento Manuel, está fora de dúvida, comprou a estância do Jarau, em plena revolução, quando os farrapos não tinham mais nem sequer dinheiro para vestir-se. Como teria êle obtido o dinheiro necessário? Economias? De quando? Feitas de que modo? Com os negócios comerciais no exército? Mas daria êsse comércio tanto assim? E por que logo após a compra dessa estância do Jarau abandonou êle os farrapos, conforme já vimos, pretestando um motivo sem importância, como êle mesmo declara, em carta, pouco mais tarde?

As cartas de Caxias a Bento Manuel, com a nota “Não registadas em tempo por sua ex.^a não o querer”, que adiante transcrevemos, comentadas, e que serviram de pretêsto para

(5) Arquivo de Isas Calderon, já referido.

estas linhas, embora à primeira vista pareçam documentos nobilitantes, não passam de uma atitude diplomática de Caxias, a nosso ver.

Convém não esquecer que o ilustre barão, depois duque de Caxias, foi, mais do que guerreiro, um diplomata e diplomata como poucos. A sua vida o atesta a cada passo quasi. Todos os grandes “combates” que travou nas províncias por êle pacificadas, Caxias os venceu de espada na bainha. A sua espada não era, pròpriamente, espada de guerreiro, mas espada de diplomata.

Precisando de Bento Manuel, cujo valor guerreiro é incontestável, procurou-o e, para o ter bem preso a si, e para tirar “dêle todo o partido” escreveu-lhe aquelas cartas particulares com calorosos elogios e, até, para comprar animais “e tudo quanto fôr necessário para a tropa”, diz ter “ilimitada confiança” no brigadeiro. A-pesar-disso Caxias, noutra carta, o repreende severamente, e em mais de uma carta diz estar “ansioso por notícias”, o que bem nos mostra que o receava, pois notícias da divisão não lhe faltavam. Mas êle queria prender com forte nó o velho guerrilheiro filho de Sorocaba.

Note-se bem: Caxias, na carta XXI censura Bento Manuel, e noutra da mesma data elogia-o. Pura diplomacia do ilustre psicólogo barão de Caxias!

Outra cousa, nas cartas de Caxias a Bento Manuel, isto é, nas cópias registadas nos respectivos copiadores, aliás, poucas, relativamente, outra cousa, dizíamos, nos chamou sobremodo a atenção.

Caxias, segundo nos parece pelo talhe da letra, com o próprio punho anotava à margem “Registada” (Regdo). E isto sòmente nas cartas e officios a Bento Manuel. Nenhuma outra traz semelhante anotação. Porque todo êsse cuidado com tudo que se refere a Bento Manuel? Não se diga que tal anotação é esporádica. Não. Em todos os copiadores da “Correspondência civil e militar do Exmo. Sr. barão de Caxias, presidente e general comandante em chefe do Exército durante sua estada no campo”, à margem da

cópia das cartas dirigidas a Bento Manuel está aquele enigmático “Rgdo”.

A nosso ver, — pelo menos não nos foi possível chegar a outra conclusão ainda que o tivéssemos procurado, — todos os elogios de Caxias ao brigadeiro nada mais são que uma atitude diplomática do presidente da província e comandante das armas.

Leia-se atentamente tôda essa correspondência, confrontando-a com as cartas e ofícios de Bento Manuel a êle, e ter-se-á, logo, essa impressão: Caxias elogia-o a todo o momento com e sem propósito; Bento Manuel apenas responde os tópicos principais e raramente formula um agradecimento porque a vaidade lho inibe. Crê-se um ente superior e nessas condições julga-se credor de tôdas as “homenagens” de Caxias que, aliás, não lhas prestava porque necessitasse para impor-se, mas porque, como dissemos, queria prender o brigadeiro por todos os lados dado a pouca confiança que lhe inspirava. Diplomacia, unicamente diplomacia.

Falamos acima nos ofícios de Bento Manuel a Caxias ⁽⁶⁾. Interessante é notar-se que êsse brigadeiro não se conformava nunca com o estado de guerra em que estava a província, sempre que algo de menos agradável acontecia nos seus campos.

Assim, vemo-lo queixar-se seguidamente a Caxias de que os farrapos entraram nos seus campos, fizeram depredações, levaram gado, etc. Mas não se limita à queixa. Reclama logo indenização, enquanto outros oficiais do império se contentam em tomar nota dos prejuízos para mais tarde, sendo possível, reaver alguma cousa, e, enquanto os farrapos tudo quanto possuíam entregavam de mãos abertas à causa da revolução.

Sobre Bento Manuel, porém, nada de definitivo pode-se dizer. Muita cousa há de aparecer ainda e muita surpresa causarão essas cousas. Não perderemos por esperar.

Interessantíssima deverá ser a correspondência particu-

(6) Publicados na Rev. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. Sul, Ano de 1925.

lar de Caxias com os Ministros da Guerra e do Império e também dos Estrangeiros. Nela muita cousa nova aparecerá, por certo, si é que ainda existe essa correspondência nos arquivos dos ministérios. Só ela poderá dizer-nos o que, em verdade, pensava Caxias de Bento Manuel. Só ela poderá dizer-nos qual a interferência de Caxias e quais as intenções que o levaram, particularmente, a solicitar (pois temos certeza que houve aí solicitação) para Bento Manuel a comenda do Cruzeiro “pelo serviço de Poncho Verde” (veja-se nas cartas, nota 118).

Bento Manuel Ribeiro é uma figura complexa e um verdadeiro caos. Para estudá-lo é preciso tempo e paciência.

*
* * *

Damos, a seguir, integralmente, as cartas de Caxias a Bento Manuel Ribeiro, copiadas dos “rascunhos” chegados até nós por verdadeiro milagre.

Esses documentos pertencem ao Arquivo Histórico do Estado do Rio-Grande-do-Sul. Estão conservados na capa original, por fora da qual se lê:

“Rascunhos de cartas ao Bento Manuel que não foram registadas em tempo por S. Ex.^a não querer”.

Para melhor intelligência julgamos conveniente anotar essas cartas, completando nomes e comentando uma ou outra passagem.

Terminando a série dos “rascunhos” figura um officio ao ministro da Guerra do Império que por interessante e, principalmente, por ter sido riscado quasi a metade que damos em rodapé, julgamos conveniente publicar.

Por fim, juntamos a correspondência interceptada por Caxias, de D. Frutuoso Rivera ao general Bento Gonçalves da Silva, cujas cópias conseguimos por nímia gentileza de nosso amigo Aurélio Pôrto, que as copiou nos Arquivos do Itamarati, no Rio.

CARTAS DO BARÃO DE CAXIAS A BENTO MANUEL RIBEIRO

I

Am.^o e sr. — Pensando poder remeter a V. Ex.^a mais alguma fôrça de cavalaria como me pedia na sua de 18 do corrente ⁽¹⁾ demorei a resposta, porém não se tendo ainda recolhido Francisco Pedro ⁽²⁾ com uns 300 cavalos que arrebanhou pela costa do Camaquã me resolví a despedir os próprios que aquí se achavam há 2 dias. Muito satisfeito fiquei com as notícias que V. Ex.^a me dá da vinda de cavalhadas, quando o inimigo tem já estragado grande parte das suas, estou muito esperançado no seu prognóstico que é ainda o mesmo que me fez no Rio-de-Janeiro, e para lá tenho escrito constantemente nesse sentido referindo-me a V. Ex.^a Amanhã sigo para o Jacinto Magro e depois estarei no Talaveira ainda mesmo que Francisco Pedro se não tenha recolhido como espero. Neto dizem que passou ontem em Bagé procurando a Daví. Enviei hoje 4 bombeiros muito vaqueanos e lhes ordenei que no caso de ser certa a notícia e de haverem êles feito junção, 2 me viessem prontamente avisar e os outros 2 procurassem varar para o lado por onde marche V. Ex.^a para também o pôr ao fato. Conte V. Ex.^a com a minha boa vontade como amigo e camarada.

Camaquã-chico, 24 de maio.

NB. — Fez-se 2.^a via a 25, das pontas de Jaguarí.

II

Exm.^o Am.^o e sr. — Recebí de V. Ex.^a 2 cartas uma de 20 e outra de 22 do corrente ⁽³⁾, o que muito estimei pois

1) Todas as cartas de Bento Manuel, acusadas por Caxias, não tendo nota especial, podem ser lidas na Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio-Grande-do-Sul, nos fascículos correspondentes ao ano de 1925.

(2) Francisco Pedro de Abreu, tenente-coronel.

(3) Estas duas cartas ou officios de Bento Manuel não foram encontradas, cremos, entre os papéis de Caxias, pois não estão publicadas com as demais nos referidos números desta Revista.

bem cuidadoso estava por falta de notícias dêsse lado. Fico ciente do que praticou Olivério ⁽⁴⁾, êle quer jogar com pau de 2 bicos, porém engana-se comigo, ou há de ser farrapo declarado e nesse caso não há de viver entre nós, ou há de servir ao Império, pois tem uma farda e pertence ao Exército do Brasil. Nesta data officio a V. Ex.^a ordenando-lhe que o mande para aquí, e V. Ex.^a com essa ordem positiva pode bem desculpar-se com os seus compadres. Não há dúvida que por bem já pouco ou nada se faz com os rebeldes desta província que há 8 anos insistem no seu crime. Estou disposto a tudo arrostar para levar ao cabo a nossa empresa; ainda há quatro dias acabo de receber officios da Côrte em que o Ministério me recomenda energia, com os Legais insubordinados e farrapos teimosos, dizendo-me que não atenda a meios quando esperar bons resultados, e si bem que êle me recomenda melhor o farei eu sempre que se oferecer ocasião. Escolhi para parar enquanto não tenho cavalos o rincão do Bibiano junto ao Curral de Pedras ⁽⁵⁾, por me dizerem que são melhores campos e oferecem mais comodidade que os do Barreto que muito se alagam. V. Ex.^a diz-me que não desanime, eu não desanimarei nunca, pelo contrário cada vez tenho mais esperanças no bom êxito de minha comissão porisso que o tenho para me ajudar, e creio que hoje bem persuadido está da minha boa disposição a seu respeito. Depois de ter daqui partido o Alferes Sebastião da Cruz que eu mandei procurar notícias de V. Ex.^a e dos farrapos que haviam perdido para êsse lado, chegou o tenente Simeão Fagundes ⁽⁶⁾ com 200 cavalos em vez de 600 que eu esperava do Estado

(4) Olivério José Ortiz, brigadeiro, irmão do padre Fidêncio José Ortiz, que figura entre os sacerdotes participantes da revolução. Olivério José Ortiz era coronel de 2.^a linha, em 1837, e em 1835, como membro da Assembléia Legislativa, assinou a declaração de ter votado, "em primeiro escrutínio no sr. Dr. Marciano Pereira Ribeiro, para servir o emprego de Vice-Presidente da mesma Província na actual Legislatura". (Conf. documento existente no Arq. Histórico do Rio-Grande-do-Sul).

(5) No município actual de Bagé.

(6) Tenente Simeão de Oliveira Fagundes.

Oriental, e já o fiz voltar com uma partida em busca de mais 200 que êle me disse poderia arranjar, e estou a espera a todos os instantes dêle. Com os 200 bois que V. Ex.^a diz poder daí e de S.-Borja mandar fica o exército suprido dêsse gênero, pois por cá tenho arranjado alguns. ⁽⁷⁾ Faça-me V. Ex.^a o favor de agradecer da minha parte ao Ferrer o seu generoso oferecimento o qual só desejarei que V. Ex.^a dêle se utilize si inteiramente não houver outra maneira ou haver essa quantia, e nesse caso, pode V. Ex.^a dizer-lhe que mande aquí ou a Pôrto-Alegre, pessoa com segurança receber, que eu imediatamente o satisfarei. Devolvo as 2 cartas que V. Ex.^a me enviou para ver, uma da Exma. sra. D. Maria, e outra do Olivério.

Por uma carta que recebi, com data de 22 de maio do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Honório ⁽⁸⁾ fui ciente de ter sido despachado Secretário para Inglaterra junto ao Ministro Plenipotenciário José de Araújo Ribeiro, o sr. Dr. Sebastião ⁽⁹⁾ pelo que dou a V. Ex.^a os devidos parabens.

Estimarei que V. Ex.^a já esteja bom do seu incômodo, para melhor poder ajudar-me nesta árdua tarefa. Hoje tornei a receber officios e cartas da Côrte e a única notícia que veio de mais importância foi o casamento da Princeza D. Francisca ⁽¹⁰⁾ no dia 1.º de maio com o príncipe de filho do Rei dos franceses, e de ter já partido para a França em uma nau francesa de que é comandante o príncipe. Eu mandei ordem ao Ferrer ⁽¹¹⁾ para se retirar daí, mas si

(7) Segue-se, riscada, a frase: "Muito agrededido fico a V. Ex.^a".

(8) Honório Hermeto Carneiro Leão.

(9) Filho de Bento Manuel Ribeiro, que por muito tempo lhe serviu de secretário, mórmente entre 1837 e 1839, quando Bento Manuel servia os farrapos.

(10) D. Francisca de Bragança, irmã de D. Pedro II. Casou a 1.º de maio de 1843, com Francisco Fernando Filipe Luiz Maria de Orleans, príncipe de Joinville, terceiro filho do rei de França, Luiz Filipe. O príncipe de Joinville era official de marinha.

(11) Será um dos filhos do coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, assassinado com seu filho mais velho por um grupo de exaltados, a 27 de janeiro de 1836, ou o irmão dêle, também coronel, Manuel Ferrer da Silva Freire, ou algum filho dêste? Ou será o capitão Vicente Ferrer de Almeida?

V. Ex.^a julgar que êle aí não será prejudicial o autorizo para o deixar ficar.

D. Fruto ⁽¹²⁾ escreveu para a Côrte dizendo que está persuadido de que nada mais lhe convém que a conservação da amizade com o Imperador e fazendo protestações de fé, e o nosso govêrno me recomenda que use de política com êle, pois que Rosas ⁽¹³⁾ nos pode ser mais fatal que êle si dominar na Banda Oriental; portanto V. Ex.^a não se acanhe em tratar com o novo governador de Corrientes sôbre compra de cavalos, muito mais sendo V. Ex.^a como me diz amigo dêle. Rosas tem demorado a resposta do tratado que o nosso govêrno tentou entabolar com êle sôbre limites e creio que isso é que deu causa a esta nova recomendação sôbre D. Fruto, o qual já me dirigiu uma nota pedindo-me licença para mandar vender os gados tirados aos seus inimigos no Rio-Grande.

Taquarembó gô, 30 de junho de 1843. — B. de C.

III

Ilm.^o Sr. — Esperava ansioso por comunicações de V. Ex.^a para me saber deliberar, porisso que V. Ex.^a me havia dito pelo conduto do Dedeco, que esperava falar com o brigadeiro Gama ⁽¹⁴⁾, e que depois disso supunha poder dar-me melhores notícias, respeito a cavahadas e boiadas para o serviço do exêrcito, e vendo eu pela carta de V. Ex.^a do 1.^o dêste mês ⁽¹⁵⁾, que essas esperanças se malograram tôdas, pois que Gama estragou no serviço da polícia a maior parte da cavahada vinda de Itapua ⁽¹⁶⁾, e que diz estar a

(12) D. Fructuoso Rivera.

(13) João Manuel de Rosas, ditador em Buenos-Aires, contra o qual teve o Brasil que lutar em 1851.

(14) Brigadeiro José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça.

(15) Também esta carta de Bento Manuel não foi publicada nos citados fascículos desta Revista.

(16) Itapua (de ita, pedra, + pua, sonora, sonante, cantante. Conforme verificamos em outros documentos, trata-se de Itapua, no Paraguaí, sita na margem direita do Paraná, enfrente a Posadas, na Argentina.

boiada de Missões tôda pestiada; julguei fazer sair êste próprio a V. Ex.^a para lhe dizer qual a resolução que vou tomar a vista do quasi desengano que V. Ex.^a me dá a respeito de cavalhadas, pois mesmo que o sr. Severino ⁽¹⁷⁾ realize a compra dos mil cavalos que devem vir do outro lado do Uruguai êles são poucos para remonta dessa Divisão que segundo suponho não está bem montada, e os poucos que sobrarem de certo não suprirão a falta que tenho dêsse gênero. Sabe já V. Ex.^a que tenho 4.000 cavalos gordos no rincão dos Touros ⁽¹⁸⁾, e que sou informado que do Chuí para dentro posso tirar igual ou maior número: ora seria um contrassenso que tendo eu cavalos naquele lugar, e podendo dividir o exército em 2 colunas como atualmente está, me deixasse ficar isolado no centro da Campanha, inteiramente a pé, enquanto que as minhas cavalhadas servissem para montar o inimigo. Sei com certeza que Bento Gonçalves passou no dia 7 por Santana em direção a Bagé, levando 100 homens de cavalaria comandados pelo Amiral ⁽¹⁹⁾, e que o fim é juntar-se com a fôrça de João Antônio Lucas & ⁽²⁰⁾, e em número de 800 homens manobrar sôbre o Rio-Grande para tirarem a cavalhada que ali está, e com ela vir remontar as fôrças de Davi e Neto ⁽²¹⁾ que ficaram em frente a V. Ex.^a entretendo-o com marchas e contra-marchas nesse município que êles protestam não largar, vou portanto marchar amanhã como puder com direção ao S.-Gonçalo com o fim de remontar o exército, salvar a cavalhada do Rincão dos Touros, deixando para isso a bagagem guardada por 2 batalhões e 3 peças de artilheria ao mando do brigadeiro Filipe Neri ⁽²²⁾ em algum rincão

(17) Coronel Severino Ribeiro de Almeida, filho de Bento Manuel Ribeiro.

(18) Rincão dos Touros, nas margens do rio dos Touros, afluente do rio Pelotas, tributário do S.-Gonçalo.

(19) Coronel Antônio Manuel do Amaral Sarmento Mena, morto em Jaguarão, a 21 de junho de 1844, em combate.

(20) João Antônio da Silveira, Manuel Lucas de Oliveira, êste ministro da Guerra da República Rio-Grandense.

(21) General Davi Canabarro e general Antônio de Souza Neto.

(22) Filipe Neri de Oliveira. Em 1837 era coronel reformado de 2.^a linha.

seguro pelas pontas do Camaquã, ou mesmo mandando-a para Caçapava, aonde me dizem que bem se pode manter qualquer força de Infantaria, uma vez que hajam mantimentos para ela. No entanto eu julgo que convém que V. Ex.^a manobre contra Daví de maneira que não descubra êsse município, e o de Missões, tendo todo o cuidado em o perseguir si êle tentar fazer junção com Bento Gonçalves e João Antônio, que se acham para o lado de Bagé presentemente. Escusado me é recomendar a V. Ex.^a tôda a cautela sôbre a divisão de forças, pois sei que V. Ex.^a conhece o transtôrno que disso nos pode vir, e si a pratico nesta ocasião momentâneamente é só pela falta que tenho de bois para condução da bagagem.

Ds. G. Quartel-General na Estância do Carmo no rio Jaguarí, 9 de julho de 1843.

Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro.

IV

Ilm.^o Exm.^o Am.^o e sr. — Em 9 do corrente eu disse a V. Ex.^a qual a resolução que havia tomado em consequência do desengano que V. Ex.^a me deu da remessa de cavalos e bois para o serviço do exército. Agora direi a V. Ex.^a que no dia 10 me pus em marcha na direção que lhe indiquei e conhecendo que com a lentidão com que era obrigado a mover-me em consequência do pêso da bagagem, e falta absoluta de animais, chegaria tarde para salvar a cavallhada do Rio-Grande, resolví-me a fazer adiantar uma brigada de 1.000 praças de cavalaria e infantaria com ordem de forçar as marchas até Piratiní aonde soube estar o Govêrno rebelde, e dalí seguir ao S.-Gonçalo para segurar a cavallhada invernada no Rincão dos Touros, devendo espalhar partidas daquele lado até o Chuí para levantar tôda a cavallhada que encontrar pelas estâncias, e esperar depois ordem para se vir incorporar ao exército, no lugar que eu lhe indicasse. No entanto vai o exército marchando com todo o vagar na direção de Caçapava, em cuja direção man-

dei vir a cavallhada que deixei no Rincão do Rio-Pardo, que suponho já em estado de poder servir, e com a qual, depositada que seja a bagagem em Caçapava sob a guarda de 2 batalhões, um dos quais já mandei vir do Rio-Pardo, pretendo tomar a direção de Piratini, e pela altura conveniente fazer junção com a brigada que mandei para o Rio-Grande, à qual mandei adicionar mais um dos batalhões de caçadores que ali estão, e dirigir-me com 3.000 homens disponíveis sobre Bagé, ou na direção que então convier segundo os movimentos que fizerem os rebeldes. Durante a minha marcha ainda não fui incomodado pelo inimigo, o qual até ao dia 16 se conservava em número de 600 homens sobre as imediações de Bagé, ignorando inteiramente até êsse dia a tentativa de Piratini, e supondo a minha marcha mudança unicamente de Quartéis de Inverno para Caçapava.

Olivério até esta data ainda aquí não appareceu. Gama escreveu-me dizendo que está muito doente dos olhos, que quasi não vê, & e que receia que em V. Ex.^a deixando o Alegrete, os farrapos invadam Missões! Ele me pede licença para ir para Pôrto-Alegre, e me diz que Loureiro (23) já está bom e que nenhuma dúvida porá em ficar comandando a fronteira. Eu creio que isto foi sermão encomendado por Loureiro, e porisso nenhuma resposta ainda lhe dei. Diga-me V. Ex.^a o que julgar a êste respeito (24), e si o Rodrigues (25) seria capaz de comandar a fronteira em lugar do Gama, ou si se lembra de algum outro para o substituir, pois por ora não estou resolvido a obrigar a servir a quem saíu do exército por doente, e mesmo porque receio que Loureiro, tomando o comando da fronteira, promova a deserção dos índios para se segurar lá, e parecer necessário. Silva Tavares (26) logo que o exército parou

(23) Manuel dos Santos Loureiro.

(24) Bento Manuel respondeu à presente carta de Caxias, em officio de 12 de agosto (V. cits. ns. desta Revista), mas nem de leve tocou nesse assunto. Te-lo-ia feito em carta particular?

(25) Capitão Joaquim Rodrigues de Lima.

(26) João da Silva Tavares.

no Carmo, me pediu licença para ir ao Rio-Grande dar providências sobre uma charqueada que elle quer estabelecer na margem do S.-Gonçalo, e eu sem lhe marcar tempo, lhe concedi francamente. Há 20 dias que elle se separou do exército, e ainda uma só deserção não houve na gente do Rio-Grande; consta-me que elle foi muito desgostoso com Marques (27) e Francisco Pedro por não approvarem o seu procedimento (28), os quaes continuam a servir cada vez com mais vontade, particularmente o Francisco Pedro que ainda com as feridas abertas me pediu para seguir na brigada que mandei sobre Piratini aonde espero faça muito bom serviço. Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que Vicente Fialho (29) me escreveu de Taquarembó dizendo-me que Barbatt tinha anuido à reunião dos brasileiros que quisessem vir servir no exército conforme eu lhe havia escrito, e que já haviam mais de 100 reunidos, e que talvez chegassem a 200 em poucos dias, e em consequência disso ordenei que o capitão José Fagundes tomasse o comando dessa gente e que chamasse ao serviço todos os officiaes brasileiros que por lá existissem, e procurasse reunir-se ao Exército o mais breve que lhe fôsse possível, trazendo o maior número de cavalos que pudesse achar, e como talvez lhe seja mais fácil a junção com V. Ex.^a, disse o previno.

Sou de V. Ex.^a

Passo do Hilário no rio Camaquã, 24 de julho de 1843.
2.^a via em 8 de agosto de 1843 — Caçapava.

(27) Manuel Marques de Souza, depois Conde de Pôrto-Alegre.

(28) João da Silva Tavares, Manuel dos Santos Loureiro e Francisco Pedro de Abreu, o célebre "Moringue", inimigos ou, pelo menos, antipatisando com Bento Manuel, resolveram, logo após ter o barão occupado o brigadeiro sorocabano numa divisão do exército, como comandante, pedir a sua demissão. Dizem as crônicas que houve, para iniciar os pedidos, um "jogo de empurra". Finalmente, Loureiro, como mais ousado, foi solicitar sua demissão por doente, do exército, sendo atendido. Em seguida foi Silva Tavares, com o pretêsto da tal charqueada. Moringue, porém, raposa velha, vendo que Caxias atendia aos pedidos, resolveu "bluffar" os camaradas, continuando sob as ordens do barão.

(29) Vicente Fialho e Barbatt são uruguaioes. Veja notas 68 e 96.

V

Ilm.º sr. — (30) Sabendo que João Antônio se dispunha a fazer um movimento sôbre o Rio-Grande, entrando por Santa-Tereza com o fim de levantar a imensa cavallhada que existia do Chuí para dentro, e mesmo a do Rincão-dos-Touros que apenas era guardada por 50 homens de cavallaria, resolví-me a adiantar uma brigada de 1.000 praças naquela direção e pus-me em marcha para êste ponto com o exército, aonde posso bem deixar a bagagem guardada por 2 batalhões, refazer-me de alguns cavalos que mandei vir do Rio-Pardo, roupa e dinheiro, e por-me depois em movimento a procurar a junção com a dita brigada, que me deve trazer a cavallhada. Nessa ocasião despedí um próprio com a comunicação que remeto a V. Ex.^a por 2.^a via pois me parece que a primeira lhe não foi entregue.

Com quanto ainda não recebesse a parte oficial do coronel Marques sôbre o acontecido na sua marcha, tenho já certeza que êle chegou muito a tempo ao S.-Gonçalo, e que na forma das minhas ordens avançou na passagem à vila de Piratini e que logrou surpreender uma guarda que os rebeldes aí tinham, fazendo-a tôda prisioneira e a um tenente-coronel, cujo nome ignoro, (31) assim como 1.000 fardamentos novos que vinham para os rebeldes do lado de Pelotas, algumas munições de guerra, e um pouco de armamento. Eu pretendo logo que me chegue a Caixa Mor, que mandei vir com dinheiro para pagamentos de 4 meses

(30) O rascunho desta carta não é do punho de Caxias, mas dêle são tôdas as emendas, palavras e frases riscadas e acrescentadas.

(31) Foi a surpresa levada a efeito por Chico Pedro, que ia com Marques de Souza, sôbre Piratini, e da qual resultou a prisão do tenente-coronel de que fala Caxias e cujo nome não nos foi possível apurar. Chico Pedro gaba-se muito dêsse feito em suas "Memórias" (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. S., 1921), mas também não refere o nome dos "prisioneiros rebeldes". Fala, porém, na tomada de "duas carretas carregadas de fardamentos, muitas peças de pano azul, mais de 400 ponchos, muitas armas, pistolas e lanças, muitos mil cartuchos embalados, mais de 4 Q (quartas) de pólvora", fornecimentos, etc. Chico Pedro, porém, é algo exagerado. E' pena que Caxias, em outra carta, não tivesse mencionado o tal tenente-coronel aprisionado.

de soldos, e fardamentos para todo o exército, mover-me com 2 batalhões, 2 peças de 6 e 1.200 homens de cavalaria na direção do Baú do Moura passando o Camaquã nos Enforcados, ⁽³²⁾ a fazer junção aí ou mais abaixo com a brigada que mandei ao Rio-Grande e procurar depois o inimigo ⁽³³⁾ manobrando então como nos convier ⁽³⁴⁾ pela fronteira de Jaguarão e Bagé, mas nunca me poderei mover antes destes 15 dias por estar inteiramente a pé a ponto de não haverem cavalos nem para carnear, e mesmo porque é necessário dar tempo a Marques para reunir as cavalcadas de que acima trato. Consta-me que os rebeldes tratam de passarem para o Jaceguá; si elles efetuarem êste movimento nos convém espalhar que não temos ordem do Governo da Côrte para dar um só passo do outro lado da Linha, e que o mesmo Governo me estranhou o haver eu passado a Linha quando fui a Taquarembó, a ver si elles se descuidam, para então darmos um golpe repentino do outro lado, para o qual desde já autorizo a V. S.^a no caso que elle se proporcione antes que eu aí possa estar.

Pelo alferes Militão Gularte será entregue a V. S.^a a quantia de 2:000\$ rs. para compra de alguns cavalos, ou mesmo pagamentos de bombeiros, sentindo que o portador não possa levar maior quantia.

Continue V. S.^a a perseguir Daví em qualquer direção que elle tome, tendo sempre em vista cobrir os dois importantes municípios de Alegrete e Missões. — D. G. Q. General na Vila de Caçapava, 8 de agosto 1843.

Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro.

VI

Exm.^o Am.^o e sr. — Pela carta de V. Ex.^a trazida pelo Militão ⁽³⁵⁾ fui ciente de dever V. Ex.^a estar hoje com a

(32) Passo dos Enforcados, no Rio Camaquã, mun. de Bagé.

(33) Estava riscada a frase: "na direção de Bagé".

(34) Riscada a frase: "de combinação com a divisão ao mando de V. S.^a", que ficou substituída por "pela fronteira de Jaguarão e Bagé".

(35) Alferes Militão Gularte, de que fala na carta anterior.

2.^a Divisão pelos campos do Cunha e no dia 11 em Bagé. De ofício digo a V. Ex.^a ⁽³⁶⁾ o que julgo nos convém, para si a V. Ex.^a ocorrer mais alguma cousa, dizer-me, pois bem sabe que o que desejo é acertar e por isso estou sempre disposto a aceitar o parecer de quem tem razões para melhor conhecer o sistema de guerra desta Província.

Quando saí do Jaguarí tencionava não passar das pontas do Camaquã, e daí despedir a bagagem para esta vila escoltada por um batalhão, e continuar a marcha sôbre Piratini, porém tendo já adiantado o batalhão n.º 11, com o 2.º regimento e 5.º corpo para o S.-Gonçalo e receando que o Filipe ⁽³⁷⁾ se atraze e não desse tôdas as providências de que eu necessitava, resolví-me a vir até aquí, inteiramente a pé, para me refazer com os cavalos que mandei vir de Rio-Pardo, que não excederão a 400 e com potros e éguas que mandei tirar por estas imediações e voltar depois a fazer junção com a brigada que foi para o Rio-Grande, pois não supunha que o **Sr. Presidente e general em chefe Daví** deixasse tão depressa o município de Alegrete que protestara não largar. Estou apressando a vinda das carretas e do batalhão do Rio-Pardo, e hoje já o suponho para cá do S.-Lourenço, para mover-me daqui o mais breve que me for possível, e si os homens pararem e nos derem tempo a fazer junção bem bom seria para pagar a essa Divisão os soldos e refazê-la de alguma roupa, pois nestes 5 ou 6 dias tudo hei-de ter aquí; mas porisso não os deixe V. Ex.^a de vista.

Pelo S.-Gonçalo também mandei subir escoltado por canhoneiras um vapor com 2.000 fardamentos, munições armamentos, & e mandarei seguir até Jagurão si fôr preciso.

Olivério e seu genro aquí estão, tendo provado êste com atestados que se apresentou ao Arruda ⁽³⁸⁾ mandei soltar e lhe concedi anistia.

(36) Vê-se, por aí, claramente, que as presentes cartas são de caráter todo particular, o que, aliás, se nota pelo próprio teor delas. Isso justifica a nota de que “não foram registadas por S. Ex.^a (o barão de Caxias não o querer”.

(37) Brigadeiro Filipe Neri de Oliveira.

(38) General Francisco de Arruda Câmara, casado com Raquel Ribeiro de Almeida, filha de Bento Manuel Ribeiro.

Muito sentí os estragos que os rebeldes fizeram na sua fazenda, felizmente os 2 que o praticaram têm bem como que pagar, o que se verificará em tempo mas julgo bem que V. Ex.^a tome já testemunhas do estrago causado e que elas façam declaração por escrito da pessoa, ou pessoas, que os mandaram praticar (39).

Sou de V. Ex.^a

Caçapava, 8 de agosto 1843.

VII

Exmo. Am.^o e sr. — Vejo o que V. Ex.^a me diz na sua carta de 12 do corrente (40). Marques não podia estar pela altura das Tunas (41) antes do dia 27 ou 28 pois não me consta ainda que tenha passado o S.-Gongalo. Nesta data lhe ordeno que no dia 23 parta de lá infalivelmente, trazendo 6.000 cavalos, e mais o batalhão 8.^o de sapadores que mandei unir à brigada do comando dêle e lhe indico a direção que deve seguir afim de fazer junção comigo pelas Tunas ou mesmo Baú do Moura si eu, a pé como vou, puder lá chegar. Aprovo a lembrança de V. Ex.^a para o comando da fronteira do Alegrete e mesmo a ida do regimento, porém julgo mais prudente, visto não termos certeza da verdadeira direção que tomou o inimigo e a falta absoluta de cavalos com que estou, deferir a ida para depois do recebimento da cavallhada.

Nestes 4 dias espero o dinheiro e o fardamento que mandei vir de dentro, que a falta de bois tem tanto demorado, e logo que êle chegue, e que me tenham chegado as partidas, que tenho por fora, reunindo gente e potros, marcho o mais leviano que me fôr possível afim de continuar-

(39) Veja-se o officio de Bento Manuel, de 4 de agosto, no qual relata o sucedido. (Revista cit.).

(40) Não consta da coleção publicada na cit. revista.

(41) Pequena localidade no município de Bagé.

mos a perseguição dêstes loucos que não sei o que ainda pretendiam e esperam a vista do seu estado e desgraça ⁽⁴²⁾ a que levaram esta bela província.

Recebi notícias à 2 dias da Côte o Paulino ⁽⁴³⁾ tornou a entrar para o Ministério encarregado da pasta dos Negócios estrangeiros e ficando Honório ⁽⁴⁴⁾ com a da Justiça. Espera-se a todos os momentos a chegada da Imperatriz ⁽⁴⁵⁾.

Sou de V. Ex.^a

Caçapava, 15 de agosto 1843.

VIII

Ilm.^o Sr. — Recebi o officio de V. Ex.^a de 12 do corrente escrito de Bagé. Fico ciente dos movimentos praticados pelo inimigo, e da posição que V. Ex.^a pretende tomar, com o fim não só de proteger ao coronel Medeiros ⁽⁴⁶⁾, como a vinda da cavallhada do rio S.-Gonçalo. Nesta data, officio ao coronel Marques ordenando-lhe que não passe o Camaquã para cá, e espere a junção pelas Tunas. No dia 23 é que pretendo marchar daqui com direção ao Passo-dos-Enforcados e daí em marcha seguida até as Tunas, ou mesmo mais adiante, a esperar pela cavallhada, para então combinarmos o nosso novo plano de operações, no entanto conto com essa divisão por essas imediações, no caso que algum movimento não a obrigue a outra cousa, pois nesse

(42) A frase "e esperam", etc., substituiu a seguinte, que estava riscada: "fazer dêste montão de ruínas".

(43) Paulino José Soares de Souza, deputado. Substituiu, por decreto de 8 de junho de 1843, a Honório Hermeto Carneiro Leão na pasta dos Estrangeiros.

(44) Honório Hermeto Carneiro Leão, senador, que acumulava as pastas da Justiça e dos Estrangeiros.

(45) D. Pedro II casou por procuração, como de hábito entre reis e príncipes, a 30 de maio de 1843, com a princeza D. Tereza Cristina Maria de Bourbon, filha de Frederico II das Duas Sicílias. Uma esquadilha foi a Nápoles buscar a imperatriz, servindo-lhe de ante-câmara a fragata "Constituição", cuja ornamentação foi entregue aos mais consumados artistas da época. Comandava a esquadilha o denodado vice-almirante Teodoro Alexandre de Beaurepaire.

(46) Antônio de Medeiros Costa, coronel.

caso deixo livre a V. Ex.^a o operar como convier, não pretendo a menor ocasião de bater o inimigo. Ao coronel Marques ordeno também entrega de 1.000 cavalos a essa divisão, caso V. Ex.^a dêles tenha necessidade, pode os mandar receber logo que êle se aproxime.

Estou inclinado a crer que Daví contra-marchou para Alegrete; si isso se verificar convém não demorarmos e voltar sôbre êle quanto antes ⁽⁴⁷⁾. Ordene V. Ex.^a aos corpos que tenham as relações de mostra prontas para poderem receber 3 meses de soldos por conta do que se lhes deve.

D. G. Q. G. na vila de Caçapava, 15 de agôsto de 1843.

Brigadeiro Bento Manuel

IX

Ilm.^o sr. — Nesta ocasião segundo já disse a V. S.^a em meu offício de hoje segue o tenente-coronel José Corrêa da Silva Guimarães ⁽⁴⁸⁾ com o 6.^o corpo de cavalaria da Guarda-Nacional do seu comando para ficar nessa divisão em lugar do 3.^o que deve vir reünir-se a êste exército. Assim como também seguem as praças dos batalhões de caçadores e mais corpos dessa divisão, que tinham ficado nos hospitais de Pôrto-Alegre e Rio-Pardo, e que devem substituir as do 3.^o de fuzileiros e 9.^o de caçadores que juntos com o dito 3.^o corpo devem marchar para o Passo-dos-Enforcados a esperar por êste exército. Tôda essa fôrça vai escoltando as carretas que desta vila seguem ⁽⁴⁹⁾ levando 100 lanças encavadas, os fardamentos, que nesta ocasião posso mandar, por não me terem chegado todos os que esperava da vila do Rio-Pardo, os quais constam da relação que deve reme-

(47) Esta frase "se isso", etc., substituiu a seguinte, que foi riscada pelo barão: "talvez com o fim de bater ao coronel José Ribeiro (José Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manuel).

(48) Em 1837 era José Corrêa da Silva Guimarães capitão do 1.^o corpo de Artilharia.

(49) Entre as palavras "seguem" e "levando" havia as palavras "para essa divisão", que estavam riscadas.

ter o Quartel-Mestre General. Igualmente vão 100 contos de réis para pagamento de 3 meses de soldos a essa divisão a cargo do 2.º escriturário da Caixa Mor. Eduardo (50) Ribeiro, que leva ordens para sacar contra a Caixa Mor. em Pôrto-Alegre afim de não pararem os futuros pagamentos dessa força, e ficando por consequência sem vigor a ordem que a semelhante respeito havia dado ao Dep.º do Quartel Mestre General o tenente-coronel José Antônio Martins (51). Imediatamente que tenham descarregado as carretas que ora para aí vão V. S.ª as fará voltar com a força que me deve esperar no Passo-dos-Enforcados.

D. G. Quartel General na vila de Caçapava, 20 de agosto 1843. — Bento Manuel Ribeiro.

X

Im.º Sr. — Neste momento me chegam 2 bombeiros que havia mandado observar para o lado de S.-Gabriel, e me dão com certeza a notícia de haverem sido agarrados na fazenda de Fortunato Luiz os 2 próprios que V. S.ª expedira para Alegrete, sendo um dêles Fredo Sanguine; por consequência cumpre que V. S.ª expeça outros afim de chegarem àquele destino. Estes mesmos bombeiros e mais um vizinho da costa de Santa-Maria me asseguram que Daví se acha em Taquatiá (52), e que daí mandará Fredo e Manéca para reünirem em S.-Gabriel e suas imediações. V. S.ª, em vista destas notícias combinará melhor os movimentos que tenha a fazer.

(50) Havia, aí, uma letra ou palavra que se não pode ler por estar estragado o original. O nome todo é: Eduardo Alves Ribeiro.

(51) E' o célebre Mingote Martins, um dos mais fortes esteios da legalidade na fronteira do Alegrete. Exerceu Mingote o cargo de deputado quartel-mestre general até o fim da revolução. Foi um legalista abnegado e desinteressado.

(52) E' Itaquiatiá, banhado e cerro no município de Santana-do-Livramento. Com esse mesmo nome há, ainda, um pequeno rio afluente do Ibicuí da Armada que por sua vez é afluente do Santa-Maria. Aliás, o arroio Itaquiatiá tem sua nascente no banhado do mesmo nome.

D. G. Quartel General na vila de Caçapava, às 7 horas da noite, 20 de agôsto 1843.

Bento Manuel.

XI

Recebí os officios de V. S.^a de 17 do corrente e com êles a parte do pequeno transtôrno da partida de 20 homens que V. S.^a tinha feito passar ao outro lado com o fim de trazer cavalos. Concorde com V. S.^a sôbre o movimento que supõe fazerem os rebeldes para o lado d'Alegrete, mas supponho que o não empreendam enquanto não perderem de todo a esperança de nos pilharem as cavalladas que esperamos do Rio-Grande sôbre as quais tem êles suas vistas. Concorde em aumentar a fôrça dessa divisão com mais uma brigada de caçadores e hoje mesmo faço seguir um próprio para Cruz-Alta com ordens ao tenente-coronel Melo ⁽⁵³⁾ comandante do 3.^o batalhão que aí se acha para seguir immediatamente para S.-Borja e reünir a Gama e esperar ali as ordens de V. S.^a a cuja disposição fica, e tendo eu mandado o major Tristão ⁽⁵⁴⁾ do 6.^o corpo de Guardas Nacionais à Serra reünir as praças dêsse corpo que me constou por aí existirem, lhe ordeno também que siga com o batalhão ao qual pode servir de vaqueano. O tenente-coronel Melo é um official mul valente e vivo e comanda um dos melhores batalhões no exército e a êle pode ser confiado o comando da fronteira das Missões, no caso que Gama queira se retirar como me parece. Tendo V. S.^a de tornar para o município d'Alegrete e talvez de manobrar sôbre Missões julguei dever trocar-lhe o 3.^o corpo de cavalaria pelo 6.^o da mesma arma. São ambos de igual fôrça e bons; o 3.^o ficando aquí pode reünir muita gente e o mesmo pode fazer o 6.^o lá. O comandante do 6.^o corpo é muito bom official e contém os índios em muita subordinação e porisso a 2.^a divisão não perde na troca. Mande por-

(53) João Francisco de Melo.

(54) Tristão Barreto Pereira Pinto, irmão do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

tanto V. S.^a o 3.^o no caso que tenha de marchar, para o Passo-dos-Enforcados, esperar por mim pois hoje mesmo faço daqui seguir o 6.^o e 200 infantess escoltando fardamentos e 100 contos para pagamentos de soldos. Com o 3.^o corpo devem vir as praças do 9.^o e 3.^o de fuzileiros que lá estão, em troca dos quais lhe remeto tôdas as chegadas do Rio-Pardo e Pôrto-Alegre pertencentes aos batalhões 6.^o, 12.^o e 5.^o, que aí estão. No dia 23 me ponho daqui em marcha com 2 batalhões e o resto da cavalaria que cá tenho que não alcançarão a 800 homens com direção ao Passo-dos-Enforcados, e daí às Tunas, mas a-pesar-de ir aliviado de bagagens é natural que não possa ir com a presteza que desejo pela falta absoluta de cavalos e bois, que por aquí tenho. Se V. S.^a me puder mandar de lá alguns bois seria muito bom.

V. S.^a deverá aliviar o pêso que traz quanto fôr possível, enviando para o Passo-dos-Enforcados as carretas e mais bagagens que puder dispensar as quais podem aquí ficar em depósito, pois com grande pêso as marchas são, sem dúvida, mui morosas. Ansioso espero pelo resultado da sortida que V. S.^a me comunica empreender do outro lado; e Deus queira que ela tenha o resultado que espera de se refazer da cavallhada. Marques no dia 23 deve ter passado o S.-Gonçalo, e porisso si algum movimento empreender o inimigo para êsse lado, convém fazer um próprio comunicando-lhe para êle se acautelar com a cavallhada. Êle traz 500 homens de cavalaria e 2 batalhões sòmente e conduz 6.000 cavalos como sabe.

S. Brigadeiro Bento Manuel.

Caçapava, 20 de agôsto 1843.

XII

Exm.^o Am.^o e sr. — E' bem natural que Riveira (55) dê aos rebeldes o conselho que V. Ex.^a me diz, pois êle tem

(55) Frutuoso Rivera, mais conhecido por D. Fruto, que, nessa época, andava às turras com Oribe que sitiava Montevidéu. Rivera era inimigo, também, de Rosas a quem já declarara guerra em 1838 ocu-

agora cuidado muito em fazer as partes ao nosso Govêrno para ver se nos compromete com Rosas, mas creio que perde seu tempo. Se ainda os rebeldes estiverem do outro lado ⁽⁵⁶⁾ e tencionarem demorar-se e V. Ex.^a souber aonde pára Fruto, faça-me logo próprio que quero fazer-lhe uma nota exigindo o desarmamento dêles para o pôr em apuros, pois hei de dizer que se êle não os puder desarmar, eu me hei de entender com Ouribes. ⁽⁵⁷⁾

Muito sentirei si V. Ex.^a fôr obrigado pelas circunstâncias a voltar para Alegrete sem ter antes comigo uma conferência, pois coisas há que se não podem confiar ao papel e que bem convinha que V. Ex.^a estivesse ao fato. No dia 26, eu hei de estar no Passo-dos-Enforcados, e como de officio eu digo a V. Ex.^a que mande o 3.^o corpo em troca do 6.^o que nesta data faço daqui seguir, se fôsse possível a V. Ex.^a aí vir bem bom seria, porém isso no caso que nenhum transtôrno possa causar às operações.

Dedeco cá não chegou ainda, ⁽⁵⁸⁾ se vier com mentira

pando Entre-Rios e Corrientes, sendo vencido em 1840. Rivera, José Frutuoso Rivera, primeiro presidente constitucional do Uruguai (1830-1834), era o chefe do partido "colorado". Oribe, que foi o 2.^o presidente da república, era-o dos "blancos".

(56) República Oriental do Uruguai.

(57) Oribe, Manuel Oribe, o "Corta-cabeças", que se uniu a Rosas. Oribe foi um terrível sanguinário. Veja-se, a respeito, a obra do general Bormann — "Rosas e o exército aliado".

Sôbre essa resposta de Caxias, leia-se o que escreveu Bento Manuel Ribeiro num officio (o 2.^o N.^o XXIII, Revista cit.) de 17 de agôsto de 1843.

(58) Escreve Caxias isto em resposta ao officio de Bento Manuel, de 17 de agôsto (N.^o XXIV, Revista cit.), em que diz: "Sube que o Dedeco em lugar de ir para as Pontas de Santa-Maria, para onde o mandei, passou por aquí com direção ao Passo dos Enforcados; talvez vá chegar por lá mentindo, dizendo que o atropelaram quando êle nem noticia teve de Farrapos: êste perverso não tem compostura". Serâ Dedeco (apelido de Fernando e Eduardo), Fernando Soares Viana, um dos promotores da reação de 15 de junho de 1836, em Pôrto-Alegre? Em 1838 Fernando Soares Viana era tenente de um batalhão provisório.

O jornal O POVO, n.^o 59, de 20 de abril de 1839, traz a seguinte noticia: "Por aviso do capitão Vasco Marques de 13 de corrente abril, consta ter sido derrotado no dia 12 do mesmo mês a pandilha dos ladrões Venceslau e Dedeco, pelo capitão Cavalheiro, nas pontas do Cunha-Perú sôbre nossas divisas; ficando desde o primeiro encontro em nossas mãos quasi tôda aquela canalha morta, e a maior parte da cavallhada que de aquí levavam roubada", etc. Em nota, sôbre Dedeco, diz

hei de dar-lhe uma esfrega na guarda da frente para o acostumar a fazer o que se lhe manda. Não obstante ter de vir o 3.º corpo para cá julgo conveniente que continue a comandar tôda a cavalaria que V. Ex.^a aí tem o coronel Medeiros que cá me não faz falta. No caso que Loureiro se lhe apresentar com o fim de tomar o comando dos índios, V. Ex.^a o não admita, pois não o julgo de boa fé ⁽⁵⁹⁾.

Todos os prisioneiros que V. Ex.^a aí tiver remeta-me também para o Passo-dos-Enforcados para serem remetidos para Pôrto-Alegre daqui. O major Tristão que mandei à Serra reünir, consta que já tem 100 homens juntos com os quais ordeno-lhe que marche com o batalhão N.º 3. Vão as 100 lanças que me pede e irá tudo o mais que V. Ex.^a necessitar. Não poupe V. Ex.^a meios para conseguir cavalos e tudo quanto fôr necessário para a tropa e conte que eu tendo em V. Ex.^a ilimitada confiança tudo aprovarei sôbre (sic) minha responsabilidade, uma vez que seja em benefício da causa que defendemos. ⁽⁶⁰⁾ Silva Tavares ⁽⁶¹⁾ foi espalhar no Rio-Grande que eu estava com o Exército inutilizado no meio da campanha, e que V. Ex.^a não tinha cavalos nem para carnear, e que porisso não sairia da sua

o articulista: "Faz-se notável este nome pela sua derivação do nome latino: dedecus, dedecoris, que quer dizer deshonra. Só o nome deste malvado é uma grande injúria! Que diabólica inspiração de futuro tiveram os pais ou padrinhos que tal nome lhe puseram! Sabiam desde aquela hora que a tal criança estava predestinada para assassino e ladrão?" — Infelizmente não conseguimos saber o nome todo desse senhor Dedeco. — Vasco Marques, é o bravo official farrapo Vasco Marques Pereira, e o capitão Cavalheiro é Manuel Cavalheiro de Oliveira Júnior, ou filho, que relevantes serviços prestaram à causa farroupilha.

(59) Refere-se ainda Caxias ao pedido de demissão de Manuel dos Santos Loureiro e João da Silva Tavares. Veja nota 26, à carta de 24 de julho.

(60) Caxias não poupa esforços para ter bem preso a Bento Manuel Ribeiro. Como bom diplomata, o ilustre barão, reconhecendo o inegável valor militar do comandante da 2.ª divisão, não o deixa descansar um só momento, cumulando-o de gentilezas e "provas de confiança". Simples meio de o ter bem preso, a nosso ver.

(61) João da Silva Tavares. Veja nota 56.

estância do Jarau ⁽⁶²⁾ para onde tinha levado a divisão para lhe comer os bois. Felizmente 6 dias depois dêlé ali chegar com essas notícias chegou o Marques ⁽⁶³⁾ a Pelotas com 1.000 homens e deu notícias bem em contrário. Os homens estão danados por verem a pipineira acabar-se sem a sua cooperação. Tenham paciência. Avante meu general vamos mostrar a realidade a estes homens que por inhâbeis fizeram demorar êste flagelo 8 anos. ⁽⁶⁴⁾

Caçapava, 20 de agôsto de 1843.

Carta à B. Manuel.

XIII

Neste momento recebi o officio de v. ex. de 23 do corrente em o qual me participa o bom resultado da partida do coronel Medeiros e a deliberação tomada por v. ex. em mandar marchar o tenente-coronel Propio ⁽⁶⁵⁾ com o corpo do seu comando e encontrar o coronel Marques, que deve vir em marcha do Rio-Grande com 6.000 cavalos. Em resposta tenho a dizer a v. ex. que muito acertado julgo tal

(62) Cêrro no município atual de Quaraí, onde ficava a fazenda de Bento Manuel Ribeiro, que se chamava "Fazenda do Jarau". Dessa fazenda diz Antônio Vicente da Fontoura em seu "Diário", publicado nesta Revista (II e III trimestre de 1934): "Isto já são campos pertencentes ao Bento Manuel (os campos de Garupá, de onde escreve a 14 de fevereiro de 1844); estão apinhados de gado, como nenhum outro no país: ao mesmo passo que centenares de fazendas de probos legalistas e de republicanos estão despovoadas, por causa dêsse mesmo Bento Manuel!!!" Realmente: ao terminar a revolução Bento Manuel dela safu riquíssimo, si bem já antes o fôsse, ao passo que bem poucos officiais tinham simplesmente o necessário para recommear a vida nas suas estâncias e fazendas.

(63) Manuel Marques de Souza.

(64) Veja-se, ainda, as notas 26 e 56. Caxias alude, queremos crer, às constantes derrotas que sofria Silva Tavares a-pesar-de sua intrepidez.

(65) Deve ser Propício, pois é a quem se refere Bento Manuel em seu officio de 23 de agôsto. Trata-se de João Propício Menna Barreto, depois brigadeiro e barão de S.-Gabriel. Já nesse tempo era, porém coronel, pois foi promovido a êsse pôsto graças à ordem do dia de Bento Manuel depois do combate de Poncho-Verde (26 de maio de 1843). Possivelmente a nomeação ainda não havia chegado e porisso continuam a intitulá-lo tenente-coronel.

movimento e que a vinda de cavalos ao Passo-dos-Enforcados era indispensável a vista do péssimo estado dos poucos que aquí tenho.

No dia ajustado eu me adiantarei do exército, afim de me encontrar com v. ex. conforme me manda dizer.

Deus Guarde a v. ex. Quartel General nas pontas do Caragá, ⁽⁶⁶⁾ 24 agôsto.

Sr. Bento Manuel.

XIV

Exmo. am.º e sr. Vi a carta que Mallet ⁽⁶⁷⁾ escreveu ao coronel Medeiros, e em resposta ao que êle pretende tenho a dizer que eu o posso admitir como major de comissão de qualquer corpo, porém que não posso me responsabilizar pela sua reintegração no exército, pois isso depende do govêrno da Côrte, a quem poderei bem informar ⁽⁶⁸⁾ official da arma em que serviu.

Sou de v. ex.

Passo-dos-Enforcados, 27 de agôsto de 1834. B. Manuel.

XV

Exmo. am.º e sr. — Recebí a de v. ex. de 17 do corrente escrita dos campos da viúva Carolina. Tenho me demorado neste ponto a espera do Ninico que mandei ao outro lado e do capitão Lemos ⁽⁶⁹⁾ que foi com uma partida a Ace-

(66) Deve ser o arroio Carajá, afluente do Camaquã. O Carajá rega o município de Caçapava, em cuja sede estava Caxias.

(67) Luiz Eugênio Mallet, que era capitão em 1837.

(68) Êste rascunho é quasi todo escrito a lapis e há, aí, riscada a seguinte frase: "e estando a seu favor pois o conheço como bom já o quadro no exército fixado só o ministério o poderá fazer". Cremos que aquele "official da arma em que serviu", deveria ser: "officialmente da arma", etc., pois só assim a frase ficará correta: "a quem poderei bem informar officialmente", etc.

(69) Não descobrimos todo o nome dêsse capitão. Entretanto devia ter sido pessoa de confiança e valor, pois Bento Manuel a êle se refere várias vezes em seus officios dando-lhe comissões. Além dêsse capitão, serviam na divisão de Bento Manuel, dois alferes, Joaquim e Eleutério Lemos.

guá ⁽⁷⁰⁾ levantar a cavallhada e boiada que me consta existir naquele ponto, porém por notícias que hoje me chegaram, estou certo que elle nada fará porisso que me consta já ali não ter ficado senão os cavalos que não estavam em estado de poderem caminhar por ter Barbatt ⁽⁷¹⁾ levantado tudo quanto podia servir.

Há dias que caíu em meu poder uma importantíssima correspondência de Riveira ⁽⁷²⁾ com os farrapos pela qual vim no conhecimento da má fé com que Riveira está tratando com o nosso governo. Elle marcha na direção do Rio-Negro ⁽⁷³⁾, tendo mandado Fortunato Silva com 800 homens para Cêrro-Largo, a bater Dionísio Cor, o qual já se retirou para os Cerros-dos-Rios. Riveira fala a Bento Gonçalves, a que elle se dirige ainda em ajustes feitos sobre remessa de armamentos para Maldonado e em se aproximando a linha por este lado, e conta-lhe todos os pormenores das conversas havidas com o nosso novo Encarregado de Negócios, em Montevidéu, e diz que convém embromar o governo Imperial, mas que estejam certos de que de tudo os avisará e que só o que realmente lhe convém é a aliança com elles. Conta também que de Montevidéu resolverá a D. Bernardino ⁽⁷⁴⁾ a ir ao acampamento dêle com o fim de o persuadir a dar a mão aos farrapos, e que elle fez voltar a mulher por Montevidéu com respostas negativas ao governo daquela praça (e até manda a cópia da resposta que deu). Eu já fiz remessa de tudo ao nosso governo no Rio-de-Janeiro afim de elle prevenir ao nosso encarregado de Negócios naquele Estado. Por uma mulher que esteve no acampamento de João

(70) Serra na linha divisória com a República do Uruguai, no município actual de Bagé.

(71) E' official uruguaio, pois esse nome substitue "os Blanquillos", que está riscada no original; conhecemos dêle um officio assinado S. S. Barbat, que começa assim: "Leyes, Oribe, o muerte!! Mueron los salvajes unitarios!!", e em que fala, também nos "salvajes Farrapos" que perseguiu em Taquarembó.

(72) Veja no fim destas cartas epigrafado "Correspondência interceptada" essas cartas.

(73) Rio Negro, Cêrro Largo, Cêrro dos Rios, são localidades uruguaias, bem como uruguaioes são Fortunato e Dionísio.

(74) Bernardino Baís, coronel uruguaio.

Antônio, chegada ontem, soube que Daví ⁽⁷⁵⁾ procurava o Passo-do-Rosário ⁽⁷⁶⁾, e que ali se falava em Daví dar volta por S.-Gabriel, reunir-se a João Antônio e vir procurar-me, que uns diziam que êles me vinham propor acomodação, e outros que me vinham atacar por saberem que v. ex. tinha levado a maior parte das cavalarias, e que esperavam que v. ex. se alongasse para os lados de Alegrete e que carregasse os cavalos para não poder a tempo voltar: seja o que fôr eu pretendo os esperar pela altura do Taboleiro ⁽⁷⁷⁾ pontas de Camaquã. Convém muito que v. ex. faça bombear a força de Daví, afim de contramarchar imediatamente que veja que êle empreende êste movimento parando bem pouco enquanto não tiver certeza do movimento que êle pretende empreender. V. ex. sabe que Severino ⁽⁷⁸⁾ esteve comigo, e que me falou em paz, e que foi em procura de Daví e do irmão, e eu soube por uma carta de S.-Gabriel que êles estiveram juntos na casa do Fidelis ⁽⁷⁹⁾, e que aí houveram muitas saúdes pelo acabamento da guerra, porém como êles têm já por muitas vezes falado nisso e burlado a todos que com êles têm querido tratar muito desconfio de tudo. Bom será estarmos bem prevenidos contra alguma cilada que êles intentem e que torno a repetir, muito convém observá-los e acompanhá-los os movimentos.

(75) João Antônio da Silveira — Daví Canabarro.

(76) Fica situado no Rio Santa-Maria. Foi o local em que se travou a célebre batalha do Passo-do-Rosário, a 20 de fevereiro de 1828, entre as forças brasileiras comandadas por Barbacena e as castelhanas (republicanas) por Alvear. Erradamente denominam essa batalha de batalha de Itazalngó.

(77) E' o Cêro do atual município de Encruzilhada, próximo ao arroio Capivarí.

(78) Severino Antônio da Silveira. Segundo diz Antônio Vicente da Fontoura em seu "Diário" (carta de 12 de março de 1844), os que trataram dêsse assunto foram Severino Antônio da Silveira e José Pedroso de Albuquerque.

(79) Fidelis Nepomuceno de Carvalho Prates, em cuja estância da Caieira devia, no ano seguinte (julho de 1844) travar-se aquela luta de titãs, 3 contra 30, em que Carvalhinho, Sezefredo Alves Coelho de Mesquita e Policarpo Pereira de Carvalho e Silva levariam de vencida a partida imperial.

Neto ⁽⁸⁰⁾ retirou-se para Pantanoso ⁽⁸¹⁾ e constantemente que Francisco Pedro ⁽⁸²⁾ lhe tomara uma cavallhada que êle tinha escondida nos matos próximos de Piratini. Dizem que êle está reunido à Teixeira ⁽⁸³⁾, e que tenta varar pela Encruzilhada e reunir-se a Carvalhinho ⁽⁸⁴⁾ que está por Santa-Bárbara. As carretas que eu mandei vir de Lourenço ⁽⁸⁵⁾, disse-me o Filipe ⁽⁸⁶⁾ que ontem deviam chegar a Caçapava e que já tinham passado o Ricardinho ⁽⁸⁷⁾ sem novidade.

Logo que aquí chegue o tenente Sebastião da Cruz o farei seguir até ao lugar em que estiver v. ex.

Sou de v. ex.

B. de C.

Bagé, 19 de setembro 1843.

XVI

Exm.^o Am.^o e sr. — Como os colorados dizem que de Poncho Verde se separaram dêles 100 homens comandados por um tenente, os quais se dirigiram para o Uruguai bom será dar-lhes caça afim de os desarmar e tirar-lhes 800 cavalos que dizem estes terem êles levado ⁽⁸⁸⁾. De Francisco Pedro soube que tomou uma cavallhada que Neto tinha escondido nos matos de Piratini e que o seguiu na direção do

(80) Antônio de Souza Neto, general.

(81) Arroio tributário do rio Camaquã, com nascente no atual município de Cangussú, onde há, também, um distrito com esse nome.

(82) Francisco Pedro de Abreu, o "Moringue". A frase aí está mal e quer-nos parecer que aquele "constantemente" deveria ser "consta-me". Respeitamos, porém, o original.

(83) Joaquim Teixeira Nunes, coronel farrapo, que tão importante papel desempenhou ao lado de Davi Canabarro nos sucessos de Santa-Catarina (República Juliana), em 1839.

(84) Manuel Carvalho de Aragão e Silva. Veja nota 75.

(85) Deve ser São-Lourenço, sede do município de igual nome nas margens do arroio São-Lourenço, tributário da Lagoa-dos-Patos.

(86) Filipe Neri de Oliveira?

(87) Arroio e picada no município de Caçapava.

(88) Nas costas do rascunho desta carta havia a seguinte frase: "portanto convém que V. Ex." o faça perseguir e desarmar, tomando-lhe 800 cavalos bons que o tal coronel diz terem êles levado".

Pantanoso. Diga V. Ex.^a ao coronel Medeiros que já se me apresentou o Mallet e que imediatamente o empreguei como deputado do Ajudante General junto à primeira divisão e porisso o fiz seguir para Caçapava aonde se acha.

Sou &

Pontas do Camaquã, 27 de setembro
1843.

Bento Manuel.

XVII

Ex.^o Am.^o e sr. — Por uma carta de S. Borja sei que Loureiro passou o Uruguai para o outro lado logo que soube da tentativa do Boaventura ⁽⁸⁹⁾ sôbre aquele departamento. Muito tem lucrado o 3.^o corpo com a sua estada aquí pois todos os dias recebe gente que tenho mandado para reunir.

Nada sei ainda com certeza sôbre Francisco Pedro; hoje faço sair um próprio a ver si me traz alguma notícia.

Do outro lado, sei que D. Fruto passara o Rio-Negro no Passo do Pereira, e que Ouribe ⁽⁹⁰⁾ vinha na sua retaguarda. A deserção dos correntinos não lhe havia de fazer pouco transtôrno. Recebí ontem comunicações do Rio, e nada de novo tem ocorrido pelo norte do nosso Brasil; tudo está em paz e não se trata senão de festas para a chegada da Imperatriz ⁽⁹¹⁾.

O Sebastião da Cruz recolheu-se da capital trazendo uma carregação tal que não podia montar a cavalo e porisso o não mandei já apresentar-se a V. Ex.^a.

Sou &

Pontas do Camaquã das Lavras ⁽⁹²⁾.
2 de outubro, 1843.

B. Manuel.

(89) Boaventura Soares, oficial da força de João Antônio.

(90) Caxias escreve sempre Ouribe, em vez de Oribe.

(91) Veja-se a nota 42.

(92) Deve ser o arroio Camaquã da América, que rega o município atual de Lavras.

XVIII

Ex.^o Am.^o e sr. — Recebí as cartas de V. Ex.^a de 3, 12 e 13 do corrente as quais me vieram aliviar do cuidado com que estava por falta de notícias dos acontecimentos dêsse departamento. De tudo quanto ocorreu por Missões já eu estava sabedor por officios que recebo do Gama, o qual como V. Ex.^a bem supôs, ficou cego de todo com a saída do 3.^o batalhão de S.-Borja. Eu escreví-lhe logo concedendo-lhe novamente licença para se retirar, e ordenei-lhe que entregasse o comando das polícias e da fronteira ao mesmo capitão Rodrigues ⁽⁹³⁾, que V. Ex.^a agora me lembra, e nesta data escrevo a Rodrigues ordenando que se entenda com o coronel Caldwell ⁽⁹⁴⁾, a quem fica subordinado, devendo-lhe enviar officios que houver de receber do outro lado do Uruguai, para êle responder. Creio que já saberá que o nosso amigo Fructo está por Taquarembó com 2.000 homens de cavalaria, e que Urquiza ⁽⁹⁵⁾ que o seguia em duas colunas ainda não passou o Rio Negro, que com a enchente é natural que cedo não passe. Já lhe tinha mandado dizer em outra carta que tinha em Bagé pilhado uma importantíssima correspondência dêste homem com os farrapos, pois agora saiba o que se tem passado. Tem resolvido mandar a Antonio Manuel ⁽⁹⁶⁾ a se encontrar com Ouribe afim de obter dêle a ordem para Argento ⁽⁹⁷⁾ entregar os cavalos prometidos, receei que êle na sua marcha pudesse ser encontrado antes de lá chegar por fôrças de Fructo, e porisso me resolví a dirigir a Fructo uma carta tomando por pretêsto

(93) Capitão Joaquim Rodrigues de Lima.

(94) João Frederico Caldwell. Era major em 1837, e conforme a relação do major Antônio Félix Lôbo, estava Caldwell, nesse ano de 37, no Rio-de-Janeiro, de onde voltou, porém, tomando parte saliente nos successos posteriores, ao lado dos legalistas.

(95) D. Justo José de Urquiza, general argentino. Em 1851 aliou-se ao Brasil contra o ditador argentino, Rosas.

(96) Caxias escrevera, entre parentese, depois dêsse nome, as palavras "o Carbonário", que riscou. Bento Manuel Ribeiro, em seu officio de 28 de outubro, diz a respeito, a Caxias: "Foi uma fortuna V. Ex.^a ter-lhe escrito, só assim salvaria-se a vida do pobre Carbonário". (Refere-se às cartas de Caxias a D. Fructo. Veja-se a "Revista" cit.).

(97) Deve ser algum loco-tenente de Oribe.

a deserção dos correntinos que se acham aquí, ensinei ao Carbonário para lhe falar em compra de cavalos e mesmo de lhe dizer que já tinha cometido êsse negócio a Ouribe, e que êle tendo prometido efetua-lo me tinha falado. Fructo, estimou ou fingiu estimar esta minha resolução e facilitou tudo ao Câmara ⁽⁹⁸⁾, dando uma ordem para o comandante de Santa-Tereza entregar 1.000 cavalos, oficiou a Madariaga ⁽⁹⁹⁾ para entregar 1.000 e disse que deixava ordem a Fialho ⁽¹⁰⁰⁾ para me remeter outros 1.000 e em troca dêstes favores queria armamento e 2 ou 4 peças de artilharia e algum dinheiro já, para o que me enviou um oficial de sua confiança: além disto escreveu-me 2 cartas mui longas e muito cheias de boas palavras, expressando em termos gerais as suas boas intenções a favor da paz do Brasil, e que era tempo de darmos as mãos contra Rosas que queria acabar com a liberdade do Estado Oriental obra espontânea das mãos dos brasileiros &&. Eu ainda lhe não respondi, porque acabo de receber essas comunicações neste momento, porém estou firme em que o homem, ou está muito mal, e quer ver si nos pilha alguma cousa, ou seu fim é comprometer-nos com Rosas, ao que mais me inclino. Mesmo que eu não tivesse em minhas mãos tudo quanto êle escreveu a Bento Gonçalves no mês passado, por certo não acreditaria no seu palanfrório, quanto mais tendo tido a fortuna de lhe pilhar tôda a correspondência. Estou disposto a receber os cavalos comprados, mas a não dar o dinheiro senão depois de serem êles entregues a pessoas minhas, e vou mandar-lhe dizer que não estando autorizado pelo Govêrno Imperial para dispor de armamento senão para os corpos do exército lhe passo a officiar comunicando-lhe a sua proposta, e que imediatamente que eu tenha resposta afirmativa do Govêrno Imperial porei à sua disposição o armamento que êle

(98) Quer-nos parecer que êsse Câmara, de que fala Caxias, é o tenente-coronel Casemiro José da Câmara e Sá, deputado ajudante general, de Caxias. Pouco clara está a frase, fazendo pensar que se trata do mesmo Carbonário, de que tratamos na nota 92.

(99) D. Joaquim Madariaga, governador de Corrientes. Existe, também, um D. Antônio Madariaga, que é irmão de Joaquim.

(100) Vicente José Fialho, que cremos uruguaio. Geralmente vem com o título "tenente", mas uma ou outra vez aparece como "coronel".

pede e tudo mais que quiser. Ora, é verdade que o nosso Governo mandou aumentar a força da esquadra em Montevideu e que deu de mão às negociações com Ouribe em consequência dêle e Rosas não querer concluir um tratado de limites conosco, proposta pelo nosso Governo. Em todo o caso é-nos preciso estar alerta, e tirarmos de ambos todo o partido que pudermos. Aí lhe remeto o officio para Madariaga, o qual V. Ex.^a deve mandar quanto antes, e ver si pode receber os cavalos. Eu escrevo ao mesmo Madariaga e lhe digo que o importe dos cavalos estou pronto a pagar aonde êle queira receber.

Ontem recebí officios de Francisco Pedro, êle me participa haver perseguido constantemente a Bento Gonçalves e Neto desde Cangussú até Piratini, aonde parou por falta de cavalos, os quais esperava receber de S. Gonçalo por estes dez dias. Na perseguição que fêz aprisionou-lhes um official e 15 homens e 10 cargueiros ⁽¹⁰¹⁾.

O número dos apresentados por aquele lado é de 150 soldados, 8 officiais, 3 Ministros de Estado e um coletor. Domingos d'Almeida e Lucas ⁽¹⁰²⁾ escreveram a Francisco Pedro pedindo uma portaria para poderem se apresentar aonde eu estivesse. Eu supponho hoje Bento Gonçalves pelas imediações do Quebraxo, apenas com 200 homens. Daví neste momento me acaba de dizer dois viajantes vindos do E. Oriental que estava há dois dias pelas imediações de Santana, tendo já feito junção com João Antônio.

Não me é possível mandar a V. Ex.^a por ora o dinheiro e fardamentos que lhe prometí pela absoluta falta de bois.

De Caçapava não poderão sair os fardamentos que mandei vir por essa razão, e apenas aquí me chegou um têrço de tudo

(101) Não conseguimos saber o nome do official aprisionado. O próprio Chico Pedro, tão minucioso e... exagerado, às vezes, em suas "Memórias", diz somente que, após uma marcha forçada de 7 léguas, encontrou as forças de Bento Gonçalves e Neto, mas, por ser noite, "os não supresou (sic) de todos, mas fez alguns prisioneiros e ficou senhor de alguns cavalos, e um estandarte da República, alguns despojos".

(102) Domingos José de Almeida, que foi ministro da Fazenda e do Interior, e Manuel Lucas de Oliveira, que foi ministro da Guerra. Diz Carlos v. Koseritz que Almeida foi o cérebro da revolução. (Citado por Aurélio Pôrto — "Processo dos Farrapos", vol. I).

que mandei buscar, tendo ficado o Ataíde ⁽¹⁰³⁾ parado com a caixa militar em Rio-Pardo pela mesma razão e agora tão cedo o não espero em consequência da cheia dos rios.

Pouco me importa que Arruda ache imprudentes os movimentos que V. Ex.^a faz, contanto que dêles tiremos vantagens.

Alivie V. Ex.^a quanto puder a bagagem dessa divisão, pois de outra maneira pouco ou nada poderá fazer.

Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que Fructo disse a Antônio Manuel que deixasse 800 homens por Taquarembó e que publicou uma proclamação chamando os brasileiros habitantes do E. Oriental para suas estâncias, e que se esmera agora em tratar bem aos brasileiros.

Dou a V. Ex.^a os sentimentos pela morte do sr. José Ribeiro ⁽¹⁰⁴⁾.

Sou de V. Ex.^a &

S.-Gabriel, 23 de outubro de 1843.

XIX

Recebi os officios de V. Ex.^a de 3, 12 e 13 de 8bro. corrente.

Fico ciente de se vereficar a notícia do assassinato do coronel Ribeiro ⁽¹⁰⁵⁾, o que bastante me penalizou.

Por officios do brigadeiro Gama já eu estava ao fato das 2 tentativas dos rebeldes sôbre Missões, e da sua contra-marcha. Logo que cheguei neste ponto fiz seguir o 7.º corpo de cavalaria e o 2.º batalhão de caçadores com direção ao Pau-fincado ⁽¹⁰⁶⁾, e ordenei que o 2.º batalhão seguisse pela picada de S.-Martinho ⁽¹⁰⁷⁾ para Cruz Alta, e que o 7.º corpo entrasse pelo Cacequí e rebanhasse uma boa potrada, e mesmo alguns cavalos que me consta aí ter deixado João Antônio reünida

(103) Com. pagador Luiz Cesar de Ataíde.

(104) José Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manuel Ribeiro.

(105) E' o mesmo José Ribeiro de Almeida.

(106) Pau Fincado, coxilha no município de Santa-Maria, São-Gabriel e São-Vicente, e também banhado.

(107) Serra nos municípios de Santa-Maria e Júlio-de-Castilhos. Também freguesia (mun. de Santa-Maria), criada em 1852.

para ser entregue a Portinho ⁽¹⁰⁸⁾ quando descesse a Serra, cuja potrada tinha ficado a cargo de Carvalhinho ⁽¹⁰⁹⁾ que também se achava por essas imediações com uma partida de 50 homens no trabalho de reunir gente. A todo o momento espero notícias do resultado dêste movimento, constando-me apenas há dois dias, que Portinho contra-marchara por S. Martinho, em consequência da ordem que recebera de João Antônio e que vinha com a gente a pé inteiramente, com intenção de passar o Jacuí no Passo de S.-Simão ⁽¹¹⁰⁾ para onde tinha Carvalhinho feito reunir canoas. Aprovo a deliberação de V. Ex.^a de reunir o esquadrão de Alegrete ao corpo provisório, do qual deve continuar a fazer parte até 2.^a ordem minha.

Havendo-me o brigadeiro Gama comunicado achar-se novamente doente, em data de 18 lhe ordenei que entregasse o comando da fronteira ao capitão Rodrigues, que ficaria de tudo encarregado interinamente até que eu nomeasse um comandante para aquela fronteira, e comunicando-se V. Ex.^a agora achar-se o coronel Caldwell na vila de Alegrete, vou ordenar ao mencionado capitão Rodrigues para que fique na inteligência de que deve prestar obediência ao mencionado coronel a quem deve dirigir sua correspondência para V. Ex.^a, particularmente toda aquela que tiver relação com os Estados vizinhos.

Deus Guarde a V. Ex.^a, São-Gabriel 23 de outubro 1843.
Sr. B. Manuel.

XX

Exm.^o Sr. Brigadeiro. — Recebí a carta de V. Ex.^a de 28 dêste mês. Fico ciente de ter V. Ex.^a mandado para Corrientes o meu officio para Madariaga, que acompanhou a ordem de Fructo para a remessa dos 1.000 cavalos. Ainda não sei com certeza a direção que tomou Portinho na sua contra-marcha. O 7.^o corpo que eu havia mandado até Cacequí voltou sofri-

(108) General Portinho, José Gomes Pôrto, brilhante official farroupilha.

(109) Manduca Carvalho, Manuel Carvalho de Aragão e Silva.

(110) No município de Santa-Maria, atual. 23 de outubro 1843 (211)

velmente montado, e trazendo-me 200 potros e algumas mulas, não tendo encontrado força alguma por esses meios, e o 2.º batalhão continuou a sua marcha para a Cruz-Alta, seguindo a Portinho que ia a pé. Hoje fiz sair 2 partidas para o lado do Formigueiro ⁽¹¹¹⁾ a ver si batem a um Antônio José ⁽¹¹²⁾ que por aí anda fazendo reuniões de gente e cavalos. Fico ciente de haver V. Ex.^a comprado 800 cavalos, e nesta ocasião remeto a V. Ex.^a pelo Cruz ⁽¹¹³⁾ as 200 onças que me pede para comprar mais, e vai também autorização para o encarregado da Caixa receber o dinheiro que houver em Alegrete e S.-Borja, sacando letras para Buenos-Aires contra o nosso Encarregado de Negócios. Triste fiquei com V. Ex.^a me dizer que marcha sem esperança de bater a Daví; parece-me incrível que ainda ele tenha cavalos para operar este verão, quando todo o verão passado, e inverno estive em um contínuo movimento; atrevendo-se a invadir Missões sem intenção de passar o Uruguai como V. Ex.^a supunha. Nunca nos conveio mais que agora obrigar esses homens a imigrar para o Estado Oriental, pois estando Fructo sobre a fronteira, e não lhe convindo pelos seus interesses pactuar com os rebeldes, pode ser comprometido a se pronunciar claramente negando-lhes recursos de cavalcadas, e desarmando-os como ele tem prometido ultimamente fazer; e porisso convém que V. Ex.^a se aproxime dele quanto antes, e me comunique com frequência o que fôr ocorrendo. Por esquecimento não respondi a V. Ex.^a sobre o Reginaldo ⁽¹¹⁴⁾. Eu não posso anistiar a um homem que servindo como oficial, foi preso com as armas na mão, e muito mais não tendo os rebeldes soltado nenhum dos oficiais prisioneiros que lá tem do nosso exército, como os

(111) Rincão fertilíssimo no município de São-Sepé, atual. Pertence, hoje, ao distrito e povoado de igual nome, no referido município.

(112) Será Antônio José de Abreu, que assinou com Francisco Moreira da Silva Verde, Bernardo Pires e outros a ata da posse de Bento Gonçalves na presidência da República, a 16-12-1837, ou será Antônio José Pires, irmão de Agostinho José Pires da Silveira?

(113) Tenente Cândido José da Cruz, a que várias vezes alude Caxias, dando-lhe comissões e transporte de correspondência.

(114) Reginaldo Fernandes da Luz, "capitão do corpo do Guedes", como explica Bento Manuel (Offício de 12-10-43, Revista cit.).

(115) Veja nota 66.

Lemos ⁽¹¹⁵⁾, e um alferes de 1.^a linha que pilharam em S.-Gabriel quando levavam a cavallhada. Si V. Ex.^a quer favorecer cometa a troca com algum dos nossos que lá estão, e no caso que êle anuam a isso, pode o mandar mesmo de lá, recebendo o que êles mandarem; e no caso contrário conserve-o preso até podê-lo remeter para cá. Quanto a seu sobrinho ⁽¹¹⁶⁾ nenhuma dúvida terei em fazer a nomeação que me pede.

Tendo sido o esquadrão de Alegrete unido ao corpo provisório, julgo desnecessária a nomeação de novo comandante para êle. Não estou resolvido por ora a nomear comandante militar para Missões, quero primeiro ver como se porta o Rodrigues para então me resolver; no entanto agradeço a V. Ex.^a a lembrança do Belchior ⁽¹¹⁷⁾. Aproveito a ocasião para dar a V. Ex.^a os parabens por o haver S. M. condecorado com a comenda do Cruzeiro pelo serviço de Poncho-Verde ⁽¹¹⁸⁾. Res-

(116) Bento José Ribeiro, filho de José Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manuel, morto em combate. Bento José, conforme explica o tio ao barão de Caxias, "serviu antigamente em tenente entre os rebeldes". (Of. de 28-10. Revista cit.).

(117) Tenente-coronel Belchior da Costa Correia, cunhado de B. Manuel.

(118) O combate de Poncho Verde, travado em 26 de maio de 1843, não se pode, de forma alguma, considerar uma vitória dos imperiais. Bento Manuel, porém, numa ordem do dia tendenciosa, empresta à sua divisão uma vitória total sobre os farrapos. Entretanto, em carta a Caxias, datada do mesmo dia do combate, escreve Bento Manuel: "Hoje depois de uma batalha bem parecida à que houve no Passo-do-Rosário no ano de 1827 em que fui carregado por toda a força inimiga de Bento Gonçalves, Neto, Davi, & dirijo a V. Ex.^a este para dizer-lhe que fiquei senhor do campo" etc. (Veja-se, na Revista cit. os officios de 26 e 29 de maio). Ora, diz o próprio Bento Manuel, "batalha bem parecida à que houve no Passo-do-Rosário"; sabido é que aquela batalha não constituiu uma vitória decisiva das forças de Barbacena sobre as de Alvear; o combate ficou indeciso, embora a vitória técnica, a nosso ver, tenha sido de Alvear que, aliás, não ficou senhor do terreno e nem perseguiu os imperiais. Logo, querendo Bento Manuel comparar a de Poncho-Verde à do Passo-do-Rosário, êle se não pode considerar vencedor. Tanto as forças farrapas, como as de Bento Manuel retiraram-se ao mesmo tempo, e Francisco Pedro de Abreu, nas suas já citadas "Memórias", § 75, diz: "No campo houveram mortos e feridos de parte a parte e dos legais alguns prisioneiros, ficando os rebeldes senhores da cavallhada, e alguma bagagem assim como da cartinha de Bento Manuel Ribeiro". Isto mesmo dizem os farrapos na sua ordem do dia. Portanto, si vitória houve, esta foi dos republicanos, incontestavelmente. (Veja-se nosso "Farrapos!", 2.^a série, em que descrevemos minuciosamente esse combate).

peito ao que V. Ex.^a me diz sôbre o Vigário (¹¹⁹), si êle é de bons costumes e se apresentou a V. Ex.^a pedindo anistia, deixe-o aí estar administrando os SS. Sacramentos a êsse povo, até que chegue outro que me consta estar nomeado pelo Bispo do Rio-de-Janeiro (¹²⁰) para essa Igreja, mas si êle se lhe apresentou e não goze de bôa reputação, V. Ex.^a o fará acompanhar a Divisão de seu comando, até que comigo se encontre para ter o conveniente destino.

S.-Gabriel, 31 de outubro de 1843.

Sou de V. Ex.^a — B. de C.

Foi pelo tenente Cândido J. da Cruz.

O Offício desta mesma data está com S. Ex.^a o sr. Barão, que o guardou (¹²¹).

(119) Diz Bento Manuel no seu offício a Caxias de 28 de outubro: "Apareceu-me em Alegrete um homem dizendo que era vigário do lugar, que fiquei sem saber o que resolver, informaram-me que é um padre Portinho, e que para ali foi mandado pelo rebelde padre Chagas". Este padre Chagas é o Vigário Apostólico da República, Francisco das Chagas Martins Avila e Souza, que também fez parte da Constituinte Republicana do Alegrete. Quanto ao padre Portinho que se apresentou a Bento Manuel como vigário de Alegrete, deve ser, segundo Aurélio Pôrto, o padre uruguaio, Vasques Portillo. (*)

(120) Até 1853 esteve o Rio-Grande-do-Sul sob a jurisdição eclesiástica do Rio-de-Janeiro. Na época em que Caxias escrevia a Bento Manuel, era Bispo do Rio-de-Janeiro o conde de Irajá, D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo.

(121) Embora o rascunho da presente carta tenha muitas letras parecidíssimas com as de Caxias, não sabemos com certeza si é ou não do próprio punho. A letra é regular e caprichada, contrastando muitíssimo com a dos outros rascunhos. Não tem uma só palavra emendada. Nas mesmas condições está a carta seguinte (XXI), cuja letra, porém, no final, é ainda mais parecida com a dos outros rascunhos que temos certeza serem do próprio punho do barão. Esta mesma dúvida nos desperta a carta de 18 de novembro (XXIII), da qual sômente o último período temos plena certeza ser do próprio Caxias, e também a data. Isto, porém, de forma alguma nos permite duvidar da autenticidade delas.

(*) Em carta, escreveu-nos o ilustre e paciente pesquisador e historiador Aurélio Pôrto: "O padre Portinho deve ser um dos uriguaioes que serviram às ordens do Vigário Apostólico da República. O nome seria "Portillo", não "Portinho". Tenho idéia de ter encontrado, nos livros eclesiásticos de Alegrete êsse nome. E quasi posso afirmar que seria o padre José de Sevilha Vasques (Portillo?)". E conclue o erudito historiador: "O padre Sevilha Vasques que, se não me falha a memória, em outros assentos, se assignava "Vasques Portillo", era uruguaio".

XXI

Ilmo. Sr. — Recebí o officio de V. S.^a de 29 do presente, e em resposta a êle tenho a dizer-lhe que no caso do inimigo seguir a direção do Poncho-Verde, por maneira alguma essa divisão deve passar em Santana-do-Livramento, convindo que o continue a perseguir, pois estando a maior parte das nossas cavalarías para êsse lado, é bem natural que Daví procure fazer junção com Bento Gonçalves e Neto, e que sabendo que essa divisão se acha parada a tamanha distância, trate de metter-se entre a fôrça com que me acho, e a que está por Piratiní, e que consiga bater a menor das duas, antes de poder ser socorrida. Si durante o inverno essa divisão pôde sempre perseguir o inimigo, como agora na estação mais propícia de operar, ela há de ficar inativa? V. S.^a estará lembrado que quando me requisitou mais um batalhão de infantaria para essa divisão, me disse que o desejava para ficar a bagagem pesada com mais segurança em Alegrete, e poder V. S.^a continuar a perseguir o inimigo em qualquer direção que êle seguisse; ora eu não só adicionei a essa divisão o batalhão que V. S.^a me pedia, como uma brigada, e por certo nisso não consentiria si supusesse que V. S.^a queria com essas fôrças ocupar pontos, e deixar os rebeldes engordar seus cavalos.

Disse-me V. S.^a em um artigo do seu officio de 3 dêste mês, que a tardança da cavallhada de S. Gonçalo, tinha causado a sua demora em voltar sôbre Alegrete, e que isso nos tinha sido fatalíssimo, não só pela morte do coronel José Ribeiro, como pelas derrotas das partidas do capitão Siqueira ⁽¹²²⁾ e Hipólito ⁽¹²³⁾, além de ter dado tempo a Daví para se refazer de cavalos. V. S.^a estará lembrado que a ordem que lhe mandei de Jaguarí quando tive o desengano de que dêsse lado não receberia cavalos, foi que manobrasse de maneira que cobrisse os municípios de Alegrete e Missões, e que depois escrevendo-

(122) Capitão Antônio Leite de Siqueira.

(123) Capitão Hipólito Gírio Cardoso.

lhe novamente lhe recomendei que quando tivesse de marchar com a divisão em perseguição do inimigo, não deixasse força alguma em Alegrete, e V. S.^a me participou logo estar já reunido como o coronel Ribeiro, e em marcha com todas as praças da sua divisão; portanto os destroços havidos nas duas partidas, e assassinatos ⁽¹²⁴⁾, foram só devidos a deliberação tomada por V. S.^a de desprender essas forças, não estando autorizado por mim, que o tinha antes prevenido com a ordem acima mencionada. Quanto a ter Daví se refeito de cavalos como V. S.^a me diz, não podia eu tal esperar, porque recebendo parte mandada por V. S.^a das imediações de Pirai, de ter perdido a Daví de vista, e de talvez fôsse natural que elle contra-marchasse, V. S.^a me dizia de positivo, que mesmo que elle voltasse para Alegrete, eu não tivesse o menor cuidado, porque não acharia elle um só cavalo para mudar, e nem um carrego de pólvora em todo esse município. Como pois agora V. S.^a me diz também de positivo, que elle se refez mesmo aí de cavalhadas! Ou V. S.^a se enganou quando me dirigiu a primeira parte acima mencionada, ou se enganou agora. Como é possível que não tendo os rebeldes recebido cavalhadas de fora da província, e tendo-se conservado em contínuo movimento a perto de 9 meses, possam estar mais bem montados que nós, que além de desfrutarmos como elles os poucos recursos da província, temos dispendido centenaes de contos de réis em compras de cavalos, e temos numerosas infantarias para os deixar repousar quando acampamos. As grandes distâncias em que elles se conservam de nossas forças, é uma prova não equívoca da falta que sentem de cavalhadas, porque si assim não fôsse elles nos procurariam incomodar. Tenho por sem dúvida que essa divisão colocada nos dois pontos que V. S.^a me indica

(124) Em officio comunica Bento Manuel a Caxias a morte do irmão, dizendo "além do assassino do coronel José Ribeiro e alguns outros indivíduos", o que motivou os "sentimentos" enviados por Caxias na carta de 23 de outubro.

Nem uma desculpa só de Bento Manuel encontramos com respeito às advertências que Caxias lhe faz na presente carta. Note-se bem a tática do comandante nessa correspondência toda a Bento Manuel. Na carta anterior o barão apalpa-o com luvas de pelica, e na presente diz-lhe algumas duras verdades...

sobre os municípios de Alegrete e Missões, e as forças ficam em atitude de se socorrerem, porém não é isso só o que basta; é preciso procurar o inimigo como até agora se tem feito. Si as posições que V. S.^a me indica foram tomadas no princípio de um rigoroso inverno, eu as aprovava, porém no meio da primavera, não. Sou de opinião que V. S.^a deixando a bagagem pesada dessa divisão em Alegrete bem guardada, siga a Daví em qualquer direção que êle tome. Para o poder fazer de Santana por diante, eu envio a V. S.^a uma ordem para Fialho lhe mandar entregar os 1.000 cavalos que Fructo prometeu deixar-lhe entregues à minha disposição, e além disso remeto as 200 onças que me pede para mandar comprar outros por onde os houver. A força com que me acho está em piores circunstâncias que a divisão que V. S.^a comanda, porque marcha por onde não há maneira de se refazer dêsse gênero, porém não obstante, seja como fôr hei de marchar para as imediações do Taboleiro, e daí procurarei junção com Francisco Pedro, no caso que o inimigo marche sobre Bagé e tente alguma cousa para aquele lado. A Francisco Pedro já prevení para estar em cautela, afim de passar o Camaquã nos Enforcados ou no Capão no caso que seja perseguido por forças muito superiores, e não possa fazer junção comigo, devendo êle fazer aviso ao brigadeiro Felipe Neri da direção que leva para lhe ser protegida a passagem do rio com 300 homens de infantaria e 2 peças de artilheria, si isso fôr preciso. Nesta data officio ao nosso Encarregado de Negócios em Buenos-Aires para aceitar, e pagar as letras que sacar daí o Encarregado da Caixa dessa divisão, cujo officio remeto a V. S.^a para lhe dar direção.

Deus Guarde a V. S.^a, S.-Gabriel 31 de outubro 1843.

Remetido pelo tenente Cruz.

Sr. Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro.

XXII

Neste momento acabo de receber notícia de haver Francisco Pedro batido a Neto e Bento Gonçalves em um encontro que tiveram em uma noite, caindo em nosso poder tôda a ba-

gagem dêles, 200 cavalos, 50 dos quais ensilhados, 6 prisioneiros, e deixando 3 mortos no campo e toda a sua correspondência ⁽¹²⁵⁾. Pelos officios de Daví que por cópia remeto a V. S.^a para seu govêrno, se vê qual o estado de suas cavalhadas e fôrças, e a esperança em que está de receber cavalos do outro lado do Uruguai, portanto convem que V. S.^a lhe não dê tempo a se refazer de cavalos como êle diz que pretende. Eu marcho no dia 4 para o Taboleiro pois me consta que Marcelino ⁽¹²⁶⁾ já chegara a Bagé com parte da infantaria que Bento Gonçalves pedira a Daví para poder bater a Francisco Pedro e também me dizem que João Antônio se adiantara da fôrça de Daví que já estava pelas pontas de Santa-Maria. Não se descuide V. S.^a de me fazer avisos do que for ocorrendo e da marcha que trazer afim de me poder regular.

Acabam de chegar os fardamentos que mandei vir para as praças dessa divisão os quais remeterei logo que se proporcione ocasião.

D. G. S.-Gabriel, 2 de novembro 1843.

Foi pelo Sebastião da Cruz ⁽¹²⁷⁾.

Bento Manuel.

XXIII

Ilm.^o Sr. — Pelo tenente Sebastião ⁽¹²⁸⁾ recebi o officio de V. S.^a de 10 do corrente, e com êle as partes do coronel Medeiros e tenente-coronel Demétrio ⁽¹²⁹⁾, que me certificaram do ocorrido tanto com a partida do Vargas ⁽¹³⁰⁾, como na perseguição de Guedes ⁽¹³¹⁾. Bento Gonçalves e Neto voltaram a atacar ao tenente-coronel Francisco Pedro em Cangussú le-

(125) Veja nota 101.

(126) Capitão Marcelino José do Carmo.

(127) Tenente Sebastião da Cruz. Veja carta XVII, de 2-10.

(128) Veja nota 127.

(129) Coronel Antônio de Medeiros Costa, e tenente-coronel Demétrio Ribeiro, pai do propagandista da República, dr. Demétrio Ribeiro. Amigo de Bento Manuel, quando este, a convite de Caxias, tornou a servir o Império, Demétrio Ribeiro passou-se para os imperiais, a pedido de Bento Manuel.

(130) Tenente Joaquim de Vargas, imperial.

(131) Jacinto Guedes da Luz, o bravo farrapo.

vando 700 homens, inclusive 286 infantes, e uma peça de 3, e depois de uma hora de fogo foram rechassados, deixando 30 mortos no campo entrando nesse número 3 oficiais, 2 prisioneiros e 2 passados, e levando muitos feridos ⁽¹³²⁾. Pelas comunicações de Canabarro a Bento Gonçalves que foram pilhadas no bolso de um tenente-coronel ⁽¹³³⁾ Fermiano que foi morto, soube que êle os chamava a fazer junção, e qual o plano que Canabarro intenta pôr em prática, parte das quais remeto a V. S.^a para seu govêrno. Portinho encontrou na picada nova da Serra a um oficial do 10 corpo que subia acompanhado de alguns cargueiros, e o matou tomando-lhe os cargueiros, e descendo fêz junção com Carvalhinho, que estava pela Cachoeira, e voltaram depois com direção à capela de Santa-Maria levando 160 homens, muitos dos quais desarmados. Pelas imediações do Pau Fincado encontraram-se com o major Jardim ⁽¹³⁴⁾ que de S.-Gabriel eu havia mandado em seu seguimento com 120 homens dos 3º e 7º corpos da Guarda-Nacional, e êste os correu 2 léguas, fazendo-lhes apenas um prisioneiro, e ferindo-lhe gravemente a 5 homens inclusive um tenente e creio, segundo a parte do major Jardim, que vão com direção a Cacequí. Já mandei ordem a Jardim para voltar, no caso que Portinho tenha passado o Santa-Maria, e êle deve ter feito aviso ao major Severo ⁽¹³⁵⁾ da marcha de Portinho, e Carvalho ⁽¹³⁶⁾ pois estou prevenido de sua demora no Passo-do-Rosario, a espera destes 2 rebeldes. A' falta absoluta de cavalos com que estava Francisco Pedro devem Bento Gonçalves e Neto esta 2.^a escapada. Eu tenho-me demorado por

(132) Recontro de Cangussú, em 6 de novembro de 1843. Há um pouco de exagero no que escreveu Caxias, baseado em Chico-Pedro.

(133) Fermiano Alves dos Santos, promovido a coronel em 1839. Sobre a morte desse bravo farrapo assim se refere Caxias na sua ordem do dia, que tem a mesma data da carta acima, 18 de novembro: — "S. Ex.^a igualmente manda declarar que o sr. tenente-coronel lhe enviou uma correspondência de Canabarro para Bento Gonçalves, e outros, a qual foi interceptada no dia 7 deste mês e o seu condutor, o intitulado tenente-coronel Fermiano, morto pelo sargento Emilio Rodrigues da Silva."

(134) Major de Guardas Nacionais, Agostinho Gomes Jardim, irmão do presidente da República, José Gomes de Vasconcelos Jardim.

(135) Major de Guardas Nacionais, João Antônio Severo.

(136) Manuel Carvalho de Aragão e Silva.

estas alturas não só por saber que Neto e Bento Gonçalves contra-marcharam de Cangussú, e que já estavam muito para cá de Piratiní, como por estar inteiramente a pé, e mesmo para esperar a Caixa Mor, e 100 homens de Infantaria que a vem escoltando de Caçapava, e notícias da marcha dessa divisão, que eu julgava muito mais adiantada antes de receber o officio de V. S.^a de que acima trato.

Tendo remetido pelo alferes do 2.^o regimento de 1.^a linha Cândido José da Cruz, as 200 onças de ouro que V. S.^a me mandou pedir para compra de cavalos não me declarou V. S.^a si o mencionado official fêz ou não entrega desta quantia ⁽¹³⁷⁾.

D. G. V. S.^a Quartel General nas pontas do Jaguarí, 18 de novembro 1843.

Soldado português que foi da companhia do coronel Fernandes ⁽¹³⁸⁾.

Brigadeiro Bento Manuel.

XXIV

Exm.^o Sr. Brigadeiro. — Recebí a carta que V. Ex.^a me havia escrito em 4 do corrente e que voltou de S.-Gabriel, pelo medo ou imperícia do portador, pois parece impossível que chegando êle à capela ⁽¹³⁹⁾, não achasse quem lhe dissesse qual a direção que havia tomado o exército.

Fructo diz que os cavalos estão prontos e que não sabendo de Fialho, não sabia a quem eu queria que os entregasse. Êle insta por armamento e munições em troca de cavalos e me pede para lhe mandar entregar o armamento dos correntinos que aquí desarmeí, mas todo o seu interêsse nos apuros em que se vê, é indispor-me com Ouribes, mas creio que perde seu tempo. Já conto hoje com 3.000 cavalos reunidos no Rincão dos Touros, com os quais pretendo montar a Francisco Pedro e refazer a esta divisão para poder voltar até ao Taboleiro em cuja altura pretendo receber 1.000 dos que estão invernados

(137) Êste trecho, desde "tendo remetido" até "desta quantia", é todo do próprio punho de Caxias.

(138) Coronel Jerônimo Fernandes dos Santos Pereira.

(139) Capela de S.-Gabriel.

no Rio-Pardo, afim de poder daí seguir na direção que nos convier, segundo a marcha que tomar Davi. Em consequência de me haverem chegado 300 recrutas do Rio-Grande, pude reforçar a Francisco Pedro com igual número de praças do 1.º batalhão e porisso não muito cuidado me dá a 2.ª tentativa de Bento Gonçalves e Neto, caso a verifiquem.

O major Jardim que eu havia feito sair de S.-Gabriel em perseguição de Portinho e Carvalho, recolheu-se trazendo 200 cavalos e diz que aqueles caudilhos passaram o Santa-Maria no Rosario ⁽¹⁴⁰⁾.

Faça V. Ex.^a voltar logo o Militão ⁽¹⁴¹⁾ com notícias dos rebeldes e dessa divisão e indique-me qual a direção que convém tomar.

Sou de V. Ex.^a &

B. de C., pelo Militão.

Talaveira ⁽¹⁴²⁾, 24 de novembro 1843.

XXV

Recebi os officios de V. S.^a de 4 e 17 do corrente e por elles fiquei inteirado do ocorrido nessa divisão, e de sua marcha em procura de Canavarro ⁽¹⁴³⁾ o qual deverá perseguir em qualquer direção. Tôdas as carretas, pagadoria, & e mesmo artilheria devem ficar depositadas no Alegrete, enquanto essa divisão perseguir ao inimigo, devendo V. S.^a prevenir ao coronel Caldwell para ter sempre rações de xarque para 30 dias em depósito no ponto em que estiver acampado ⁽¹⁴⁴⁾.

(140) Passo-do-Rosario.

(141) Alferes Militão Gulate. Caxias, antes de "Militão", escrevera a palavra "oficial", que depois riscou.

(142) Talaveira. Não conseguimos localizar este acampamento do barão. Por "talaveira" designavam, no sul, aos portugueses, e também significa "mau cavaleiro, inhábil para o serviço do campo; maturango". Esse acampamento deveria ficar pelas proximidades do rio Santa-Maria, a nosso ver.

(143) Caxias quasi sempre escreve Canavarro em vez de Canabarro.

(144) Há, aqui, riscadas as seguintes frases: "Eu sigo até as imediações de Bagé, e por aí me demorei enquanto me refaço de cavalos, que mandei comprar e preparo a coluna da esquerda. Neto e Bento Gonçalves consta-me estarem na estância do Couto, um pouco para cá do Piratini, e dizem que tratam de se refazerem de cavalos e de gente para voltarem sobre Cangussú. Si isso fôr verdade seguirei até Piratini".

Eu acho-me neste ponto, aonde me pretendo demorar amanhã a espera que V. S.^a me faça aviso da direção que tomou Daví, pois consta-me que Neto e Bento Gonçalves estão pela estância do Couto e que dizem se preparam para voltar sobre Cangussú, o que não posso crer, mas a ser verdade, me obriga a seguir naquela direção, refazendo-me para a volta com os cavalos do Rincão dos Touros para onde já mandei ordens para estarem prontos os que mandei comprar há um mês.

D. V. G. Talaveira,, 24 de novembro 1843.

Sr. Bento Manuel, pelo Militão.

XXVI

Exm.^o Sr. Brigadeiro. — Antes de receber os officios em que V. Ex.^a me comunicava a contramarcha de Canavarro, eu havia mandado o alferes Militão com os officios juntos, com os quais êle voltou por não encontrar V. Ex.^a no lugar que lhe indiquei.

Estando hoje Francisco Pedro com 2 batalhões e 500 homens de cavalaria e uma invernada de 3.000 cavalos a sua disposição no Rincão-dos-Touros, nenhum cuidado tenho por aquele lado e porisso sigo até a Garda-Velha de Santa-Maria ⁽¹⁴⁵⁾ e daí até Pirai ⁽¹⁴⁶⁾ me conservarei até que V. Ex.^a de lá me diga que direção convém seguir a vista do que houver praticado Daví. Já mandei hoje uma força proteger a entrada de uns cavalos que mandei comprar pelo Simeão ⁽¹⁴⁷⁾ que me consta estar em lugar oculto com êles e com uns 500 que por aquí se tem reunido, pois não tenho dispensado a um só dos que existem pelas estâncias, me preparo para seguir até onde

(145) Deve ser algum pouso ou passo sobre o Santa-Maria, pois de forma alguma pode referir-se à Guarda-Velha, de Santo-Antônio-da-Patrolha.

(146) Arroio, fazenda e lagoa, nos atuais municípios de Bagé, S.-Gabriel e D.-Pedrito, respectivamente.

(147) Tenente Simeão de Oliveira Fagundes, genro do coronel Antônio de Medeiros Costa.

convier. Eu julgo que nos devemos empenhar desta vez a ver si damos um golpe em Canavarro, o que talvez se possa conseguir o cercando com as 2 divisões por este lado. Neste momento recebi officios da Côrte e dentro de uma carta que Honório ⁽¹⁴⁸⁾ me escreveu veio esta para V. Ex.^a Não se esqueça V. Ex.^a de ir já providenciando a vinda de mais cavalos contando com o dinheiro pronto logo que o queira.

Sou & — B. de C.

Pontas do Santa-Maria, 26 de novembro 1843.

Pelo tenente Sebastião da Cruz.

OFÍCIO DO BARÃO DE CAXIAS AO MINISTRO DA GUERRA ⁽¹⁴⁹⁾

Ilmo.^o e Exm.^o Sr. — Depois de tudo o que expus a V. Ex.^a no meu officio de 4 do corrente, pus-me em marcha na direção de Santana do Livramento, e constando-me, pelas alturas de Poncho-Verde, que Canavarro, com mil e duzentos homens de cavalaria se achava acampado na margem direita

(148) Honório Hermeto Carneiro Leão, Ministro da Justiça.

(149) Este officio é todo elle escrito por outrem. De Caxias apenas são umas poucas de correções e a assinatura "Barão de Caxias". Todo o início d'este officio, quasi 3 páginas de papel-carta, foi riscado. Transcrevemos, a seguir, a parte riscada:

"Em data de 4 do corrente mês tive a honra de officiar a V. Ex.^a participando-lhe que tendo noticias de que Frutuoso Rivera se aproximava à nossa fronteira com forças consideráveis, eu havia marchado para a de Santana-do-Livramento, não só com o fim de me refazer de cavalos, como para opstar a que elle continuasse a coadjuvar os rebeldes desta provincia com cavalhadas e munições de guerra; e que chegado à Guarda-Velha de Santa-Maria soubera que elle havia retirado para Queguai na direção do rio Uruguai, em consequência de ter o general Urquiza atravessado o rio Negro no passo de Polancos à testa de oito mil homens e occupado a villa de Taquarembó. Nessa mesma ocasião também participei a V. Ex.^a que tinha toda a certeza que o dito Frutuoso havia mandado cavalhadas a Davi Canavarro, que então se achava pelas imediações da Carolina, quasi a pé, e que induzira esse caudilho a contra-marchar na direção d'Alegrete entrando pelo Estado Oriental, com marcha paralela a que elle havia tomado; e bem assim de que pela carta interceptada de D. Fruto para Davi, que remeti a S. Ex.^a o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros com o meu officio de 14 do mês findo, estaria V. Ex.^a ciente de que existe um plano com-

do arroio Pamarotí ⁽¹⁵⁰⁾ acelerei as minhas marchas praticando-as dia e noite, e na madrugada do dia 8 me achei em Vacaquá, uma légua de distância do campo rebelde; e porque tivesse dúvida sobre o verdadeiro ponto em que êle existia na margem do dito arroio, destaquei uma partida de quarenta homens, ao mando do capitão Vasco Guedes ⁽¹⁵¹⁾, com o fim de descobri-lo; a qual passando além da vanguarda do inimigo sem a pressentir, em consequência da escuridão da noite, ficou costada, tendo de bater-se com perto de duzentos homens, do que resultou termos três mortos, sete feridos e doze prisioneiros, incluso o capitão, tendo os rebeldes perdido também três mortos e alguns feridos. Apenas rompeu

binado entre os rebeldes desta provincia e aquele general, o que alentou um pouco os mencionados rebeldes, que se achavam agonizantes.

Participei mais a V. Ex.^a que a 2.^a divisão do nosso Exército, forte de três mil combatentes ao mando do brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, manobrava na fronteira de Santana em perseguição de Canavarro, e que no dia 26 se achava a uma légua de distância do grosso dos rebeldes, e que eu havia reforçado a coluna ligeira que manobra entre Cangussú e Piratini com mais trezentos caçadores.

Também declarei a V. Ex.^a que a aproximação de forças do exército do general Ouribes à nossa fronteira nos é de suma vantagem, por tornar dificultosa, senão impossível a junção de Canavarro com as forças rebeldes existentes na comarca de Piratini, e que sem um acôrdo definitivo com algum dos contendores ao governo do Estado Oriental, nunca será possível concluir de todo com a guerra nesta provincia; porque os rebeldes sempre que são perseguidos pelas nossas forças, abrigam-se naquele Estado donde voltam com os recursos que lhes são necessários, principalmente com o cavalo, não ousando eu indicar com qual dos referidos contendores nos será mais conveniente combinar nossas operações, não podendo todavia deixar de declarar que Ouribes se acha presentemente muito indisposto contra os rebeldes desta provincia, que tenho encontrado nêle e nos seus agentes, melhores disposições a favor da causa do Império, no entretanto que D. Fruto tem por vezes tentado iludir-me, e tem procurado tirar todo o partido das apparentes relações existentes entre êles e o governo do Brasil, enquanto combina suas operações com os rebeldes, do que tenho em minhas mãos provas exuberantes.

Em 6 do corrente recebi um officio de D. Fruto requisitando-me o armamento do regimento de lanceiro que entrando nesta provincia foi por mim desarmado; ao qual respondi, que tendo dado parte ao governo imperial de tal desarmamento, esperava suas ordens, sem as quais não o faria por me não julgar para isso autorizado”.

(150) E’ o Upamarotí, afluente do Ibicuí da Armada.

(151) A força que derrotou e aprisionou ao capitão Vasco Guedes, era comandada pelo major Urbano Barbosa. Vasco Guedes conseguiu fugir, depois.

o fogo sôbre a dita partida, carreguei sôbre o campo dos rebeldes, mas estes atravessando o arroio não tiveram a coragem de disputar o passo, e pelo contrário se puseram em retirada.

Canavarro atravessou a fronteira, talvez supondo que eu o não perseguísse, mas como também a atravesssei, marchou na direção do arroio do Hospital ⁽¹⁵²⁾; o qual atravessou; dalí veio sôbre o de São-Luiz, procurando ocultar-me a sua marcha; e porque sua retaguarda fôsse sempre picada pela vanguarda da divisão a cuja testa me acho, simulou diversos movimentos; primeiro marchou na direção de Bagé, assoalhando que ia fazer junção com Neto, para atacar a coluna comandada pelo tenente-coronel Francisco Pedro, depois marchou ao rumo do Chico Talaveira ⁽¹⁵³⁾, ameaçando atravessar o rio Camaquã no passo do Hilário, e ir atacar Caçapava; mas vendo que não conseguiu iludir-me, caminhou dia e noite, e na do dia 14 conseguiu atravessar o rio Santa-Maria no ponto onde ora me acho acampado, apenas com seiscentos homens por ter dispersado o resto das suas fôrças em diferentes grupos que costearam o mesmo rio pela margem direita, afim de poder terem maior velocidade e ser êste o único meio de se salvarem. Trinta e oito léguas persegui o inimigo sem nunca o perder de vista, a-pesar-de ser a fôrça principal desta divisão da arma d'infanteria, e trazer ela três peças d'artilheria e crescido número de carretas com munições de guerra e bôca, enquanto tôda a fôrça dos rebeldes pertence à arma de cavalaria pois que apenas traziam cem infantes a cavalo, por se achar o resto, em número de duzentos, para o lado de Piratiní, com Neto e Bento Gonçalves. E' inexplicável o terror pânico de que se possuiu Canavarro e seus comparsas no crime; diversas vezes a nossa vanguarda carregou sôbre a retaguarda dos rebeldes, e nem uma só aceitaram combate; nunca se animaram a desencilhar os cavalos, do que resultou deixarem cansados cêrca de três mil, e aparecer a deserção em suas fileiras, podendo

(152) No Estado Oriental. Também o S.- Luiz.

(153) E o mesmo Talaveira da nota 142.

elevant-se a cento e cincoenta o número dos homens que perderam em semelhante retirada forçada, ou antes fuga. O inculcado capitão Timóteo ⁽¹⁵⁴⁾ ao passarem o rio Santa-Maria desertou com a sua companhia composta de mais de vinte praças, e tal foi a confusão em semelhante passagem que muitos soldados nossos que se achavam prisioneiros conseguiram escaparem-se; os quais se me têm apresentado, e muitos rebeldes se perderam do grosso dêles, e têm sido agarrados pelas nossas fôrças. Vou atravessar o rio Santa-Maria em perseguição dos rebeldes, e afim de tornar esta divisão mais ligeira, mando para S.-Gabriel a artilheria e carretas acompanhadas por quinhentos infantes. A 2.^a divisão, que contra-marchou do campo dos Cunhas onde se achava para tomar os passos dêste rio, não tendo chegado a tempo, se acha hoje por Opacará ⁽¹⁵⁵⁾ em perseguição de Canavarro. Dois fins tem a minha marcha sôbre a comarca d'Alegrete, o primeiro é fazer a máxima perseguição aos rebeldes, que em breve terão de sucumbir, o segundo é opor-me a que D. Fruto faça com êles junção, caso tenha de emigrar para esta província, o que deverá efetuar pela fronteira da citada comarca; porque suas bagagens pesadas existem entre os rios Quará e Arapei. Quasi tôda a marcha forçada que pratiquei em perseguição a Canavarro foi em cavalos que se tomaram ao inimigo, porque apenas cheguei à Guarda-Velha, destaquei o capitão Vasco Guedes para a costa de Taquarembó e Santa-Maria; o qual voltou trazendo-me trezentos e cincoenta cavalos, e tendo ordenado ao capitão Albernaz ⁽¹⁵⁶⁾ do 3.^o corpo de cavalaria que atravessando a linha se apoderasse das invernadas que os rebeldes alí conservam acobertadas pelas polícias fructistas, êste capitão se me apresentou com mais de quatrocentos cavalos que tomou a uma partida dos mesmos rebeldes composta de sessenta homens ao mando

(154) Não descobrimos o nome todo dêsse desertor.

(155) E o arroio Upacará, afluente também do Ibicuí da Armada.

(156) Capitão Manuel José de Albernaz.

do intitulado capitão Barbosa ⁽¹⁵⁷⁾, cuja partida conseguiu derrotar matando-lhe sete homens e aprisionando-lhe outros tantos. Por esta ocasião também participo a V. Ex.^a que o tenente Lacerda ⁽¹⁵⁸⁾ tendo saído da vila do Rio-Pardo com quarenta infantes e 40 cavaleiros, dirigiu-se à Encruzilhada, onde caindo sobre as reuniões de gente que ali fazia Bento Gonçalves, em pessoa, conseguiu matar o inculcado coronel Agostinho ⁽¹⁵⁹⁾, dois soldados, e dispersar tal reunião. Em perseguição dos grupos rebeldes que se separaram de Canavarro quando este atravessou o rio Santa-Maria, mandei pela margem esquerda do mesmo rio o tenente-coronel João Propício Mena Barreto com trezentos e cinquenta infantes e trezentos cavaleiros, afim de bater tais grupos, ou pelo menos embaraçar que eles atravessem o rio em algum dos passos que ficam abaixo deste, enquanto eu sigo pela margem direita. Recentemente diversas partidas da coluna comandada pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu têm derrotado várias outras dos rebeldes, donde tem resultado haverem caído prisioneiros o intitulado major Jeremias ⁽¹⁶⁰⁾, dois tenentes e dezoito soldados, além de quatro outros mortos em combate, tendo nós apenas um alferes levemente ferido.

Deus Guarde a V. Ex.^a Quartel General junto ao passo de D.-Pedrito no rio Santa-Maria, 18 de dezembro de 1843.

Ilm.^o e Exm.^o Sr. Salvador José Maciel

Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra.

Barão de Caxias.

1.^a via pelo João Burro.

2.^a via pelo capitão Hilário ⁽¹⁶¹⁾, em 26 de dezembro, do Rincão de Saicã.

(157) E o major Urbano Barbosa que quasi sempre é referido como capitão, pelos legaes.

(158) Tenente Joaquim Lacerda.

(159) Coronel Agostinho de Melo. Bento Gonçalves estava na Encruzilhada com uma partida de 80 homens, desprendidos da força do general Antônio de Souza Neto para reconhecimentos.

(160) Não descobrimos todo o nome desse major, embora, segundo se lê na ordem do dia n.^o 101, de 25 de dezembro de 1843, baixada por Caxias, tivesse sido farrapo influente. Diz a referida ordem do dia: "O intitulado major Jeremias um dos atletas influentes da rebelião foi capturado por uma escolta de observação da coluna ligeira".

(161) Hilário Gfrio Cardoso.

CORRESPONDÊNCIA INTERCEPTADA

Offício do Barão de Caxias ⁽¹⁶²⁾

Ilm.^o e Exm.^o Snr. — Huma partida do nosso Exercito, se encontrou hontem com dois soldados do Exercito de Fructo Rivera, que se dirigião a este Ponto, aonde supunhão encontrar as forças rebeldes desta Provincia, e perseguindo-os conseguirão os ditos soldados escapar-lhe lançando-se no Rio Negro a nado, deixando os cavallos arreados, e com elles huma malla cheia de papeis com correspondencias para Bento Gonçalves; e encontrando entre ellas as duas cartas juntas, huma de Fructo, escripta a Bento Gonsalves, e outra do actual Ministro da Guerra do Estado Oriental escripta a Fructo julguei dever envial-as em original a V. E. para fazer presente a S. M. Imperial.

Por ellas verá V. E. qual a boa fé que se pôde esperar daquelle Governo em quaesquer Tratados que houverem de entabolar-se com o Brasil, e o conceito em que somos tidos por semelhante gente. Os encargos de que falla Fructo na sua carta a Bento Gonsalves, sei com certeza, que são armamentos e munições de Bento Gonsalves antes de sua dimissão da Presidencia, havia pedido a Fructo.

Posso assegurar a V. Ex.^a que a força que Fructo diz ter de cavallaria he exagerada, pois que segundo noticias que tenho não excedem a 3:000 homens toda a Cavallaria movel de que elle hoje dispõem. — Deos Guarde a V. Ex.^a. Quartel General da Presidencia, e Commando em Chefe do Exercito em Bagé 16 de setembro de 1843. —

Ilm.^o e Ex.^o Senr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros. — **Barão de Caxias.**

(162) Estes documentos, a que nos referimos na nota 72, nos foram remetidos, em cópia, pelo insigne confrade Aurélio Porto, que os copiou no Arquivo do Itamarati. Há, nêles, a seguinte nota escrita a lapis: "Rio Gre. do Sul, em revolução. Cópias de officio e de úa carta de Mel. Pacheco y Ob. a F. Rivera. 16 Set. 1843".

Exm.º Sor. Dn. Fructuoso Rivera — Montevideo jun.º 16
— 1843 —

Manuel regresa, mi apreciado Genl. y a el he esplicado largamente el negocio de Mandeville, habiendolo cido, con atencion en todo lo que V. El. le habia encargado; depues que V. El. hable con el, comprenderá bien ese y otros incidentes que han figurado notablemente en lo pasado, y que eran una consecuencia de una situacion dificil y arriscada, donde no todos conservaban el corazon grande y la razon tranquila; donde no todos cmprendian lo que esta patria vale, lo que puede hacer-se, quando a los elementos do bien que ella encierra, se les dé la direccion conveniente.

En el navio que la tormenta samaroca, no és estrano que se tome un cable por otro; que en vez de arribar se orse; pero cuando ya los vientos han calmado y el mar suavemente se vida, nadie se equivoca en la maniobra, y el navio sin alteracion sique su rumbo.

Furiosa era, Sor. Gnl. la tormenta que nos agitaba, y es desculpable el error de alguns cuando se atiende al mal que habian hecho los antecedentes pasados, cuando se considera los elementos de que dispuniamos, cuando se mira, en fin, con serenidad ese presipicio á cuyo bordo nos himos detenido. Pero lo repito, la tormenta ya ha pasado, y ya no debe esperar V. Ex., sino brio y serenidad en todos; porque ese es el orden de los cosas, y á il estoy tan acostumbrado, que ya no me admiro oyendo hablar, como gigantes a los que en la crises eran pigmeos, y mas que pigmeos; como no me admirará mañana, si esos mismos, se otros piores que ellos, se dicen los salvadores de la Republica, y ocupon destinos eminentes, volviendo a hacernos los mismos males, que tan sercanos de nuestra perda nos han puesto. No será, entretanto, fiura de sason el dar una ligera ogeada a la situacion de Febr.º, Mç.º y Abl. para que V. Ex. la conosca completamente, y asi de nada se admire.

La Administracion que nos presidio en el poder, y los hombres eminentes del partido colorado, todo lo habian preparado, para el vencimiento de la Patria, por su inesplicable

conducta despues de la Batalla del 6. Una Batalla se habia perdido; y en vez de preparar los elementos para ganar otra, ese Gobierno y esos hombres, solo preparaban el descredito del General que fue infortunado; y el credito del Exercito inimigo, pues le pintaban invincible é incontrastable. Una Batalla se habia perdido; á su primer anuncio, el Pueblo, cuyo instinto es siempre leal, tendio la maño a la espada, pero los mandatarios, que cuando no tienen virtudes no tienen otro instinto que el de la infamia, le hicieron estremeserse de su valentia, desde que solo pensaron en reunir eso para transportarse a una tierra estraña; en la cual se resignaban á dormir tranquilamente entre molicie y lujo, mientras la Patria, debia reposar entre el puñal y la maiorca de D. J. M. Rosas... Con esas creencias, con ideas; con una guarnicion de 2.000 reclutas mandados por oficiales y Chefes estrangeros; con un Herario exausto, con una Hacienda sin credito, con un desquisio completo, en fin; nos encontró el dia 5 Febrero, en que fue llamado á tomar un aciento, en el Gobierno. — Entonces vi, en el Cerrito un Ejercito fuerte, que nos amagaba con sus armas y con el poder de la traicion; en la Línea soldados sin saber de guerra y descoraronados; á nuestra espalda una sociedad dividida, donde este pensamiento, para que la resistencia, aparecia dominante, y encontraba un éco formidable en todos los intereses que la resistencia trusidaba.

El miedo de morir de muchos, el deseo de cambiar de no pocos; la idea de tranquilidad, lucro e olganza, de esa inmensa multitud extrangera, en la que figuran, Sor. Gen. 8.000 proletarios, 8.000 hombres que no temian tan por resistencia, y que a cada momento se hacian esta reflection, preguntandose tambien para que la resistencia?...

Entonces, antes que nada, era necessario unanimidade sacreficios, y esta falló, pues los hombres eminentes del partido colorado, con muy pocas ecepciones, ninguno ha prestado; hay mais: en esos momentos solemnes, en que el porvenir de muchas generaciones debia desidirse, y la suerte de la Patria se jugaba las mesquinas aspiraciones individuales, el primo-mehi egoismo, no se separó un instante de la mayor parte de nuestras notabilidades...

Era necesario que la Línea fuese defendida, y cuando yo lo pedía con voz de trueno, me respondían — lleve V. á todos, pero dejeme a mí, á mis primos, Abuelos y Ilaijados.”...

Era necesario ora para marchar, quando yo pedía en nombre de la Patria, me contestaban — “mate V. al que no lo dé, pero no toque el de mis arcas, antes vea de dar alguna cosa, a mis Ilaijados, Abuelos y Fios”... y al Pueblo con esos ejemplos era preciso pedir abnegacion y brio; virtudes de Espartanos por vocas de libanitas!!!...

V. E. tiene la costumbre de mostrar las cartas que se le escribien: se llega un caso de verse reunido con nuestras notabilidades muestreles esta.

Que digan Dn. Gabriel Pereira, Dn. Francisco Juanito, Dn. Enrique Mart. Chucaire, Bejar, D. Lorenzo Perez etc. etc. que digan, Sor. Gnl. de que han servido, en fasil han ido á la Línea, o ya los momentos que ha pasado? que designen el día en que con un hora en que un obolo han traído á las arcas publicas; y a fé que esto era fuerte Sor. Genl. porque cuando teñamos que vivir del bolsillo de todos, no podía ocultar-se a nadie, que el de ellos estaba cerrado con siete candados.

Era en esos momentos solemnes, que parte de esos hombres notables, negavon los salones del Senado a lo mas selecto de nuestras damas que los pedieron para colocar en ellos a nuestros heridos; juzgaron esos hombres notables que la sangre vertido por la Patria, manchaba la magestad, del sitial Legislador!...

En esos momentos solemnes, esos hombres notables, se ocupaban de la cosa publica, para maldecir de V. Ex. y sus compañeros; porque no daban una Batalla desesperada, y para castigar-me a que diese una descaballada, pues les era insoportable el tomar el té sin leche...

En esos momentos solemnes, esos hombres publicos, buscaban el medio de composicion que á ellos le asegurase sobre el honor de la Patria, para preguntar-se tambien —: para que la resistencia?, porque tienen corazones gastados, y no tiene creencias de honor, ni nada magnanimo comprendem fuera de los Palacios en que puedan vivir y de los arcanes en que puedan guardar oro... Eso S.or General, que digo en

una carta, lo digo á voz en cuello en todas partes; lo diré en el am de la Representacion Nacional, se un día la voz publica me conduce á ella... Preciso es que el Pueblo los conosca, para que si viene otros momentos de crises y peligros, no tiemble porque ellos tiemblan... Ay del Pueblo que haya de dirigir-se, por lo que Chucarro y Pereira hicieren.

Al menos, hace hoy cuarenta dias en que nada entre en las arcas publicas, y yo hago marchar esto como puedo. — Esos hombres que han ganado immensas fortunas, á la sombra del partido colorado, saben esto y se rien de las sanjas que poseen a mi desposicion una fortuna (noblemente adquirida) para salvar la Patria... Esos hombres que todo lo deben á V. E., han sabido que su Señora ha mandado hypotecar sus halajas para tener con que comer, y con que soccorrer los desgraciados; de como han acudido a sua auxilio, esa Señora tan apreciable, como digna de respecto, podrá dar mejor razon... Oh medite V. E. en todo esto, analize los elementos de que nos hemos falido, y nada estrañe en lo pasado; pero si espere ahora y en provenir disicion y heroismo en todos.

Por lo que á mi hace, en los momentos á que alludo nada me hobiera sorprendido; quales quiera infamia me hobiera parecido natural; por eso en los dias de Feb.º y Abril, una sola noche he dormido en mi cama, y a cada instante, he esperado luchas, con la traicion, teniendo la conciencia de vencerla, como siempre he tenido la confianza de que la Patria seria victorioza. — Tres cosas se confundian a mi vista, el Ejercito, el honor, y la persona de V. E.; estas tres cosas, eram para mi la cintura de la Patria; quien habiera querido venderlas á mis ojos habiera vendido la Patria, y yo S.or Gen. no me hubiera parado en nada para voltear cabezas de traidores; y lo repito á elle siempre estive dispuesto, pero, digamolo nuevamente la epoca de la traicion ha pasado ya porque la traicion és hija de la desgracia, y la desgracia ha levantado su negro manto, de ensima de las Banderas de la Republica... que lo pasado, al menos, nos sea una saludable leccion en el futuro!

Esas crises, no lo dude V. E., ha sido un benefico crisol, que poniendolo todo en transparencia, há ilustrado perfecta-

mente el camino del bien, y del mal; se tomamos, pues, por este, á nadie sino á nosotros mismos debemos hechar la culpa.

Manuel tambien debe instruir á V. E., de todas nuestras circunstancias anteriores, y del estado de la guerra en lo que nos concierne; debe presentarle un Estado General de las fuerzas de la guarnicion y de su material de guerras, con las esplicaciones necesarias para que V. E. pueda calcular sin equivocacion alguna lo que con esto se pueda hacer, dado caso que entrase en sus planos operar sobre el enemigo en otra forma, lo que dentro de poco hará necesario la especial composicion de las fuerzas de esta guarnicion, sobre la cual V. E. verá mis notas y reflexiones.

Esto supuesto debo hablar á V. E. de nuestra politica exterior, porque estamos en el caso preciso de pronunciar esta politica, no habiendo existido hasta ahora, en mi modo de ver, cosa que se le parecia; porque no llamo politica exterior á esas relaciones sin plan ni sistema, que ò nos han ligado, fuera de sason ni objeto á un poder Europeo para ser su instrumento, ó nos han colocado de rodillas ante otro de esos poderes para pedirle lo que el no podia darnos, ó nos han hecho emplear una iperbole redicula en el modo de expresarnos con todos, creando, en consecuencia, ese vacio que se nota en nuestras relaciones exteriores, y de que entiendo debemos sahir a todo trance.

Mi principio, S.or General es que con los Europeos podemos tener solo relaciones comerciales e industriales, porque el Oceano que Dios colocó entre ellos y nos otros, a hoga la combeniencia de Estado, que solo da vida a las relaciones politicas.

Que la Rusia domine con sú influencia á la Europa, que conquiste uno o diez Pueblos, a nos otros póco nos importa, ninguno de nuestros intereses politicos es afectado en consecuencia de Chile, ó á la influencia del Perú. Por eso, para mi, nuestras relaciones exteriores eran muertas, sin embargo que Agentes Diplomaticos con nuestra escarapela, tomaban café con Luiz Felipe, ó se asercaban al Lord Aberdeen.

Estamos hoy en el caso, lo repito, de dar vida á nuestra

politica exterior, porque los acontecimientos nos llaman á pronunciarla en asuntos Americanos, con Países que con nos otros se tocan, y cuyo poder fuerza y porvenir, nos afecta inmediatamente. V. E. comprende que hablo del Brasil. Por mis cartas anteriores, y por lo que el Ministro de Relaciones Exteriores ha escrito a V. E. sabe ya que el Gabinete de S. Cristobal, cambiando de marcha, quiere ser nuestro aliado, no estando remoto á concedernos dinero y el apoio de su Escuadra. Hermosa, propicia es esta ocasion para desidir de nuestra politica, para agregar una gloria nueva á la gloria de la defensa, sin salir de la linea de la combeniencia.

El Brasil bajo sus formas Monarquicas no puede ser nuestro aliado; no nos combiene que lo sea, por que hay discordancia de principios entre el y nos otros, porque no ha seguridad de existencia para el, ni podem existir sympatias entre nos otros ai a la Monarchia planta exotica en el Continente Americano. El Imperio, en el Brasil, no es sino un poder de transicion, es la tregua entre la reolucion que marcha y los intereses privilegiados que esperan; pero esa tregua tiene un termino, y ese termino trae la vida de los poderes Republicanos, que como en el Sta. Maria, en el Amazonas han de establecerse. No debemos, pues, aliarnos con un poder de transicion, porque no habia duracion en las relaciones que se estableciesen.

No debemos ser aliados del Imperio del Brasil, porque su Gobierno apenas es bastante fuerte para luchar con las reoluciones, que pululan en su torno, y un poder asi deve ser abundoso en promesas, pero nada mas que promesas puede dar. Aliado era el Imperio del Brasil de D. Juan Manuel Rosas cuando sus Ejercitos vencedores asediaban la Capital.

Rechasando las insinuaciones del Gabinete Brasileiro, mostrariamos que tenemos tacto politico, y marchando en el camino de la combiniencia, seriamos leales á nuestros compromisos con la Republica Rio Grandense, responderiamos noblemente al hermoso dicho de Bento Gonzalves en su carta á V. Ex.: — **los Rio Grandenses seran amigos del Pueblo Oriental en la buena como en la mala fortuna.**

Si alguien puede hacernos mal en el presente, es la Re-

publica Rio Grandense, sin embargo de que sus mandatarios no habitan en Palacios, ni en Carrosas doradas se pasean, ni de Cruces y esmaltes traem lleno el pecho, pero la generalidad de nuestros hombres publicos no lo creen asi juzgan de ese Pais y su rebulucion por lo que dicen los papeles del Rio Janeiro; y como que amenudo suela tener el Imperio en nuestras aguas alguns buques de guerra, (al menos en apariencia), y como suelen pasarse en el campo de Sta. Ana revistas de 10 a 12.000 hombres (tambien al menos en apariencia); hay una predisposicion bastante general á buscar la amistad de quien todas esas cosas tiene, mientras los farrapos ni en mar ni en tierra pueden dar tales muestras de su poder. Yo, empero, que los conosco, yo que he estudiado la organizacion especial de su Republica, y la he visto apoyar-se sobre el querer del Pueblo, y sobre la necesidad precisa de no existir de otro modo; yo, Sor. General, he combatido el parecer de nuestros hombres publicos, y sosteniendo mi opinion en el Consejo de Gobierno, con calor y fuerza, cuando nuestro Agente en el Janeiro, pedio instrucciones sobre lo que debia hacer, vistas las nuevas disposiciones del Gabinete Brasileiro; conseguí al menos que nada se variase en lo que existia, y esto fue mucho, porque esas aberturas fueran generalmente miradas aqui como la cosa mas plausible, y nada se deseaba tanto como fraternizar con aquel Gobierno; será, que esa palabra Corte é Imperio fassina a hombres que salieron de la rebulucion, y á la rebulucion han olvidado?

El poder con quien nos aliasemos si encaramos solo la actualidad, preciso era que nos serviese ó con su influencia ó con sus recursos, ó con sus armas, y donde la influencia del Brasil que los Gobiernos Americanos rechasan, y apenas és pesado en la balanza de la Consideracion Europea como un poder de cuarto orden, figurando á la par del Rey de Hannover, muy atras del de Sardeña? Donde los recursos del Gobierno que no encuentra ya un medio para cubrir el espantoso deficit que demuestran sus Ctas. publicas? Donde el poder de las armas de que no consigue no domellar sus conbulsiones internas?

Como sobre este asunto hemos hablado antes largamente

con V. E., debo creer que su opinion es la mia, y entonces no puedo dudar de que hay mucho adelantado para que ella triunphe completamente; porque a nadie se oculta cuando los hombres del Gobierno aprecian el modo de ver de V. E. — Ello es que pocas ocasiones semejantes se nos presentaran de mostrarnos magnanimos, habiles y justos, sin que la magnanimidad, habilidad y justicia cuestan gran cosa. Oh no lo dude V. E. sera una cosa que sorprenderá a la generalidad, el ver á la joven Republica Oriental, cuando un inimigo fuerte bivaquea sobre su Cap. rechazar la mano que le tiene el Imperio del Brasil; porque la generalidad no puede comprender, que ese Imperio no es sino un poder de apariencia, un edificio sin base, un maniqui politico, cuyo mecanismo por cierto, no és obra de admirar. Me intereso tanto mas en esto, cuanto que será un paso dado así a la consideracion de los estraños que puede recuperar-se conduciendo-se con vigor y dignidad, y que de otro modo nos pone á sus plantas. Algo he tenido la fortuna de hacer á este respecto, y aun que el ponerme serio y hablar fuerte a los Agentes extrangeros haya dado algunos sustos a nuestros politicos, el resultado ha sido obtener que no nos pisen. En medio de los mayores peligros, Sor. General, he dicho al Consul de Francia, en una reclamacion injusta, que á mi no me importaba nos tirase balas, y que tan pequeños como eramos, habíamos de contestar á sus balas; porque la Republica queria antes cair con decoro que existir bilipendiada. En medio de los mayores peligros ordené rechazar á balazos los botes de las embarcaciones de guerra extrangeras que quiciesen contravenir a mis disposiciones de Policia militar en el Cerro. Y el resultado de todo esto, no ha sido um rompimiento, y si el obtener otra consideracion para el Gobierno y para el Pais.

Sin estar muy desocupado, esta ha sido algo larga; voy a terminarla ahora, siendo probable le escriba nuevamente en el momento de embarcarse Manuel.

Entonces, como ahora iran al Cielo mis votos por la prosperidad y gloria de V. E., di quien soy amigo e serv.or afmo. — Q. B. S. M. — **M. Pacheco Obes.** — Conforme — No

impedimento do official Maior. — Antonio José Cupertino do Amaral.

Illmo. y exmo. Sõr presid. Bento Gonzl. da Silva. — Quartel Gnl. en Arroyo de la Vgên Agto. 20-843. — Mi partr. amo.

Ayer llegaron á mis manos las comunicaciones de V. E. de fhas 17 de junio data de en la Esta de Canavarro el 31 de julio datada em Candiota. — Una y otra, me han llenado de Complacencia por haber tenido la satis.on que se encuentra la causa de Libertad confiada al empeño y álas delos valientes que lhe estan subordinadas.

Con la primera de V. E. he recibido las comuns. de Corrientes con un atrazo muy notable; sin embargo, ellas contienen importantes noticias de los felices resultados dela Especcion denodada que encabezá nuestro valiente madariaga, a quen le escribo las adjuntas que ruego á V. E. las remita con brevedad y por conducta muy segura á está en Sta. Ana del Uruguay se encargá de dirigir la corresp.a con Corrtes, y dar direccion a la que aqui deva venir por conducto de V. E. é de las autoridades dela Front.^a de ese Est. y cuento que V. E. dar sus disposiciones para ese fin, haciendo auxiliar a Guarch con cuanto precise.

Hoy han llegado á mis manos las que V. E. me dirijó por el comandte. Reyes; probablen. habian sido interceptadas y estaran en manos de Rosas.

Quedo impuesto del empeño de V. E. para detruir al traidor Francia y poner en aptud al Corl. Santander para que bolviese, á llenar su deber en favor dela Patria de sus hijos que el habia abandonado por no querer sujetar-se á una orden regular en que con mucho trabajo he colocado al Ejr. — En esta fha. le he escrito y le determino mis ordens. Espero que V. E. lo anime y le dé proteccion afin de que vaya estropeando álos blanquilos. Mientras yo puedo, mas desocupado par el litoral del Uruguay y todo el Dept. de Pay Sandú.

Ya sabe V. E. lo que le indiqué en mis comns. desde Alegrete.

Mis operaciones de grr. empezaron átener lugar desde el

16 de Mayo. Los resultados correspondieron á nuestros esfuerzos. Los triunfos se han sucedido unos em pos de otros, como lo verá V. E. por los impresos que le remito. Orive estuvo perdido ya, y en este caso se vio forzado á llamar en su socorro al feroz Urquiza que ha llegado estos dias á la Barra de Sta. Lucia con unos dos mil gauchos en caballos flacos y domando potros, para darle á Orive, para que monte su caballo, que está completamente apié.

A ultimas de Julio me fué preciso paralizar mis oper. por que mis caballadas habian sentido mucho por lo rigido de la estacion y por que mi tropa estaba ya enteramente desnuda y no podia soportar las fatigas de una guerra tan penosa. La tengo ya perfectam.e vertida y boy marchando para buscar á estas nuevas enemigas y ver si logro el desbaratarlos e para que se vagan a su tierra y nos desen en paz. — Mucho se a trabajado en tres meses. Nuestras caballerias constan de un personal de mas de seis mil hombres. Han recorrido toda las campañas, persiguiendo y desbaratando á diferentes grupos de traidores que se habian apoderado delos Depts. La Capital, está fuerte: la guarda una linea de fortificacion con ciento sesenta bocas de fuego y siete mil infantes, de modo que a esta lha, las infanterias de Orive ya só se allegan ni á media legua de la Ciudad. Se han atrincherado en el Cerrito de la Victoria y alli existen mirando desde lejos á los Montevideanos que se les han resistido enerjicam.te.

Nuestro Pacheco ha hecho prodijos como hombre de fuego, todo selo hallevado por delante y ha hecho de Mont.o un segundo peñon de Gibraltar.

La Ciudad y su guarnicion, no carece de viveres por que por Maldonado y otros puentos reune ganados abundantem.te.

Segundo que llevo referido supondra V. que nuestro estado es muy otro del que estuvino, en Feb. de este año. Entonces, algunas flojas que se dispararan sin saber de que, nos consideraban perdidos. Hoy van bolviendo ala querencia y consideran ya, la cuestion ganada, y es sin duda am.o si logramos cualquier pequena ventaja contra Urquiza. Lo de mas, vá a evaporar-se como el hono entonces la Rep. se hará digna, de un grande renombre en los anales de su historia.

Por los diarios verá V. E. que el Gob.o Imp.l ha mandado cerca del Gob.o de este Estado un Ministro caracterizado competentemente. Se ha dicho y hay datos para creerlo que el Gob.o Imp.l desea hacer salto! contra Rosas impioniendolo, con una intervencion armada para que desista de sus avances contra la libertad de esta Rep.a y la dese en paz y en el pleno goce de sus inalienables dros. arreglandose a los principios que seestablecieron en la Convencion de Paz de 1829. — Se dice que el Imperio en remuneracion de este Servo, espera que el Gob.o de este Estado guarde una neutralidad en las Cuestiones que se sostienen en la provincia del Rio Grande; que se les permita comprar caballos para su Ejr. y que se ninguem á prestarles á los malditos farrapos toda clase de proteccion.

El Ministro Imperial ha sido recibido. Nada se hta este momento de sus pretensiones pero por lo que pueda valer y sirva a V. Ds. de Gob. le remito original la carta de nuestro comum amigo el Sör Mtro. dela Grra. Ella le mostrará á V. E. que estamos prevenidos y que en este negocio como en cualesqr. otro que tenga tendencia álla bien merecida felicidad de los Riograndenses, hemos de marchar de acuerdo y con el tino que demanda nuestra posicion y circunstancias. Somos amigos rodeados de poderes fuertes que nos acechan: tenemos un enemigo feroz sobre el punto präl de nuestros recursos y es menester manejarnos con preced. con el Gob.o Imp.l que nos viene buscando, probabelm.te para comprometernos aprovenhando-se el de las circunstancias afligentes en que nos considera. Yo he dado ya al Gob. mi opinion y espero que ella pezará mucho en las deliveraciones de nuestras homb.s publicos toda vez que le Gob.o Imp.l venga proponiendo alianzas y factos que nosotros no poderemos cumplir por el estado de guerra en que nos encontramos. Si nos quieren ayudar a destruir á Rosas, embora buena seá, ponganos en Paz y en toda la plenitud de nestros Drös. y entonces, si convinase al interes reciproco de ambos Gob.os podrá tener lugar un tratado que asegure los dros. y bienestar de ambos pueblos; pero puede tornarse hasta por una burla que se nos quiere hacer por parte de aquel Gabinete a quien hemos res-

petado y respetaremos spre. toda vez que no hiera nuestra dignidad y nuestro amor propio en el dro de los pueblos.

Sirvale pues á V. E. de gobierno para estar prevenido en este negocio contando con que yo cuidaré de noticiarle cuanto vaya ocurriendo y que sea de interes para esa Rep.ca Boy á mandar terirar á Camacho. Mando que quede Aleman con algunos gauchos para que persigan á Barreto, Munoz Borches y otros locos andan bagando por aquel Dep.to.

Cuento con que V. E. haga proteger á Aleman y que V. E. de sus ordenes para que esos cabecillas no tengan acogida en el territorio donde existan sus fuerzas.

Un Jozé Munoz se ha llevado de la Receptoría, mas de veinte mil patacones. Es menester percarlo, quitarle la plata y que se vaya embora. Yo boy á ordenar a Camacho para que estableça una reclamacion á esse respecto.

Ha sido necesario escribir á V. E. muy largamente contando con que V. E. hará otrotanto cuando llegue el caso de escribir-me: espero que sea con frecuencia como yo lo haré así que cuente con seguridad el entable de nuestras comun.s.

En poder de mi Sra. existen todos los encargos que V. E. me encomendó. Con esta fha le escribo para que las mande sin demora los que teran conducidos hasta el Cerro Largo en las Carretas que hande conducir los ultimos encargos que me heide en su nota datada en Candiota, cuyas art.es los pido yá á Mont.o y que marchen sin demora y con seguridad hta el Cerro Largo y hta el Paso de Valiente si fuese preciso.

Dignase V. E. — saludar á los amicos en mi nombre darme noticias de mi compadre Mattos y de su amable fam.a. Yo no le escribo porque son haora las des horas de la noche y estoy sumam.te cansado por que he tenido que escribir tres dias seguidos para despachar una corresp. que se agolpo cuando menos pensaba. Concluyo esta carta repitiendole por su verd. — am.o y serv.r — T. B. L. M., de V. E. — Fructuoso Rivera.

Nótulas bibliográficas

DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO RIO-GRANDE-DO-SUL, 1763-1777. — Primeira parte: A invasão espanhola — 1763, pelo coronel **Jônatas da Costa Rego Monteiro**. — Imprensa do Estado Maior do Exército, Rio-de-Janeiro, — 1936.

Estudioso como os que mais o são, pesquisador inigualável das cousas de nossa história, o coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro acaba de publicar a primeira parte de sua obra “Dominação espanhola no Rio-Grande-do-Sul”, que é verdadeiramente monumental.

Esse período inicial de nossa história não teve ainda o seu legítimo historiador. Muitos o tem tratado, é verdade, mas muito por alto e, no geral, repetindo velhos erros que a tradição nos legou.

Com essa sua magnífica obra, porém, o coronel Rego Monteiro veio preencher essa lacuna e, o que mais é, corrigir êsses erros correntes, arraigados já na história.

Obra monumental, profusamente documentada com preciosos inéditos existentes na Biblioteca Nacional, a “Dominação espanhola no Rio-Grande-do-Sul” será, infalivelmente, de consulta obrigatória a quantos queiram estudar de perto e com precisão, êsse agitado período inicial da história gaúcha.

Divide-se a primeira parte da DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO RIO-GRANDE-DO-SUL, em cinco capítulos: I — descoberta do Rio-Grande, primeiras explorações e povoações

e desenvolvimento até 1763; II — O período do coronel Eloi de Madureira até a derrota de Tomaz Osório; III — O forte de Santa-Tereza até o amortecimento do espírito combativo de Osório; IV — Tomada da Colônia-do-Sacramento, morte de Gomes Freire, Cevallos, entrega do forte de Santa-Tereza, e derrocada final; V — A vila do Rio-Grande, os escapos de Santa-Tereza, entrada dos espanhóis na vila, suspensão de hostilidades, etc. Conclue êste capítulo com precioso estudo sôbre os culpados da derrocada, em que acusa com bom número de valiosos documentos, o coronel Tomaz Osório.

Com êste estudo, está completamente desfeita a história existente dêsse período. O trabalho exaustivo do coronel Rego Monteiro é único, completo, perfeito mesmo. Cremos que nada mais, a respeito, há a fazer, senão corrigir, com êle, o que até agora corre sôbre êsses sucessos da vida inicial sul-rio-grandense.

W. Sp.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DO RIO-GRANDE-DO-SUL, direção e coordenação de Aurélio Pôrto. — Fascículo I, vol. I, — Editorial Minuano, Limitada, Pôrto-Alegre, — 1936.

Aurélio Pôrto é, sem dúvida alguma, dos mais estudiosos historiadores gaúchos. Incansável, sempre disposto a aumentar as glórias do Rio-Grande, não perde ocasião em demonstrar o seu amor ao pago, quer escrevendo história, quer estudando a genealogia, quer divulgando preciosos ciméllios, quer, como agora, organizando essa monumental obra que será o “Dicionário enciclopédico do Rio-Grande-do-Sul” que se deverá compor de 10 volumes de cêrca de 600 páginas cada um, distribuídos em fascículos mensais de 50 páginas, e ornada com muitíssimas e preciosas gravuras e ilustrações próprias.

Completa essa obra grandiosa, e única no gênero, o Rio-Grande terá, então, o maior monumento lítero-históri-

co, até hoje escrito em ambas as Américas. O corpo de colaboradores é grande e valioso o que muito cooperará para a exatidão do grande dicionário enciclopédico.

Oxalá nossos estudiosos compreendam a grandiosidade do empreendimento para que seja possível ser levado a bom termo.

W. Sp.

OS GONÇALVES (DE QUELUZ) por Salvador de Moya. — (Separata do vol. XXI da Revista do Arquivo Municipal) — São-Paulo, — 1936.

Estão tendo, agora, valiosos investigadores os estudos genealógicos no Brasil. Dois Institutos destinados a êsses estudos, que trabalham com afinco e carinho, existem já: o de São-Paulo, e o do Rio-Grande-do-Sul, aos quais pertence o sr. Salvador Moya.

Já é isso uma prova de que estamos compreendendo que a genealogia é uma necessidade especialmente para apurados estudos de nossa história. A genealogia pode, mesmo, ser considerada a base da história e, até, da sociologia. Por isso, na Europa trata-se com especial cuidado, em certos países, dêsse gênero, árduo em verdade, da história. Na Alemanha, por exemplo, existe, publicado pelo próprio governo, formidável coleção de livros genealógicos, que vem sendo publicados periodicamente, cremos que um ou dois por ano. Dessa preciosa coleção conhecemos o volume 68, com mais de 600 páginas em tipo miúdo, impresso em 1930.

Oxalá possamos também, em breve, ver êsse gênero de estudos amplamente divulgados e, com o apôio da autoridade competente, em volumes que enriquecerão não só as bibliotecas dos estudiosos de nossa história, como nossa própria história e até, porque não dizê-lo? — o Brasil inteiro.

E' por essa razão que vemos sempre com a melhor das boas vontades todos os ensaios e meras tentativas nesse

gênero e não poupamos encômios a êsses trabalhadores impertérritos da genealogia brasileira.

O sr. Salvador de Moya com êsse trabalho sôbre “Os Gonçalves, de Queluz”, nos traz preciosa contribuição que, por si só, é um atestado expressivo de seu amor às cousas da história de nossa Pátria ainda tão pouco conhecida porque, no geral, assenta em bases falsas ou pouco firmes.

Prossiga o sr. Salvador de Moya e terá, muito em breve, como todos os seus colegas genealogistas, as bênçãos dos estudiosos do Brasil inteiro.

W. Sp.

NO CENTENÁRIO FARROUPILHA

O Sr. Deputado Coelho de Souza enfeixou, num pequeno volume, os dois belíssimos discursos que pronunciou, nesta Capital, por ocasião da passagem do centenário farroupilha. O primeiro foi dito, com aquela eloquência que lhe é peculiar, na Assembléia Legislativa do Estado, em nome da maioria, na sessão solene de 20 de setembro do ano findo, comemorativa da grande data centenária, perante os Srs. presidente da república, governadores do Rio-Grande e da Baía e altas autoridades civis e militares do país; e o segundo, na frente da Catedral, sob o seu grandioso pórtico, inaugurado e bento naquele dia por nosso arcebispo D. João Becker, perante o Sr. presidente da república e o ilustre general Flores da Cunha, nosso governador.

Tive a ventura de ouvir os dois discursos em apreço do Sr. Deputado Coelho de Souza, atento e preso, prazerosamente, à sua palavra vibrante, moça, colorida e entusiástica.

Ouí, pelo rádio, a sua primeira oração, que foi entrecortada pelos aplausos do mundo oficial que acorrera à Assembléia legislativa, no dia em que comemorávamos a passagem do primeiro centenário da epopéia farroupilha. E ouví a sua segunda peça oratória, misturado entre algumas centenas de crentes, que se postaram à frente da catedral para assistirem aquela tocante cerimônia cívico-religiosa.

Pude agora ler aquilo que eu já ouvira recitado pelo próprio autor. E se já me haviam encantado as suas palavras aquecidas pelo entusiasmo contagioso daqueles dias inesquecíveis, confesso que, ainda agora, ao vê-las em letra de fôrma, tive, lendo-as, as mesmas impressões e os mesmos “frissons” dos primeiros momentos.

O discurso pronunciado na Assembléia é o que mais me interessa, por ter o Sr. Deputado Coelho de Souza, com dados históricos honestos e baseado em documentos e autores dignos de crédito, feito, definitivamente, a defesa dos nobres ideais que alentaram os bravos centauros do decênio magnífico. Malsinados, incompreendidos, desvirtuados propositadamente os nobres e altos fins que os heróicos farrapos colimaram, era preciso, necessário mesmo, que uma geração inteira de intelectuais se levantasse em sua defesa para a definitiva afirmação da história, e encontrasse vozes moças e sadias como a do Sr. deputado Coelho de Souza que dissesse bem alto de uma tribuna oficial, o que tinham sido aqueles gigantes, o que aspiraram e o que sofreram pelo bem da grande pátria comum!

Porisso, esta afirmativa sôbre a revolução dos farrapos é “tranchant”: “brasileira nos seus motivos; brasileira nos seus objetivos; gaúcha só no ímpeto e no sacrifício — colimava o bem-estar do continente e o respeito à sua dignidade, aliados à unidade e grandeza do Brasil”. (Pág. 39).

Síntese bem medida do decênio farroupilha, o discurso do Sr. deputado Coelho de Souza foi uma defesa magnífica dos ideais que nortearam a alma dos lidadores de 35.

De P. A.

“LOS INTENTOS DE UNION HISPANO-AMERICANA Y LA GUERRA DE ESPAÑA EN EL PACIFICO”

O Sr. Carlos E. Grez Pérez, chileno ilustre, muito amigo das cousas e dos homens do Brasil, residente em Santiago, é o autor dêste importante livro, em que estuda, diante

de dados históricos fidedignos, tôdas as malogradas iniciativas em prol da união dos povos americanos descendentes de espanhóis, ao mesmo tempo que faz, com profundo senso de historiador, um relato extenso e completo sôbre a guerra que a Espanha moveu, no século passado, ao Chile e ao Perú, em virtude dêsses dois países não lhe terem dado certas satisfações a que se julgava com direito.

A história diplomática dos países sul-americanos e mesmo do norte, relacionada com a tão discutida união hispano-americana, está traçada com abundância de documentos, neste livro de 560 páginas e é tão completa e tão preciosa, que nenhum escritor que se dedique ao estudo dêste assunto poderá dispensar uma e várias consultas ao livro citado do Sr. Grez Pérez.

Na parte em que trata da guerra injusta que a Espanha moveu à sua pátria e ao Perú de 1864 a 1865, dá-nos o autor interessantes pormenores da luta, como os bombardeios por parte daquele país de Valparaíso e Callao, a ocupação das ilhas Chinchas, o combate de Abtao, etc., até o final da luta, em que a alma heróica dos dois povos irmãos do Pacífico jamais se intibiu ou esmoreceu. São curiosos os episódios daquela guerra em que o Chile teve de improvisar uma esquadra para dar combate às poderosas unidades espanholas, o que fêz com grande denodo e valentia por parte de seus marinheiros. Outra parte importante dêste livro é a revolução que os peruanos fizeram depondo um govêrno túbio e indeciso ante as arrogâncias do inimigo.

O Sr. Carlos E. Grez Pérez revela-se no livro em apreço um historiador e um comentador de fôlego, seguro nas suas afirmações, completo nos seus informes, honesto e equilibrado nas suas referências. Seu livro é porisso um grande livro, quantitativa e qualitativamente falando...

De P. A.

“HOMENS E FATOS DE TRIUNFO NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA”

Marino Josetti de Almeida, o monografista de Triunfo, que tirou do olvido uma série interessante de fatos da velha comuna gaúcha, recolhendo-os em um documentado livro, deu-nos agora, em um novo e alentado volume de 233 páginas, um belo trabalho histórico, versando ainda sôbre Triunfo e o seu papel na revolução dos farrapos. Terra de Bento Gonçalves, que conserva como um monumento a velha casa em que nasceu o nosso herói, Triunfo muito sofreu e muito lutou, durante o período de 1835-1845. Em suas ruas e nos arredores o sangue generoso dos combatentes correu, por mais de uma vez.

O novo livro do Sr. Marino Josetti de Almeida está escrito num estilo que prende e agrada, com o carinho de um filho amoroso de seu rincão. Verifica-se, nestas páginas, repassadas de um nobre orgulho pela terra em que nasceu, o papel salientíssimo representado pelo antigo arraial do “Senhor-Bom-Jesús-do-Triunfo” na grande revolução. Da probidade histórica e documental do livro em apreço, nada é preciso dizer pela confiança que merece o autor, sempre honesto nas suas investigações, e pelo conteúdo do livro, onde cada fato narrado é logo provado por documentos de valor.

Surge a galeria dos filhos de Triunfo que se destacaram, na sangrenta guerra civil — Bento Gonçalves, José Manoel de Leão, padre Juliano de Faria Lobato, Mingote Martins, Jacinto Guedes da Luz, Jerônimo Gomes Jardim, Demétrio José Ribeiro, e vários outros. Várias das biografias dêstes vultos, são reconstituídas em primeira mão pelo autor, que nos conta fatos que desconhecíamos. Depois é a narração de vários episódios ocorridos dentro do município com abundância de detalhes.

O Sr. Marino Josetti de Almeida é um historiador que não fatiga. Tem estilo. Sabe descrever regiões. Sabe fotografar tipos... Vou transcrever aquí um pequeno trecho de seu livro, que bem mostra o vigor do seu fraseado:

“Coxilhões, revestidos de ásperos gramados, rarefeitos e enfezados, onde abunda o macegal e a barba de bode inça o campo, caracterizam a região, que sòmente reverdece em arrelvados de ótimo apascentamento dos rebanhos, quando os terrenos descambam para o vale do rio Taquarí ou para as proximidades dos leitos, em que deslizam os arroios Gil e Santa-Cruz”.

O livro “Homens e Fatos de Triunfo na Revolução Farroupilha”, coloca-se como um dos melhores, entre a abundante bibliografia farroupilha.

De P. A.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

BOLETIN DE HISTORIA Y ANTIGUEDADES — Organo de la Academia Colombiana de Historia. — Diretor: Gustavo Otero Muñoz. — Ns. 258 a 260. — 1936.

REVISTA DEL ATENEO DE EL SALVADOR — Organo del Instituto del mismo nombre. — Redactores: José Maria Peralta y Gilberto Valencia Robleto. — Año XXI — N.º 146.

BOLETIN DE LA ACADEMIA PANAMEÑA DE LA HISTORIA — Director: Juan Antonio Susto. — Año III, N.º 9. — Octubre de 1935.

PEABOLY JOURNAL OF EDUCATION — Published bimonthly by the Faculty of George Peabody College for Teachers, Nashville — Tennessee. — Vol. 13, May 1936, N.º 6.

ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU — Periodicum semestre a Collegio Scriptorum de Historia S. I. in Urbe Editum. — Anni V, Fasc. I — II, Ian. — Iun., Iul. — Dec. 1936. — Vol. V. — 1936.

BIBLIOGRAFIA MISSIONARIA — (I.VIII, 1934 — 31.XII, 1935) — Compilata dal P. Giovanni Rommerskirchen O. M. I., Assistente della Pontificia Biblioteca Missionaria, coll'assistenza del P. Giovanni Dindinger O. M. I., Direttore della Pontificia Biblioteca Missionaria. — Isola del Liri, 1936.

A EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO FARROUPILHA — Relatório Apresentado pelo Commissário Geral, Major Alberto Bins ao Exm.º sr. Governador do Estado, General J. A. Flores da Cunha. — Profusamente ilustrado. — Porto-Alegre, 1936. — É o mais perfeito e completo histórico do grandioso certame de 20 de setembro de 1935 a 15 de janeiro de 1936.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. — Ano II, Ns. 22, 23 e 24 junho, julho e agosto de 1936. — Como sempre, cheios de matéria interessante e útil.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA — Redator-chefe: Didio I. A. da Costa. — Ano LV, setembro-outubro de 1935, Ns. 3 e 4. — Publica interessante estudo sobre “A revolução riograndense de 1835-45”, da autoria de seu redator-chefe, e as “Efêmerides navais”, referentes ao Rio-Grande-do-Sul, de 1835 a 1845.

BOLETIM DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES — Departamento de Estatística Geral. — Estado do Espírito Santo. — Ano III. — Janeiro e março de 1936, Ns. 20 a 22.

NOSSO BOLETIM — Órgão do “Grupo Gente Nossa”, dedicado ao teatro. — Publicação mensal. — Ns. 1, 2, 3 e 4, de março, abril, maio e junho de 1936. — Ano I. — Recife.

GEGHP. — Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraíba. — Ano IV — João Pessoa, 1936. — Ns. 8 a 10.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO — Universidade de São-Paulo. — Janeiro a abril de 1936. — Vol. XXXII — Fac. I. — Comissão de redação: Dr. Mário Massagão, dr. Honório Fernandes Monteiro e dr. Alexandre Correia.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS — Vol. XVIII — 1935 — Ano 61.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Prefeitura do Município de S.-Paulo. — N.º XXII. — Departamento de Cultura, São-Paulo, 1936. — Destaca-se o grande e belo estudo do dr. Afonso de E. Taunay — A GUERRA DOS BÁRBAROS —, premiado em 2.º lugar no concurso de história do Departamento Municipal de Cultura, em 1935.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Publicação mensal. — Ano 28. — Ns. 171, 172, 173 e 174. — Redator: Celso Vieira.

BOLETIM DE LA BIBLIOTECA-MUSEU “AMERICA”, — Universidad de Santiago de Compostela (Espanha). — Junio 1936 — numero 13.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRAN-
DENSE COMEMORATIVO DO SEGUNDO CENTENÁRIO DA
CIDADE DO RIO GRANDE

19 a 24 de fevereiro de 1937

COMISSÃO DE HONRA

- O Exmo. Snr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
- O Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- O Exmo. Snr. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- O Exmo. Snr. Prefeito da cidade do Rio Grande.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

A diretoria efetiva do Instituto.

MESA DO CONGRESSO

- O Exmo. Snr. Presidente da Comissão de Comemoração do bi-centenário, presidente de honra.
- O Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presidente efetivo.

O Exmo. Snr. Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, vice-presidente efetivo.

O Exmo. Snr. Secretário Perpétuo do mesmo Instituto, secretário efetivo.

REGULAMENTO DO CONGRESSO

Art. 1.º:

Na cidade do Rio Grande, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração do Segundo Centenário da fundação da cidade do Rio Grande, e nos dias 19 a 24 de fevereiro de 1937, realizar-se-á um Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense.

Art. 2.º:

Serão considerados membros ex-offício os Institutos Históricos e Geográficos e as Sociedades de Geografia, existentes no país, que prestarem adesão até 15 de dezembro de 1936.

Art. 3.º:

São considerados membros efetivos do Congresso:

a) Os sócios de qualquer natureza, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, independente de ato de adesão.

b) Os sócios dos Institutos Históricos e Geográficos, e das Sociedades de Geografia, existentes no país, que manifestarem sua adesão até 15 de janeiro de 1937.

c) Em geral, os estudiosos da História e Geografia do país, que poderão concorrer com as suas Memórias, já publicadas ou escritas especialmente para o Congresso, nos termos que êste regulamento estabelece.

Art. 4.º:

Os estudiosos de História e Geografia não filiados a institutos ou sociedades congêneres nos seus vários aspectos, pagarão a taxa de 50\$000, com direito às publicações do Congresso e à medalha, cunho em bronze.

Art. 5.º:

Os congressistas têm direito a um exemplar do volume dos anais do Congresso, publicado em seguida ao respectivo encerramento, mediante a taxa que fôr estabelecida.

Art. 6.º:

Os trabalhos do Congresso obedecerão a êste programa:

Dia 19 de fevereiro, às 17 horas: Sessão preparatória, para a organização da lista dos congressistas e verificação da presença dos mesmos. Relação das teses e Memórias apresentadas, com o parecer das Comissões. Às 21 horas, sessão solene de instalação, com o discurso de abertura do Congresso, pelo Exmo. Snr. Presidente efetivo.

Dias 21, 22 e 23, às 20 horas, sessões plenas, para leitura e votação de pareceres, propostas, moções, etc.

Dia 24, às 20 horas, sessão solene de encerramento do Congresso, constando do discurso do Presidente efetivo e do relatório dos trabalhos pelo Secretário perpétuo do Instituto, e efetivo do Congresso.

Art. 7.º:

As sessões serão presididas pelo Presidente efetivo do Congresso.

As sessões das Comissões serão presididas pelo sócio escolhido para Relator.

Art. 8.º:

Tôdas as sessões serão públicas, e poderão ser assistidas pelas pessoas interessadas nos assuntos nelas tratados, embora não tenham a qualidade de Congressistas.

Art. 9.º:

As discussões e discursos, as teses e Memórias, as indicações e moções serão feitas e redigidas em língua portuguesa ou espanhola.

Art. 10.º:

As comunicações, indicações, moções feitas verbalmente, não excederão de quinze minutos. Os oradores falarão uma só vez sobre cada assunto. Os relatores poderão falar mais uma vez, ao encerrar-se a discussão, por tempo não excedente de 10 minutos.

Art. 11.º:

As teses e Memórias serão apresentadas até 15 de janeiro de 1937, impressas ou datilografadas, sendo de extensão não excedente a 50 páginas in 8.º as primeiras, e a 70 páginas as últimas. Deverão ser apresentadas em cinco exemplares, com assinatura autógrafa do autor.

Art. 12.º:

As teses e Memórias, oficiais e avulsas, serão submetidas às comissões designadas para exame e parecer, nos termos do art. 7.º.

Art. 13.º:

O Instituto não aprova nem condena as opiniões emitidas em teses e Memórias, cabendo a responsabilidade exclusivamente aos respectivos autores.

Art. 14.º:

Os congressistas terão voto em tôdas as deliberações.

Cada corporação representada no Congresso disporá de um único voto, qualquer que seja o número de seus representantes. O Presidente do Congresso terá voto em casos de empate, unicamente.

Art. 15.º:

E' assegurada aos respectivos autores a propriedade literária das teses e Memórias apresentadas ao Congresso. Todavia êsses trabalhos serão incorporados e divulgados no volume a que se refere o artigo 6.º.

Art. 16.º:

Simultâneamente com o Congresso poderá ser feita uma Exposição de autógrafos, retratos e objetos relativos à fundação da cidade do Rio Grande. A exposição terá duração idêntica a do Congresso.

Art. 17.º:

Serão cunhadas medalhas comemorativas do Congresso, em ouro, prata e bronze, sendo a sua distribuição feita a juízo da diretoria do Instituto e da comissão do bi-centenário.

Art. 18.º:

A comissão organizadora do Congresso, e depois a Mesa, suprirão quaisquer deficiências ou omissões dêste regulamento.

Tôda a correspondência deverá ser assim endereçada:

“Ao Snr. Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”.

(Serviço do Congresso)

Museu do Estado. Rua Duque de Caxias, 1231

R. G. do Sul

Pôrto Alegre

Pôrto Alegre, setembro de 1936

Leonardo Macedonia

Presidente

Eduardo Duarte

Secretário Perpétuo

SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA RIOGRANDENSE

RELAÇÃO DAS TESES A SEREM VERSADAS NO 2.º CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

I — O território

Aspecto físico e geral (Potamografia. Linografia. Orografia. Geologia. Clima)

II — Integração do território

- a) As Bulas
- b) Os tratados de Limites
- c) Estudo da mapoteca da época (1500-1809).

III — Ocupação do litoral

- a) Primeiras explorações
- b) Informações sobre a terra
- c) Ocupações particulares. As primeiras fazendas A fixação dos açorianos
- d) Ocupação oficial. Fortificações. Primeiros núcleos de povoamento (1737-1809); origens do municipalismo.

IV — Ocupação do interior

§ 1.º — Os Jesuítas.

- a) As primeiras reduções fundadas
- b) As incursões dos bandeirantes
- c) A família indígena cristianizada
- d) O abandono do Rio Grande pelos Loiolanos
- e) Missões Orientais.

§ 2.º — Paulistas, lagunenses e colonistas.

V — O Povo Riograndense

- a) O indígena
- b) O elemento branco
- c) O negro.

VI — O Governo Independente

§ 1.º — Como foi estabelecido êsse govêrno.

§ 2.º — Vida econômica do Rio Grande em 1737.

- a) Geobiologia
- b) Ecologia agrícola
- c) Riquezas do sub-solo
- d) Agricultura, Indústria e Comércio.

VII

Biografias. Estudo das figuras de maior atuação na vida do Rio Grande do Sul desde os seus primórdios até 1809.

Pôrto Alegre, 12 de setembro de 1936.

Leonardo Macedonia,
Presidente.
Eduardo Duarte,
Secretário perpétuo.

ÍNDICE

A Guerra das reduções — 1.º Ten. Henrique Oscar Wiederspahn..	3
Bandeira e brasão farroupilhas — Walter Spalding	19
Balanças & Drogas — Dr. Fernando Osório	31
Marechal Salustiano — Leopoldo de Freitas	59
Toponímia gaúcha — Pedro Castelo Saccarello	65
Caxias e Bento Manuel Ribeiro — Walter Spalding	75
Nótulas bibliográficas	149
Publicações recebidas	157
Congresso de história e geografia Sul-rio-grandense comemorativo do 2.º centenário da cidade do Rio-Grande	159

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Dr. João Maia.

Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes.

Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E

PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas

Desembargador Francisco Rodolfo Simch.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS

INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.

Prof. Valter Spalding.

Dr. Dante de Laytano.

Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA

REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Cel. E. F. de Souza Doca.

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Cel. Gaston Hasslocher Mazon.

Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano 15\$000 rs.

Por fascículo trimestral 4\$000 rs.

Preço da coleção até 1930 1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.